UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

THIAGO BABO

Uma Alternativa Nórdica à Europa?
Uma Análise da Política Externa e de Segurança da Dinamarca

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Uma Alternativa Nórdica à Europa?

Uma Análise da Política Externa e de Segurança da Dinamarca

Thiago Babo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Oliveiros da Silva Ferreira

São Paulo

2015

BABO, Thiago

Uma Alternativa Nórdica à Europa? Uma Análise da Política Externa e de Segurança da Dinamarca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha família e aos meus amigos e amigas.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) pelo apoio financeiro concedido para a realização desta pesquisa.

À minha família, sem a qual nada disso seria possível. Agradeço o apoio e o companheirismo irrestrito de minha mãe, meu pai, meus dois irmão, meu avô (*in memoriam*), à '*nonna'*, minha tia e minha tia-avó 'Adelaide' (*in memoriam*).

Aos meus bons amigos e amigas, que sempre souberam alegrar meu espírito. Um carinho especial ao Bê, Bia, Camila, Daniel, Fran, Gu, Gustavo, Maytê, Paty, Pri, Sahba, Sato e Tina.

À Rai, Vasne, Márcia, Leo e Ana. Por toda ajuda prestada e pelo carinho e preocupação com nós, alunos do Departamento de Ciência Política.

Ao Departamento de Ciência Política, pelo apoio institucional concedido, de extrema importância.

À Lene Hansen, Anders Wivel, Morten Kesltrup e Christine Søby, da Universidade de Copenhagen. Agradeço a ajuda e a paciência cedida em minhas indagações sobre o tema da pesquisa.

Ao Professor Rafael Antonio Duarte Villa, pelo acolhimento feito no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI). Agradeço toda a paciência e os inúmeros ensinamentos providos.

Ao Professor Edison Nunes, pela atenção e o carinho de um bom professor preocupado com a formação intelectual de seus alunos. Agradeço seus ensinamentos, preciosos, e todas nossas conversas, de grande importância para minha formação.

E ao meu orientador, Professor Oliveiros da Silva Ferreira. A tarefa de encontrar palavras para descrever meu agradecimento por todos os seus ensinamentos se torna, no momento, algo muito difícil de ser feito. Sem dúvida alguma, um exemplo que irei seguir em toda a minha vida. Agradeço imensamente por tudo.

RESUMO

BABO, Thiago. *Uma Alternativa Nórdica à Europa? Uma Análise da Política Externa e de Segurança da Dinamarca*. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A Dinamarca possui, sem dúvida alguma, uma das políticas mais excepcionais em relação à Europa integrada. Desde os primórdios da integração europeia, no início dos anos 50, o país demonstrou um forte ceticismo e, para alguns, um forte receio com a ideia de uma Europa unida. Mesmo após sua incorporação à Comunidade Europeia, no início dos anos 70, a Dinamarca se posicionou como membro de uma outra comunidade, a nórdica, e que, dessa forma, seu papel na Comunidade Europeia consistia em 'criar uma ponte' entre estas duas comunidades. Era de comum entendimento entre as elites do país, bem como por grande parte da sociedade civil, que a integração europeia representava valores típicos da 'Europa continental' que, por sua vez, conflitavam com os valores nórdicos. O excepcionalismo dinamarquês manteve-se mesmo após o término da Guerra Fria, quando, em 1993, o Governo do país compreendeu, em seu 'Livro Branco', que a União Europeia seria o principal fórum internacional para a promoção dos valores e interesses da Dinamarca, mas devido a uma recusa popular em aceitar o 'Tratado que Estabelecia a União Europeia', o país estipulou a existência de quatro ressalvas formais – os opt-outs – às políticas europeias, entre aquelas mais sensíveis à soberania nacional. Inúmeras hipóteses foram levantadas na tentativa de compreender tal peculiaridade, entre estas, destacamos a existência de uma percepção mantida tanto pela elite política do país, como por parte da sociedade civil, de uma alternativa nórdica à Europa. Dessa forma, a relutância dinamarquesa com o processo europeu de integração poderia ser compreendido pelo desejo do país em se inserir em um outro processo de integração, somente entre os países nórdicos. Tendo em vista tal entendimento, esta pesquisa, através de uma abordagem sociológico-histórica, tem por objetivo compreender em que medida a percepção de uma alternativa nórdica à Europa impactou na construção do, então chamado, 'dilema de integração dinamarquês', ou seja, desta posição relutante desenvolvida pelo país em relação à Comunidade Europeia / União Europeia. Para colaborar, iremos analisar a questão nórdica no desenvolvimento da política externa e de segurança da Dinamarca. Argumentaremos que embora nem sempre tenha sido apresentado como uma alternativa real, a questão nórdica demonstra-se de extrema importância para compreender a posição dinamarquesa na Europa.

Palavras-chave: Dinamarca; Comunidade Nórdica; Integração Europeia; Comunidade de Segurança; Sociologia Histórica.

ABSTRACT

BABO, Thiago. *A Nordic Alternative to Europe? An Analysis of the Danish Foreign and Security Policy*. 170 p. Dissertation (Mphil). Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Denmark has, without doubt, one of the most exceptional policies towards Europe. From the beginning of European integration in the early 50s the country has demonstrated a strong skepticism and, for some, a strong concern with the idea of a united Europe. Even after her incorporation into the European Community in the early 70s, Denmark has positioned herself as a member of another community, the Nordic one, and, therefore, the Danish role in the European Community was to 'build bridges' between these two communities. It was a common understanding among the Danish elites, and to a large part of civil society, that European integration represented typical values of the 'continental Europe' which, in turn, were in conflict with the Nordic values. The Danish exceptionalism remained even after the end of the Cold War, when in 1993 the Danish government understood in its 'White Paper' that the European Union would be the main international forum for the promotion of Danish values and interest, but due to a popular refusal to accept the 'Treaty that established the European Union', the government stipulated the existence of four formal reservations - the opt-outs – to European policies, among those most sensitive to national sovereignty. Several hypotheses have been raised in an attempt to understand this peculiarity, among these, we can highlight the existence of a perception both by the political elite of the country as by civil society of a Nordic alternative to Europe. Thus, the Danish reluctance to the European integration process could be understood by the country's desire to be part in another integration process, among the Nordic countries. Therefore, through a historical sociological approach, this research seeks to understand to what extent the perception of a Nordic alternative to Europe impacted on the construction of the so called 'Danish integration dilemma', i.e. in this reluctant position developed by the country towards the European Community / European Union. To this end, we will examine the Nordic question in the development of the Danish Foreign and Security Policy. We will argue that although it has not always been presented as a real alternative, the Nordic question can be seen as a very important factor to understand the Danish position in Europe.

Key-words: Denmark; Nordic Community; European Integration; Security Community; Historical-Sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Mapa do Atual Território do Reino da Dinamarca 155
Imagem 2. Mapa da Dinamarca 156
Imagem 3. Mapa da União Kalmar 157
Imagem 4. Mapa Atual da Região Nórdica 158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os *opt-outs* da Dinamarca acerca do Tratado da União Europeia 03

Tabela 2. Referendos realizados na Dinamarca acerca do processo europeu de integração 08

Tabela 3. Processo de Alargamento da Integração Europeia 55

Tabela 4. Principais Tratados da Integração Europeia 56

Tabela 5. Mapeando o Debate Partidário 110

Tabela 6: As Diferentes Relações Externas dos Países Nórdicos 134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECA: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

CED: Comunidade Europeia de Defesa.

CEE: Comunidade Econômica Europeia.

CPE: Comunidade Política Europeia.

EFTA: Associação Europeia de Livre Comércio (*European Free Trade Association*)

EURATOM: Comunidade Europeia da Energia Atômica.

NORDEFCO: Nordic Defence Cooperation

NORDEK: Mercado Comum Nórdico.

OECE: Organização Europeia de Cooperação Econômica.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

UE: União Europeia

UEO: União da Europa Ocidental.

UO: União Ocidental.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: A DINAMARCA E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA **01**

1.1 As Cinco Teses Acerca da Excepcionalidade Dinamarquesa 05

1.2 O 'Dilema' de Integração Dinamarquês 08

1.3 Os Pilares da Política Externa e de Segurança da Dinamarca 17

1.4 Perguntas, Hipóteses e Objetivos da Pesquisa. 20

1.5 Procedimentos Metodológicos 23

1.6 Estrutura da Dissertação 26

CAPÍTULO II: DA GUERRA À UNIÃO – O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA EUROPA **28**

2.1 O Desenvolvimento Histórico do Projeto Europeu no Pós-Guerra 29

2.2 Confrontando Diferentes Ideias e Diferentes Visões para uma Europa Unida 39

2.3 Diferenciação no Processo Europeu de Integração 50

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DA DINAMARCA ENQUANTO ESTADO MODERNO **57**

3.1 Da *Kalmarunionen* à Disputa pelo Controle do Báltico 59

3.2 A Importância do Século XIX na Construção do Estado Moderno Dinamarquês 64

3.3 A Questão Alemã na Política Dinamarquesa 70

CAPÍTULO IV: A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA DINAMARCA DESDE O TÉRMINO DA II GUERRA MUNDIAL **82**

4.1 O Atlanticismo na Política Externa e de Segurança Dinamarquesa 86

4.2 A Busca por uma Alternativa Nórdica 93

4.3 A Questão Nórdica na Política Dinamarquesa para a Europa Integrada 105

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO **117**

5.1 Comunidades para Além do (Estado) Nacional 120

5.2 Considerações Finais 134

BIBLIOGRAFIA **140**

ANEXOS **155**

CAPÍTULO I: A DINAMARCA E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

A Dinamarca possui, sem dúvida alguma, uma das políticas mais excepcionais em relação à Europa integrada. Embora muito tenha se dito sobre o 'ceticismo' britânico para com a integração europeia, é a Dinamarca que se configura como o país com as maiores ressalvas ao processo, bem como às ideias, de construção de uma Europa unida.

Desde os primórdios do desenvolvimento da integração europeia, no início dos anos 50, a Dinamarca demonstrou um forte ceticismo em relação ao que ocorria entre, principalmente, a França e a Alemanha. Para alguns atores nacionais, o projeto de criação de uma Europa unida apresentava uma fonte de grandes incertezas e de eventuais ameaças à segurança dinamarquesa. A integração da Europa continental, como visto no país, poderia representar futuras pretensões "hegemônicas" por parte das grandes potências históricas da Europa continental, o que colocava a situação da Dinamarca em 'estado de alerta', uma vez que o país já havia sofrido, em sua história recente, com avanços germânicos e franceses.

Dessa forma, entre as décadas de 50 e 60, a política dinamarquesa em relação ao processo de integração da Europa caracterizou-se por uma total rejeição e descrédito. Neste período, como veremos ao longo da dissertação, os políticos dinamarqueses, apoiados pela opinião pública, focaram suas energias na construção de uma 'alternativa nórdica' à integração europeia, através da criação de instituições comuns entre os países nórdicos[1].

Contudo, devido ao estabelecimento e a consolidação de uma ordem internacional pautada na bipolarização das zonas de influência estabelecidas tanto pelos Estados Unidos da América (EUA), como pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a posição geopolítica da região nórdica neste conflito, a possibilidade de uma real alternativa nórdica fora descartada.

Tendo em vista tal dificuldade, no início dos anos 70, a Dinamarca adentra ao processo de integração da Europa e torna-se membro da Comunidade Europeia em seu

[1] A expressão 'países nórdicos', ou 'região nórdica' corresponde aos seguintes países: Dinamarca, Suécia, Noruega, Islândia e Finlândia. Usualmente, podemos encontrar a expressão 'países escandinavos', ou 'região Escandinávia', ou até 'Escandinávia' como sinónimos. Tal uso é errôneo, uma vez que 'Escandinávia' faz referência à língua escandinava, que corresponde, apenas, aos seguintes países: Dinamarca, Suécia e Noruega. Desta forma, este trabalho não irá tratar 'Nórdico' e 'Escandinavo' como sinônimos.

primeiro alargamento, juntamente com o Reino Unido e a Irlanda. Embora a 'alternativa nórdica' tenha sido eliminada dos planos políticos do país, a 'questão nórdica' desenvolveu um papel de extrema importância na recém-criada política dinamarquesa para à Europa integrada. Conforme estabelecido pelos políticos do país, o papel da Dinamarca na Comunidade Europeia residia no estabelecimento de uma 'ponte' entre a Europa continental e os países nórdicos.

Era de comum entendimento entre as elites do país, como por grande parte da sociedade civil, que a integração europeia representava valores típicos da 'Europa continental', tendo por base o 'capitalismo, o cristianismo e a democracia cristã'. De um lado, àqueles contrários à integração europeia enfatizavam a real ameaça que tais valores 'continentais' poderiam representar às sociedades nórdicas, pondo em risco as bases da social democracia e do estado de bem estar social característico dos países da região. Do outro lado, entre aqueles favoráveis à integração europeia, havia o entendimento de que cabia à Dinamarca realizar esta grande 'ponte' entre as duas regiões e influenciar o desenvolvimento da Comunidade Europeia, inserido neste processo as 'visões' típicas da Comunidade Nórdica.

As mudanças ocorridas no continente europeu, após 1989, proporcionaram o desenvolvimento de uma nova política externa e de segurança na Dinamarca. Defendendo um 'internacionalismo ativo', o governo do país identificou a União Europeia como principal instituição internacional capaz de promover – e, em certa medida, projetar – os interesses do Estado no sistema internacional, principalmente em questões relacionadas à segurança internacional. Dessa forma, houve um consenso político no país favorável a uma mudança na relação da Dinamarca para com a integração europeia, deixando de lado a relutância que caracterizou a ação do país desde a década de 50.

A sociedade dinamarquesa, entretanto, não acompanhou esta mudança existente, ao menos na elite política do país, e recusou, através de um referendo nacional, a ratificação do Tratado de Maastricht – que promovia os grandes avanços do processo de integração da Europa. Na tentativa de buscar uma solução para este problema, o Governo da Dinamarca, com o apoio do parlamento nacional, negociou – no âmbito europeu – a existência de 'ressalvas' ao 'projeto europeu', os assim chamados '*opt-outs*' – conforme demonstrado na Tabela 1.

Dentre estas ressalvas, uma fora estabelecida na política europeia de defesa, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia. Dessa forma, muitos observadores apontaram para a existência de uma certa contradição, ou ambiguidade, na política externa e de segurança da Dinamarca: de um lado, o país compreendia a União Europeia como principal seu 'fórum' internacional; do outro, introduzia ressalvas ao desenvolvimento de políticas desta organização.

Tendo em vista tais aspectos, este trabalho tem por objetivo compreender em que medida a percepção de uma alternativa nórdica à Europa impactou na construção do, então chamado, 'dilema de integração dinamarquês', ou seja, desta posição relutante desenvolvida pelo país em relação à Comunidade/União Europeia. Para colaborar com a nossa indagação, iremos analisar a questão nórdica no desenvolvimento da política externa e de segurança da Dinamarca, tendo em vista a análise da questão nórdica tanto no período da Guerra Fria, como no período subsequente. Argumentaremos que embora nem sempre tenha sido apresentado como uma alternativa real, a questão nórdica demonstra-se de extrema importância para compreender a posição dinamarquesa na Europa.

Tabela 1. Os *opt*-outs da Dinamarca acerca do Tratado da União Europeia

Esferas da política europeia	
Política Europeia de União Econômica e Monetária	Através deste *opt-out*, a Dinamarca fica desobrigada a participar da terceira fase da União Econômica e Monetária, ou seja, a moeda comum europeia (euro).
Política Europeia de Defesa Comum	Com esta imposição, a Dinamarca fica impedida de participar na elaboração, bem como na implementação, de decisões e ações que possuam implicações de defesa.
Política Europeia de Justiça e Assuntos Internos	A participação da Dinamarca, na política europeia de justiça e assuntos internos, ocorre, apenas, através de uma cooperação intergovernamental.
Política Europeia de Cidadania	A cidadania da União Europeia é considerada pela a Dinamarca como um suplementa à cidadania nacional, e não uma substituição. (O *opt-out* dinamarquês referente a cidadania só fora estabelecido no Tratado de Amsterdan).

Fonte: Kelstrup, 2014, p. 18.

Sendo assim, a realização de um estudo detalhado sobre o comportamento apresentado pela política dinamarquesa em relação à Europa – devido à existência de inúmeras particularidades, ao se comparar com os demais países europeus – insere-se em um debate de maior importância referente as possíveis resistências e, consequentemente, dificuldades existentes em um processo de integração entre Estados nacionais.

O desenvolvimento e a consolidação teórica dos estudos referentes aos processos de integração para além da esfera nacional foram, de certa maneira, motivados pelos acontecimentos que ocorreram na Europa após o término da II Guerra Mundial, em 1945. Tendo por base o início de uma cada vez mais intensa sociabilidade entre os Estados europeus – cujos principais desdobramentos resultaram na constituição da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), esta última envolvendo países para além do continente europeu –, os estudiosos da integração compreenderam a importância de sistematizar o conhecimento do advento deste novo fenômeno do sistema internacional.

Com isso, Karl Deutsch (1954; 1966; et.al. 1957), Ernst Haas (2004 [1958]; 2008 [1964]) e Amitai Etzioni (1965), considerados por muitos como os três grandes 'pais' deste campo específico de estudo, compreenderam o processo de integração entre Estados nacionais como a resposta política necessária para o enfrentamento de questões relacionadas à segurança da região (envolvida na integração). Encontramos no cerne dos estudos destes teóricos a preocupação acerca da possibilidade dos Estados modernos, através do processo de integração, em eliminarem a existência da guerra enquanto instituição da política internacional.

> [Deutsch, Haas e Etzioni] tomaram questões essenciais como o fornecimento de segurança e a base da identidade da autoridade política e comunitária, e as transformaram de axiomas em assuntos de investigação, de fatores à variáveis: em quais condições a guerra poderá ser descartada como uma possibilidade na política, com ou sem a centralização do poder em um Estado soberano? Em que medida a identidade política dos indivíduos está ligada à nação e até que ponto é transferível para lealdades mais amplas (Wæver, 1995, p. 390)?

Assim, o fenômeno da integração fora pensado, desde sua origem, de forma a relacionar, intrinsicamente, a questão da segurança, da soberania e da identidade nacional. De acordo com os autores, a soberania e a identidade nacional constituem os primeiros, e

principais, obstáculos à integração, embora este processo tenha a capacidade de transformar e, posteriormente, até eliminar tais barreiras.

A capacidade de questões relacionadas à soberania nacional, assim como, à identidade nacional, de criar impedimentos ao desenvolvimento de 'comunidades' políticas para além do Estado moderno constitui o grande ponto de partida desta pesquisa. Como veremos nas próximas seções, a relutância da Dinamarca em participar de forma plena, ao menos formalmente, da Comunidade Europeia/União Europeia encontra-se pautada em argumentos acerca da necessidade de defender sua soberania e sua identidade nacional, uma vez que o processo de integração da Europa fora visto, devido suas características, como uma potencial ameaça a estes 'pilares' do Estado nacional.

1.1 As cinco teses acerca da excepcionalidade dinamarquesa

A história do processo de integração, mais precisamente, das respostas nacionais frente ao processo de integração da Europa, não pode ser caracterizada pela existência de atitudes nacionais uniformes perante o avanço das instituições regionais. Ao contrário, diferentes países apresentaram diferentes ações perante o fenômeno da integração, respeitando, assim, suas particularidades nacionais. A dificuldade de se construir uma Europa 'cada vez mais íntima', conforme estabelecido por Jean Monnet, reside na existência dessas diferenças nacionais, pautadas nas singularidades de suas tradições e instituições nacionais.

Na tentativa de compreender a posição da Dinamarca perante a integração europeia, Hans Branner e Morten Kesltrup (2000a, 2000b), na obra *Denmark's Policy Towards Europe After 1945: History, Theory and Options*, destacam cinco teses acerca da excepcionalidade do caso dinamarquês, em sua relação com a Europa, como um todo, desde o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

A primeira peculiaridade dinamarquesa reside no fato de que sua sociedade é caracterizada por uma alta homogeneidade de sua população, ao menos se comparado com os demais países europeus. Desta forma, a Dinamarca seria descrita como "um puro '*Estado nacional*'" (Branner; Kelstrup; 2000b, p. 14). Restaria, então, compreender quais possíveis impactos esta forte homogeneização da sociedade teria ao confrontar-se com o processo de

integração da Europa. Duas hipóteses, opostas uma à outra, podem ser levantadas acerca de tal temática: de um lado, um Estado com tais características apresentaria uma forte relutância em ceder parte de sua soberania nacional, uma vez que seu sistema político apresenta alto nível de confiabilidade entre os indivíduos de sua sociedade; do outro lado, pela própria força do Estado, a atribuição da soberania nacional aos mecanismos supranacionais seria altamente possível uma vez que o sentimento nacional não seria prejudicado por uma violação formal à autoridade nacional (Branner; Kelstrup; 2000b, p. 14).

A oposição destas duas hipóteses se dá pela distinção das formas pelas quais o Estado moderno, nacional, fora consolidado na Europa. De acordo com o filósofo alemão Jürgen Habermas (2004: 127) podemos identificar "duas trilhas" referentes à formação do Estado-nação: '*from state to nation*' e '*from nation to state*'. Assim, as sociedades que compreendem a relação 'Estado' e 'nação' através da máxima '*from state to nation*' apresentam uma dificuldade de dissociar a ideia de 'nação' da ideia de 'Estado', para estes, impõe-se a máxima 'sem Estado não há nação'. Contudo, para aquelas sociedades baseadas na relação '*from nation to state*', a ideia de 'nação' está desacoplada da ideia de 'Estado', em outras palavras, a 'nação' não necessita do 'Estado' para a sua própria existência, uma vez que sua origem é anterior.

Ole Wæver (2002) irá caracterizar esta diferença através da existência de uma concepção francesa da nação ('from state to nation'), em contraposição a uma concepção germânica de nação ('from nation to state'). Pensando neste referencial, Lene Hansen (2000b, p. 80) afirma que a peculiaridade do caso dinamarquês reside em uma junção da concepção francesa de 'Estado-nação', com uma visão germânica acerca da 'nação'.

Uma segunda característica, do excepcionalismo dinamarquês, consiste em compreender que "a posição econômica e geográfica [do país] proporcionou alternativas latentes à integração europeia continental" (Branner; Kelstrup; 2000b, p. 14-15) Desta forma, a Dinamarca, diferentemente de muitos outros países da parte continental da Europa, e devido às suas relações históricas e aproximações culturais, políticas e econômicas com outros países, possuiu ao longo destes anos 'alternativas' ao processo de integração da Europa – uma 'alternativa' presente tanto em relação aos países nórdicos, em maior grau, como em relação ao seu lado atlântico (Reino Unido).

Um terceiro fator presente para compreender a peculiaridade do caso dinamarquês demonstra-se pelo fato de o país adotar uma estratégia atípica para um 'Estado pequeno' (*small state*). De acordo com a teoria, as ações dos '*small states*' se caracterizam pela busca constante por influência na política internacional através de ampla participação em instituições internacionais, mesmo que para tal seja necessário a perda gradual de sua autonomia política. Pela sua constante defesa da autonomia nacional, perante o processo de integração da Europa, a Dinamarca apresenta uma política de '*small state*' muito singular.

O quarto, e penúltimo, elemento diz respeito à instituição do referendo popular como instrumento político nas relações do país perante o processo de integração, o que apresenta, de fato, um desafio aos políticos do país. Em comparação com os demais países da União Europeia, a Dinamarca possui o recorde de consultas populares acerca de questões europeias – uma visão geral destes referendos pode ser vista na Tabela 2. Tal uso constante deste instrumento político decorre de uma seção da Constituição da Dinamarca, introduzida em 1953, dois anos após a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que prevê o uso do referendo para decidir questões que envolvam a perda de atributos de sua soberania nacional.

A última tese acerca da excepcionalidade da Dinamarca residiria na peculiaridade de seu sistema político, responsável por lidar com os assuntos europeus em bases diárias. Diferentemente dos demais países da União Europeia que tem na figura do seu chefe do executivo o principal canal de comunicação na relação nacional-europeu, na Dinamarca tal função é realizada, em grande parte, pelo próprio parlamento nacional.

Dessa forma, estes cinco aspectos da peculiaridade dinamarquesa influenciam, em diferentes configurações e em distintos momentos históricos, a condução da política nacional, bem como da percepção nacional (tanto pela sociedade civil como pela elite política), perante o processo de integração da Europa. Por isso, as cinco teses aqui apresentadas irão pautar, de uma maneira ou de outra, umas com maior foque do que as outras, o desenvolvimento desta pesquisa.

Tabela 2. Referendos realizados na Dinamarca acerca do processo europeu de integração

Data	Assunto	Participação	'Sim'	'Não'
2 de outubro de 1972	Adesão da Dinamarca à Comunidade Europeia	90.1%	63.3%	36.7%
27 de fevereiro 1986	Ato Único Europeu	75.8%	56.2%	43.8%
2 de junho 1992	Tratado de Maastricht	83.1%	49.3%	50.7%
18 de maio 1993	Tratado de Maastricht e Acordo de Edinburgh	86.5%	56.7%	43.3%
18 de maio 1998	Tratado de Amsterdan	74.8%	55.1%	44.9%
28 de setembro 2000	Adesão à moeda comum europeia (euro)	87.6%	46.8%	53.2%

Fonte: Kesltrup, 2014, p. 16.

1.2 O 'dilema' de integração dinamarquês

O período que se seguiu ao término da II Guerra Mundial fora caracterizada pela necessidade dos Estados europeus em reorientar a condução de suas políticas em relação aos seus 'vizinhos'. A crescente aproximação entre os países da região neste período tivera impulso com a criação da *Organização Europeia de Cooperação Econômica* (OECE), em 1948, consequência direta das negociações, iniciadas no ano anterior, entre os países do continente – principalmente, França e Reino Unido – acerca da utilização do auxílio financeiro oferecido pelo Governo dos Estados Unidos da América, no âmbito do *Plano de Recuperação da Europa*, mais conhecido como *Plano Marshall*.

Neste período, embora demonstrasse extremo interesse econômico em participar da OECE, a Dinamarca, através de seu governo, já demonstrava suas reticências com relação ao desenvolvimento de uma maior cooperação entre os Estados europeus continentais. Em nota oficial, fora estipulado que a participação do país na organização se daria, apenas, em um sentido econômico, sem nenhuma implicação para a esfera política e de segurança. A preocupação com as possíveis consequências para além da órbita econômica da participação dinamarquesa na OECE encontrava-se de acordo com a tradição de neutralidade defendida pela doutrina, vigente na época, da política externa do país. Desde então, "a questão europeia na política externa dinamarquesa fora, desde o início, concebida de forma predominantemente econômica e pragmática" (Banner; Kelstrup; 2000b, p. 16).

Contudo, no ano seguinte, em 1949, o país rompe com sua tradição de neutralidade ao assinar o *Tratado do Atlântico Norte*, tornando-se, assim, um dos Estados fundadores da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN). A adesão dinamarquesa à aliança militar do Atlântico Norte tinha como objetivo a garantia da defesa militar do país, uma das prioridades estabelecidas para promover a segurança nacional ao longo prazo. Embora o rompimento com a doutrina de neutralidade tenha ocorrido, a participação do país na OTAN era vista como um 'mal necessário', devido ao contexto internacional que surgia no período do pós-guerra. Com isso, sua participação na aliança não se deu de forma 'plena'.

> (...) os responsáveis pela formulação da política dinamarquesa continuavam comprometidos com a adesão à OTAN, mas, ao mesmo tempo, recusaram a presença de instalações militares americanas em território dinamarquês, questionando a relevância e utilidade das forças armadas, exceto para as missões de manutenção da paz, e mantiveram os gastos militares do país consistentemente abaixo da média [dos países membros] da OTAN (...) (Wivel, 2014a, p. 82).

Enquanto isso, a constante aproximação entre a França e Alemanha, impulsionadas pelas ações de políticos como Jean Monnet e Robert Schumann, pelo lado francês, e Konrad Adenauer, pelo lado alemão, tivera como consequência a criação da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA), em 1951, com a assinatura do Tratado de Paris. Unidos em torno da produção do carvão e do aço, importantes insumos da guerra, a 'Europa dos seis' iniciou o processo de integração do continente Europeu em torno da preocupação compartilhada acerca da necessidade de eliminar a prática (corrente) da guerra entre os Estados da região. Para tal, a CECA, composta pela França, Alemanha (Ocidental), Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo, caracterizou-se pela necessidade de se incorporar elementos supranacionais em seu desenho institucional, em contraposição ao caráter intergovernamental presente nas instituições internacionais da época, algo que será melhor debatido no próximo capítulo.

O 'projeto europeu', do qual a CECA fora a primeira instituição formal, compreendia a necessidade de criação de uma *Federação Europeia* para garantir, de uma vez por todas, a eliminação da prática da guerra na região. Tendo em vista tal objetivo, conforme 'desenhado' por Jean Monnet, a criação deste 'Estados Unidos da Europa' ocorreria através da incorporação de instituições supranacionais em áreas despolitizadas, ou 'não demasiadamente politizadas', que serviriam de base para uma 'união cada vez mais íntima'. Em outras palavras, a delegação das soberanias nacionais à autoridade supranacional comum as partes

envolvidas ocorreria com maior facilidade em áreas não sensíveis ao Estado moderno, servindo de base para o alargamento de suas competências às esferas mais politizadas. A intensificação das relações entre os Estados europeus, originada pela CECA, serviria de base para o desenvolvimento da solidariedade e confiança entre os países, o que permitiria, posteriormente, o desenvolvimento de uma união em áreas mais politizadas, como a de política externa e a de segurança.

A crítica de Monnet ao caráter intergovernamental das instituições internacionais, fruto de sua experiência política como representante francês na *Liga das Nações*, consistia no entendimento de que em tais disposições os Estados nacionais continuam a defender apenas seus interesses particulares e que, ao longo prazo, o embate resultante entre estas distintas concepções nacionais resultaria em conflito, no caso, numa terceira guerra mundial entre os Estados europeus. Sendo assim, seria necessário criar uma 'alta autoridade' (elemento supranacional) que teria como objetivo defender a 'vontade geral' dos seus Estados membros – uma vez que uma instituição intergovernamental não possuiria as condições necessárias para modificar estes interesses particulares/nacionais.

O desenvolvimento da *Comunidade Europeia*, ao longo dos anos 50 e 60, chamou a atenção dos respectivos governos dinamarqueses devido, exclusivamente, às suas vantagens econômicas. Contudo, a peculiaridade imposta pelo 'modelo europeu' acabou por gerar uma cisão entre os políticos do país. De um lado, havia aqueles que apoiavam a adesão da Dinamarca na *Comunidade Europeia*, mesmo que para isso fosse necessário estabelecer a perda formal de atributos da soberania nacional – devido ao caráter supranacional desenvolvido por estas instituições europeias. Do outro lado, havia o questionamento sobre a impossibilidade da perda da autonomia nacional em detrimento de uma maior influência internacional. A partir de então, o debate acerca da relação do país com a integração europeia dividiu-se entre aqueles que defendem a adesão ao processo supranacional e aqueles críticos, defensores da autonomia nacional através do fortalecimento de um modelo pautado na cooperação intergovernamental.

Com o objetivo de cumprir com os objetivos da esfera econômica de sua política externa, a Dinamarca envolveu-se nas negociações para a criação de duas instituições internacionais de comércio. Devido a sua proximidade com o Reino Unido, a Dinamarca participou da criação da *Associação Europeia de Livre Comércio* – também conhecida como *European Free Trade Association* (EFTA). Uma vez que as ambições da EFTA eram bem

inferiores ao procurado pelo Governo dinamarquês, o país engajou-se nas negociações para a criação de uma união econômica nórdica, a *NORDEK*, juntamente com Suécia, Noruega e Finlândia.

Contudo, a situação econômica (comércio internacional) da Dinamarca encontrava-se numa situação delicada, uma vez que os seus dois maiores mercados de exportação, Alemanha e Reino Unido, encontravam-se em instituições econômicas internacionais distintas – *Comunidade Europeia* e EFTA, respectivamente. Com isso, durante os anos 60, consolidou-se "um consenso de que a Dinamarca poderia se juntar, mais tarde, à Comunidade Europeia, se as condições internacionais mudassem ao ponto de favorecer tal ação" (Banner; Kelstrup; 2000b, p. 17).

Acompanhando o Reino Unido, a Dinamarca solicitou sua adesão à *Comunidade Europeia*. Entretanto, devido uma forte oposição francesa à incorporação do Reino Unido à integração europeia, os pedidos britânicos de adesão foram negados duas vezes, uma em 1961 e outra em 1967. Da mesma forma, a Dinamarca continuou seguindo o Reino Unido e suspendeu seu pedido de adesão, nos dois momentos acima mencionados. Somente dois anos depois, a 'Europa dos seis' sinalizou uma mudança e aceitou os pedidos de incorporação, em 1971. Após isso, o Governo dinamarquês rompeu com as negociações referentes à Nordek, já a EFTA, por sua vez, fora incorporada pela *Comunidade Europeia*, criando assim o *Espaço Econômico Europeu*.

Em 2 de outubro de 1972, a Dinamarca realizou um referendo acerca da adesão do país à *Comunidade Europeia*. Com a participação massiva de 90.1% da população votante, o país tornou-se membro da integração europeia, juntamente com o Reino Unido e a Irlanda. A incorporação da Dinamarca tivera o apoio de 63.3% dos eleitores. Todavia, a adesão dinamarquesa, em 1973, não fora capaz de eliminar as disparidades do debate interno acerca do impacto do 'projeto europeu'.

> O acalorado debate sobre as consequências da adesão da Dinamarca à *Comunidade Europeia* mostrou uma forte clivagem entre, de um lado, a política dominante, pragmática e baseada na economia, e, por outro lado, os dinamarqueses eurocéticos, que argumentavam principalmente em termos de identidade, compreendendo a participação na *Comunidade Europeia* como uma ameaça à autonomia e soberania nacional (Kesltrup, 2014, p. 15).

O início da participação da Dinamarca no processo de integração da Europa fora caracterizado por um forte grau de relutância ao desenvolvimento do projeto europeu, que visava à criação de uma unidade política entre os países da região. Contudo, devido à conjuntura internacional do momento, a evolução deste projeto encontrava-se estagnada, o que favoreceu a aceitação da *Comunidade Europeia* por parte dos dinamarqueses. Morten Kelstrup (2014, p. 16) caracterizou a atitude dinamarquesa neste período como 'engajamento limitado', 'fragmentação' e 'pragmatismo'. Internamente, os políticos favoráveis à integração europeia tinham por objetivo demonstrar a improbabilidade da criação de uma federação europeia e, consequentemente, os crescentes ganhos econômicos em participar do processo. Diferentemente da EFTA, a *Comunidade Europeia* incorporava questões relativas às políticas agrícolas, de extrema importância para a economia do país.

O debate dinamarquês acerca da integração europeia, por conseguinte, caracterizou-se, desde os anos 50, na defesa de instrumentos de cooperação intergovernamental em detrimento do crescimento de características supranacionais. Em outras palavras, a relutância dinamarquesa, nesta época, encontrava-se no enfrentamento entre as noções de autonomia e influência.

Dessa forma, podemos compreender a relação da Dinamarca para com o processo de integração da Europa através da existência de um certo tipo de dilema: de um lado, há a necessidade de se manter a autonomia nacional, ao menos em seu plano formal; e, do outro lado, a busca de interesses econômicos e políticos através da participação no processo. É este fenômeno que será caracterizado, no plano teórico, através da ideia de 'dilema de integração'.

O 'dilema de integração' pode ser definido como,

> O dilema que um ator, possivelmente, um Estado, presencia quando é confrontado com um novo passo importante para uma maior integração. A situação pode ser que o ator tenha de escolher entre, de um lado, participar da integração mais intensa (com o possível risco de ser "aprisionado", sendo forçado a aceitar decisões que de outra forma rejeitaria) ou, de outro lado, rejeitar a nova etapa de integração (com o risco de ser "abandonado", deixado de fora do processo de integração ou perder influência dentro deste) (Kelstrup, 2000b, p. 431).

Nos primeiros anos da participação dinamarquesa na *Comunidade Europeia*, a relutância do país com a possibilidade de uma integração política supranacional fora

amenizada pela estagnação da evolução do 'projeto europeu'. Os problemas enfrentados pelo próprio processo de integração acabaram por criar as condições necessárias para a adesão, pragmática, da Dinamarca, sem ter que temer possíveis avanços supranacionais.

Contudo, no final dos anos 80, a presidência de Jacques Delors no comando da *Comissão Europeia* trouxe um novo fôlego ao 'projeto europeu', ademais, a conjuntura internacional da época acabou por estabelecer um ambiente favorável ao avanço institucional da *Comunidade Europeia*. O *Ato Único Europeu*, assinado em 1986, promoveu o crescimento da cooperação política entre os países membros e introduziu o voto majoritário no *Conselho Europeu*, em detrimento da resolução por consenso, introduzindo assim, novos elementos supranacionais à integração europeia.

Devido a uma cláusula estabelecida, em 1953, na Constituição da Dinamarca, o Governo do país é obrigado a realizar um referendo toda vez que o parlamento nacional não aprovar com 5/6 dos votos a transferência de 'poderes' soberanos à organismos internacionais, o que, na prática, impossibilitava a aprovação parlamentar de uma transferência de soberania. A proposta do *Ato Único Europeu* fora rejeitada pelo Parlamento dinamarquês devido a uma oposição majoritária que uniu o *Socialdemokraterne* (Partido Social Democrata), o *Det Radikale Venstre* (Partido Social Liberal ou Partido Liberal Radical) e o *Socialistisk Folkeparti* (Partido Popular Socialista). De acordo com Lene Hansen (2002: 50), a proposta do *Ato Único Europeu* fora barrado no parlamento devido "em grande parte, a conflitos internos não relacionados com a *Comunidade Europeia*".

A consulta popular, todavia, não apresentou uma consonância com a decisão parlamentar. Em 27 de fevereiro de 1986, o referendo dinamarquês referente à ratificação do *Ato Único Europeu* resultou na vitória do '*sim*', apoiado por 56.2% dos eleitores. Como consequência da votação, fora criado um 'consenso' entre os quatro principais partidos políticos dinamarqueses – o *Det Konservative Folkeparti* (Partido Conservador), o *Danmarks Liberale Parti (Venstre)* (Partido Liberal), o *Det Radikale Venstre* e o *Socialdemokraterne* sobre a necessidade de uma política mais positiva em relação à *Comunidade Europeia*.

Ademais, as mudanças econômicas desenvolvidas pelo *Ato Único Europeu*, através da solidificação do *Mercado Único Europeu*, impulsionou esta virada nas relações existentes entre a Dinamarca e a *Comunidade Europeia*. O entendimento, por parte do governo, de que o fim gradual da Guerra Fria proporcionava uma maior globalização dos mercados

internacionais e, que tal realidade dificilmente poderia ser regulada através de ações nacionais/individuais, colaborou para a aceitação dos avanços institucionais da integração europeia (Hansen, 2002b; Kesltrup, 2014).

O final do anos 80 fora marcado pela aceitação política, por parte dos grandes partidos políticos dinamarqueses, da necessidade do país em participar ativamente na esfera política da *Comunidade Europeia*. Esta virada 'pró-integracão', presente tanto nos partidos governistas, como em grande parte da oposição, fora a base para a aceitação política do Tratado de Maastricht, em 1991.

> A interpretação principal era de que a Dinamarca deveria buscar vantagens econômicas, bem como em influenciar [o desenvolvimento] da União Europeia, e que os problemas relacionados com a autonomia [nacional] e os dinamarqueses eurocéticos, não deveriam ser decisivos [na escolha política] (Kelstrup, 2014, p. 17).

Contudo, devido aos inúmeros avanços supranacionais previstos pelo Tratado de Maastricht, e a impossibilidade de alcançar uma maioria de 5/6 no parlamento nacional, fora necessário evocar mais um referendo referente à questões europeias. Devido ao apoio massivo dos partidos políticos, além dos grandes grupos de interesse da sociedade dinamarquesa, como aqueles ligados a indústria e a agricultura, a vitória da aprovação do tratado era vista como certa.

No dia 2 de junho de 1992, entretanto, com a participação de 83.1% dos eleitores, o Tratado de Maastricht fora negado por 50.7% dos votos. O resultado, completamente inesperado pelo governo, indicou a "falta de apoio popular por de trás da nova política, relativamente mais, pró-europeia" (Kelstrup, 2014, p. 17).

Em outubro do mesmo ano, um compromisso nacional fora firmado entre os principais partidos nacionais e os partidos que representavam o lado mais eurocético da sociedade dinamarquesa, como o *Socialistisk Folkeparti*. Em conformidade com o resultado do referendo, os partidos políticos estabeleceram a necessidade de aprovar o Tratado de Maastricht, devido à importância da permanência do país na integração europeia, porém, lidando com o crescente euroceticismo dinamarquês, fora determinado que a participação da Dinamarca aconteceria através da defesa de restrições formais ao avanço de mecanismos europeus supranacionais, essas barreiras legais foram denominadas de '*opt-outs*'. Em

dezembro, uma cúpula do Conselho Europeu, na cidade escocesa de Edinburgh, aprovou as restrições impostas pela Dinamarca. Em maio do ano seguinte, um referendo popular aprovou, com 56.7% dos votos, o Tratado de Maastricht e o Acordo de Edinburgh.

Duas interpretações, acerca das restrições (*opt-outs*) dinamarquesas, foram desenvolvidas. De um lado, encabeçados pelos *Danmarks Liberale Parti (Venstre)* e *Det Konservative Folkeparti*, acreditava-se que tais restrições serviriam como uma forma de amenizar os crescentes anseios eurocéticos de parte da população e que, após um tempo, tais restrições teriam o seu fim. Do outro lado, defendido principalmente pelos *Socialdemokraterne* e *Det Radikale Venstre*, bem como os movimentos eurocéticos organizados, as restrições deveriam ser vistas como condições permanentes das relações do país para com a União Europeia.

De toda a forma, a recusa inicial do Tratado de Maastricht, que introduziu a '*União Europeia*', e a existência das restrições dinamarquesas, demonstrou que o 'dilema' de integração apresentado pela Dinamarca desde o início de sua adesão não havia sido superado.

Desde então, as políticas dinamarquesas em relação à União Europeia refletem a existência deste 'dualismo' característico do debate no país acerca do desenvolvimento da integração europeia. Por um lado, as políticas dinamarquesas buscam influenciar a construção das políticas europeias através da participação do país na instituição; do outro lado, esta participação encontra-se restringida pela existência dos empedimentos legais que visam a preservação da autonomia nacional, ao menos em seu aspecto formal.

Além disso, o resultado do referendo acerca do Tratado de Maastricht colaborou para o crescimento e a consolidação de movimentos eurocéticos no país. É curioso notar para o fato de que a cisão entre os políticos dinamarqueses – além da própria sociedade – acerca de qual deveria ser a política do país em relação a UE é perpetuado pelos dois movimentos eurocéticos criados após o debate de 1992. O *Folkebevægelsen mod EU* (Movimento Popular contra a União Europeia) intercede na política dinamarquesa defendendo a retirada do país da integração europeia; em contraposição, o *JuniBevægelsen* (Movimento de Junho – em referência ao mês que ocorrera o referendo de 92) milita em favor da permanência do país na União Europeia, porém salvaguardando as restrições estabelecidas.

Após a ratificação do Tratado de Maastricht, juntamente com o 'compromisso nacional', os posteriores governos dinamarqueses deram continuidade à busca por uma maior

participação no desenvolvimento das políticas europeias. Sob o governo do Primeiro-Ministro Poul Nyrup Rasmussen (1993-2001), pelo *Socialdemokraterne*, em 1996, a Dinamarca ratificou sua participação no Acordo de Schengen e participou de forma ativa nas negociações referentes ao Tratado de Amsterdam. A ação do país estava de acordo com sua política 'dualista': enquanto buscava influenciar a condução do progresso da integração europeia, garantia nas negociações com os demais países europeus a permanência dos seus *opt-outs*. Este movimento de 'entusiasmo' com a União Europeia, por parte da cúpula política, sofre uma outra reviravolta quando, em 2000, 53.2% dos eleitores rejeitam a adesão do país à moeda única europeia, o euro, em mais um referendo.

Ao suceder Poul Nyrup Rasmussen, o recém-eleito Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen (2001-2009), pelo *Danmarks Liberale Parti (Venstre)*, forma um governo com minoria parlamentar dependendo do apoio do *Dansk Folkeparti* (Partido do Povo Dinamarquês), de orientação eurocética. Da mesma forma que o seu sucessor, Lars Løkke Rasmussen (2009-2011), pelo mesmo partido, que dependia do mesmo apoio parlamentar, buscou uma política mais ativa e engajada com o processo de integração da Europa, contudo, tal 'entusiasmo' fora barrado pela resistência do *Dansk Folkeparti*.

> Em suas declarações, o governo [tanto de Anders Fogh Rasmussen como o de Lars Løkke Rasmussen] manteve sua atitude positiva em relação à União Europeia e declarou que a Dinamarca deveria remover suas reservas (após um referendo). Contudo, na realidade, o governo dificilmente tomou qualquer iniciativa na União Europeia, e não havia uma política séria para se livrar das reservas dinamarquesas. A principal razão para isso, é claro, fora o desejo do governo em agradar o partido que lhe garantia apoio parlamentar, o *Dansk Folkeparti* (Kelstrup, 2014, p. 22).

A influência exercida pela Dinamarca no desenvolvimento da União Europeia, além de limitada por questões políticas internas, refletia suas particularidades, em outras palavras, suas restrições ao crescimento dos aspectos supranacionais da integração europeia. Ao ocupar a presidência do Conselho da União Europeia, em 2002, o país evitou questões relacionadas à evolução institucional da integração, focando seus esforços no alargamento da União Europeia para o Leste Europeu – dando maior importância à condução dos países bálticos em direção das instituições europeias.

Em suma, as atitudes dinamarquesas em relação ao processo de integração caracterizaram-se, ao longo da história, pela presença de um 'dilema' que serviu de base para

a adoção de uma política 'dualista', desde o início dos anos 90. A dicotomia 'influência' e 'autonomia' fora ministrada de diferentes formas ao longo das últimas décadas, moldando as políticas do país em relação à Comunidade Europeia/União Europeia e, colocando em lados opostos, a elite política do país (inclinada à adesão plena no processo de integração) e a sociedade civil (reticente com certos aspectos da integração, principalmente, seu impacto na autonomia nacional).

1.3 Os pilares da política externa e de segurança da Dinamarca

Com o fim do conflito da II Guerra Mundial e o advento da, assim chamada, Guerra Fria, a política externa e de segurança da Dinamarca caracterizou-se por um excesso de 'pragmatismo' e 'reativismo', conforme visto anteriormente, fazendo com que o país fosse caracterizado como um grande 'Estado marginal' em relação ao centro político da região europeia (Wivel, 2014, p. 82). Este caráter 'pragmático' e 'reativo' acabou por caracterizar a ação dinamarquesa nos quatros pilares de sua política externa e de segurança.

Assim, durante o período da Guerra Fria, podemos compreender a política externa e de segurança do país ao analisarmos esta estrutura institucional internacional capaz de promover os interesses da Dinamarca. Os pilares internacionais da política do país encontravam-se baseados na participação dinamarquesa na OTAN, na *Comunidade Europeia*, na *Organização das Nações Unidas* (ONU) e no *Conselho Nórdico* (Wivel, 2014a, p. 82-83; Larsen, 2011, p. 94), fazendo com que estes pilares fossem compreendidos em dois grandes grupos. De um lado, a adesão do país à OTAN e a *Comunidade Europeia*, fora compreendida mais como uma 'necessidade' do que, propriamente, uma 'escolha'; a primeira era responsável por questões de defesa, enquanto a outra tinha por função cumprir com os interesses econômicos do país. Do outro lado, a participação da Dinamarca na ONU e no *Conselho Nórdico* fora vista como uma 'escolha' política, e representavam a promoção de valores (ONU) e o 'fórum' onde se desenvolvia a identidade da política externa e de segurança do país (Conselho Nórdico). Em suma, haviam as instituições cuja participação refletia o sentimento de um certo 'mal necessário' (política de defesa/OTAN; cooperação econômica/Comunidade Europeia), e aquelas que exprimiam uma escolha política (promoção de valores/ONU; identidade política/Conselho Nórdico).

> A OTAN e a [Comunidade] Europeia eram vistas, principalmente, tanto pelo eleitorado, quanto pela elite política, como fontes para 'download' de políticas de segurança e comércio; ao posso que tanto o Conselho Nórdico, como as Nações Unidas, eram vistas como espaços institucionais ideais para o 'uploading' de políticas de *small-states* e de promoção de valores (Wivel, 2014, p. 82).

De acordo com Anders Wivel (2014a), interpretação aceita por este trabalho, a política externa e de segurança da Dinamarca poderia ser compreendida sem a presença do pilar que corresponde a presença do país nas Nações Unidas, uma vez que a participação dinamarquesa na instituição consistia numa 'plataforma' para a promoção de valores nórdicos, em grande medida, ou europeus, em menor medida, na política global. Assim, a política externa e de segurança do país encontrar-se-ia, de fato, na interação entre os pilares atlântico, europeu e nórdico. A 'ação' reativa, fortemente presente na condução das políticas do país durante a Guerra Fria, encontrava-se em cada um dos pilares que compunham a política externa e de segurança da Dinamarca, deixando a condução/elaboração da política destes pilares na responsabilidades de outros países – OTAN/Estados Unidos da América e Reino Unido; Comunidade Europeia/Alemanha e França; Conselho Nórdico/Suécia.

O grande problema, ao menos descrito como, para a política externa e de segurança dinamarquesa da época residia no entendimento de que cada um destes pilares serviam para cumprir funções bem delimitadas, e excludentes, e tornar-se-ia impossível a junção destas 'pedras angulares' em uma única instituição internacional (Larsen, 2000; Hækkerup, 1965).

A necessidade do pilar atlântico, representado pela OTAN, fora compreendida pela elite política como a única alternativa possível ao país em participar plenamente de uma estrutura atlântica de segurança. A questão atlântica, em termos geopolíticos, tornava-se necessária na medida em que as potencias europeias continentais ainda eram percebidas como uma grande fonte de ameaças à Dinamarca, principalmente a Alemanha. Sendo assim, a presença dos EUA em uma estrutura atlântica de segurança serviria como uma garantia de que qualquer possível pretensão "hegemônica" por parte da Europa continental poderia ser contida. Ademais, além de conter este eventual avanço, a organização atlântica de segurança seria necessária para defender os territórios ultramarinos do Reino da Dinamarca, ou seja, a Groelândia e as Ilhas Faroe – que durante a II Guerra Mundial foram defendidos, tanto pelos EUA, como pelo Reino Unido (Pedersen, 2006).

O pilar nórdico, por sua vez, caracterizado pela existência do Conselho Nórdico, uma cooperação interparlamentar entre os países nórdicos – Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia – serviu de 'fórum' institucional para discussões referentes à condução da política externa de seus países, promovendo valores compartilhados entre as partes. É de comum acordo que este 'bloco' nórdico apresentou, ao longo do período da Guerra Fria, uma abordagem comum à política internacional, promovendo valores comuns baseados em:

> (...) uma agenda progressiva de política externa [pautada na promoção] da paz, do desarmamento, cooperação, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e solidariedade com os países [do assim chamado] Terceiro Mundo. A criação de uma forte sociedade internacional caracterizada pela adesão à direitos universais, em contraposição à uma política de poder, fora uma das questões primordiais provida pelos países nórdicos durante a Guerra Fria (Wivel, 2014a, p. 83).

Por último, o pilar europeu representou um pequeno e limitado papel na política externa e de segurança da Dinamarca, ao menos durante o período da Guerra Fria. Como demonstrado anteriormente, à participação dinamarquesa na *Comunidade Europeia* deu-se, estritamente, devido a questões econômicas, principalmente o que tange o comércio internacional. De uma certa maneira, ao utilizar o arcabouço teórico promovido nos anos 90 acerca do alargamento dos estudos de segurança internacional para áreas além do aspecto militar, podemos afirmar que o pilar europeu serviu como principal instrumento internacional responsável por garantir à segurança econômica do país.

Para além desta interpretação, a construção do processo de integração da Europa influenciou indiretamente a condução da política externa e de segurança da Dinamarca, uma vez que criara as condições necessárias para a existência da paz na região da Europa Central, arquitetando assim uma 'estabilidade geopolítica'. A intensificação da cooperação nórdica em torno da promoção de valores, por exemplo, só fora possível devido às condições pacíficas encontradas na região, promovidas pelo então 'projeto europeu' e suas comunidades europeias.

Uma mudança radical na política externa e de segurança da Dinamarca só fora ocorrer com o fim da 'ordem' estabelecida pela Guerra Fria. O principal impulsionador desta mudança deu-se através da ação dinamarquesa na região do báltico. Com a assistência dos demais países nórdicos, a Dinamarca concentrou seus esforços internacionais prestando auxílio no processo de transição enfrentado pelos três países bálticos, Lituânia, Letônia e

Estônia. Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os países nórdicos ajudaram a reconstrução destes Estados bálticos garantindo sua inserção em estruturas regionais e transatlânticas de segurança, a saber, a União Europeia e a OTAN.

Ademais, com os avanços institucionais promovidos pelo processo de integração da Europa, e a consequente criação da União Europeia, a elite política dinamarquesa compreendeu o 'bloco' europeu como uma 'quase ideal' organização de segurança internacional, deixando a desejar apenas em seu aspecto militar. Uma vez que o Tratado de Maastricht havia definido os valores e objetivos a serem perseguidos pela Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, e sendo estes compatíveis com os valores nórdicos, a Dinamarca, em sua nova doutrina de política externa, de 1993, rompe com o seu 'pragmatismo' e suas políticas reativas. Com essa mudança, a nova política externa e de segurança do país passa a ser caracterizada por um maior protagonismo internacional, tendo a União Europeia como principal plataforma internacional de promoção de seus valores e interesses.

Com a ampliação das capacidades da integração europeia, a elite política dinamarquesa compreendeu que os três pilares presentes na política externa do país, ao longo da Guerra Fria, "agora pareciam ser, exatamente, os pilares que sustentavam a integração europeia" (Wivel, 2014a, p. 87).

Dessa forma, a União Europeia passa a ser compreendida como a principal estrutura institucional de amparo à política externa e de segurança da Dinamarca. De acordo com documento publico pelo Governo dinamarquês (Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, 2006, p. 11), "(...) a União Europeia é, e será cada vez mais, a mais importante estrutura institucional para a Dinamarca na gestão dos desafios [impostos pela] globalização". Contudo, conforme demonstrado anteriormente, a identificação do papel principal da União Europeia para a política externa e de segurança do país fora seguida de um *opt-out* referente às políticas europeias de defesa, criando assim, limitações formais à ação dinamarquesa.

1.4 Perguntas, hipóteses e objetivos da Pesquisa

Tendo em vista o exposto, a pesquisa aqui descrita tem por objetivo apresentar contribuições científicas significativas acerca das dificuldades encontradas por um processo de integração – mais precisamente, aquele que tivera início na Europa após o término da II Guerra Mundial –, sendo tais obstáculos relacionados a questões envolvendo a defesa da autonomia nacional, bem como da identidade nacional, ao menos no plano do discurso. Através de um estudo de caso, o da Dinamarca, pretendemos compreender os desafios impostos tanto para constituição de uma integração regional, quanto aos desafios impostos por este processo à esfera nacional.

De forma sistematizada, temos por objetivo entender os motivos e as condições, que exerceram significativo impacto na construção de uma política dinamarquesa reticente com o processo de integração da Europa. Para tal, delimitando a abordagem apresentada pela pesquisa, procuramos compreender em que medida a percepção de uma alternativa nórdica à Europa impactou na construção do, então chamado, 'dilema de integração dinamarquês'.

Deste modo, esta pesquisa pretende apresentar respostas satisfatórias para as seguintes perguntas fundamentais:

I. Quais fatores podem ser considerados para compreender os motivos pelos quais a Dinamarca - tanto sua elite política, bem como grande parcela de sua sociedade – possui uma política reticente em relação ao desenvolvimento de elementos supranacionais no processo de integração da Europa?
II. Qual é o papel da questão nórdica neste processo? Em que medida o entendimento de comunidades conflitantes contribuiu para o desenvolvimento de uma atitude reticente com o desenvolvimento da Comunidade Europeia/União Europeia?
III. Devido às mudanças conjunturais oriundas do término da 'ordem' vigente durante o período da Guerra Fria, como a relação entre os pilares da política externa e de segurança da Dinamarca – o atlântico, o europeu e o nórdico – passa a ser compreendido?

Em conformidade com as perguntas de pesquisa levantadas, este trabalho irá apresentar as subsequentes hipóteses, a serem refutadas ou comprovadas:

a. Demonstraremos a importância de alguns fatores para a construção deste 'dilema' enfrentado pela Dinamarca no processo de integração europeia. Em conformidade com a abordagem da sociologia histórica, iremos buscar na construção do Estado moderno dinamarquês elementos que possam elucidar o entendimento acerca do desenvolvimento deste seu 'dilema de integração'. Para tal, buscaremos demonstrar como a construção moderna da Dinamarca é o resultado de um processo de desmembramento de uma grande potência do norte europeu, cujo resultado final encontra-se em sua atual posição como '*small state*'. Argumentaremos que o grande evento que caracteriza o entendimento moderno do país, a guerra de 1864 contra a Prússia e a Áustria, e a consequente perda dos ducados ao sul do país para a Alemanha unificada por Bismarck, é de extrema importância para a compreensão da política dinamarquesa para a Europa desde o término da II Guerra Mundial, em 1945. Ademais, em conformidade com a pergunta central da pesquisa, é após 1864 que um sentimento pan-Nórdico ira se fortalecer no cenário político dinamarquês.
b. Iremos argumentar que a questão nórdica é de extrema importância para a compreensão da atual política dinamarquesa para a Europa. Embora desde os anos 70 a ideia de uma real 'alternativa nórdica' à Comunidade Europeia deixou de existir, a questão nórdica fora de extrema importância para o desenvolvimento da política europeia da Dinamarca, pautando as ações do país em relação ao processo de integração da Europa.
c. Durante a Guerra Fria, a interpretação dominante residia no entendimento de que os três pilares da política externa e de segurança da Dinamarca – a saber, o atlântico, o europeu e o nórdico – representavam acordos institucionais necessários para cumprir com diferentes funções, bem delimitadas e excludentes, e que, dessa forma, não seria possível a junção destes pilares em uma única instituição internacional. Com isso, podemos afirmar que neste período havia uma relativa 'disputa' entre estes pilares, caracterizado pela ideia de 'or Nordic, or EC[2], or NATO[3]'. Com o término da Guerra Fria e o avanço do processo da integração europeia, grande parte da literatura irá afirmar que o eixo nórdico perdeu sua devida importância. Contudo, pretendemos apresentar argumentos que colaboram com a ideia de que após o término da Guerra

[2] Sigla correspondente à *Comunidade Europeia*, em inglês.
[3] Sigla correspondente à *Organização do Tratado do Atlântico Norte*, em inglês.

Fria a posição 'or Nordic, or EC, or NATO' fora modificada para um arranjo 'Nordic, EU[4] and NATO', tendo o pilar europeu adquirido um caráter centralizador.

Desta maneira, a pesquisa aqui apresentada tem por objetivos secundários:

i. Apresentar um estudo empírico detalhado de um caso emblemático de Estado-nação membro de um processo de integração que possui restrições, ao menos no plano formal, ao desenvolvimento institucional da organização – em conformidade com os receios apresentados no início do desenvolvimento dos estudos teóricos acerca da integração, por Karl Deutsch, Ernest Haas e Amitai Etzioni.
ii. Através do estudo do caso dinamarquês, pretendemos contribuir empiricamente para os estudos acerca da conceptualização de 'comunidade de segurança', conforme estabelecido por Karl Deutsch. A literatura sobre o assunto trata os países nórdicos como um dos poucos casos emblemáticos de uma 'comunidade de segurança' e, ademais, a União Europeia como um exemplo mais recente do mesmo fenômeno. A posição da Dinamarca, como uma 'ponte' entre as duas Comunidades, irá favorecer o entendimento deste fenômeno.
iii. Mapear o desenvolvimento e construção dos fluxos da política externa e de segurança internacional da Dinamarca, em ambos os intervalos históricos analisados, ou seja, o período da Guerra Fria, bem como o seu estágio subsequente.
iv. Através do estudo do caso dinamarquês, pretendemos contribuir para a 'comprovação' e/ou 'refutação' de princípios teóricos desenvolvidos por uma perspectiva científica preocupada em compreender as diferenciações nacionais apresentadas ao longo do processo de integração, chamadas de 'integração diferenciada' (*differentiated integration*).

1.5 Procedimentos Metodológicos

Visando a realização dos objetivos anteriormente dispostos, o desenho de pesquisa aqui apresentado está em conformidade com o modelo de pesquisa baseado no estudo de caso. Compactuamos com a seguinte definição:

[4] Sigla correspondente à *União Europeia*, em inglês.

> O estudo de caso é uma abordagem qualitativa à pesquisa na qual o investigador irá explorar um sistema limitado (um caso) ou múltiplos sistemas limitados (casos) ao longo do tempo, através de uma detalhada e profunda coleta de dados, envolvendo múltiplas fontes de informação e reportará, ao final, a descrição do caso (...). (Creswell, 2007; 73)

Ademais, entre os diferentes tipos de estudo de caso, utilizaremos a abordagem do *estudo de caso instrumental*, onde após apresentaremos um problema real (as dificuldades encontradas ao desenvolvimento de um processo de integração) iremos selecionar um caso emblemático acerca da questão (Dinamarca).

Dessa forma, esta pesquisa irá se constituir através da junção de métodos – dentro de uma estrutura qualitativa – capazes de contribuir com a realização dos objetivos propostos, a saber: (i) sociologia histórica; e (ii) a investigação causal weberiana.

Sociologia Histórica

Ao analisar o caso selecionado, esta pesquisa pretende se utilizar da (i) sociologia histórica, movimento que vem se proliferando nos estudos recentes da política internacional, como método de análise. Ao se basear no uso de estudos históricos para gerar explicações às transformações de longo alcance, capazes de enquadrar o fato social a um nexo amplo, a sociologia histórica irá se constituir como uma ferramenta de extrema importância nesta pesquisa, nos ajudando a compreender as transformações da política dinamarquesa ao longo dos anos. Na essência, a sociologia e a história, em termos de suas preocupações fundamentais, têm como foco o mesmo objetivo: compreender a 'ação social' por meio do entendimento do processo de 'estruturação social' em uma determinada ordem cronológica.

Originada como uma subdisciplina da sociologia, a sociologia histórica buscou adicionar elementos históricos nas metodologias e construções teóricas para o entendimento da realidade social. De forma geral, conforme apresentado por Gerard Delanty e Engin Isin (2003), a sociologia histórica apresenta, como uma de suas características definidoras, a preocupação com a formação e a transformação da modernidade. A instrumentalização desta abordagem ocorreria no uso de estudos históricos com o objetivo de gerar explicações às transformações de longo alcance, capazes de compreender o fato social em um encadeamento

amplo, usando como ferramenta teórica de pesquisa as tradições sociológicas, tais como a marxista, a durkheimiana, a weberiana, entre outras.

A suposição na qual a sociologia histórica parte reside no entendimento de que grande parte dos problemas enfrentados pela sociologia devem ser resolvidos historicamente. De acordo com Philipe Abrams (1982, ix-x) isso não significa meramente dar um 'contexto social' na pesquisa, ou dar um 'fundo' histórico para um trabalho sociológico, nem mesmo o mero intercambio entre as duas disciplinas. A sociologia histórica apresentar-se-ia, então, como uma reformulação mais radical dos problemas, ao procurar modificar de forma mais profunda a abordagem da análise científica, por meio de um reconhecimento de que as duas disciplinas estão tentando fazer a mesma coisa e empregando lógicas compatíveis de explicação.

Tal perspectiva sustenta-se na alegação de que estes dois campos do saber, a sociologia e a história, apresentam similaridades em suas preocupações fundamentais, ou seja, possuem o mesmo objetivo enquanto disciplinas: compreender a ação humana por meio do entendimento do processo de estruturação social em uma ordem cronológica estabelecida.

A mesma preocupação encontra-se no trabalho de Raymond Aron (2002, p. 47-69). Para o sociólogo francês, a pura descrição, ou narração, de uma cadeia de fatos históricos não é capaz de analisar e explicar a realidade social, sendo assim, nenhum conhecimento dito científico "pode limitar à descrição e à narrativa". Dessa forma, a importância destas "lições [obtidas através de uma abordagem histórica, empírico-descritiva] não pode ser mantida se elas não forem inseridas numa teoria que abrange o antigo e o novo, identificando elementos constantes para elaborar o inédito, em vez de eliminá-lo".

Ao se deparar com tal realidade, Aron irá demandar a necessidade de uma análise sociológica nas relações internacionais, contudo, sem o detrimento da perspectiva histórica. Desta maneira, o autor irá defender o uso da sociologia-histórica para a compreensão dos fenômenos internacionais, como o instrumento intermediário, necessário e indispensável, entre a teoria (geral) e a descrição pura do evento.

> Ao imergir a análise sociológica na história, Aron impede que sua forma de análise teórica torne-se demasiadamente determinista e abstrata; e por se recuar perante ao quadro histórico, Aron também evita o erro de afirmar que as relações internacionais não apresentam padrões recorrentes de comportamento (Frost, 1997, p. 159).

**

Em conformidade com o que já fora exposta nesta seção, a nossa pesquisa pretende utilizar-se da (ii) investigação causal weberiana (Weber, 1999; Aron, 2008) ao analisar o caso empírico proposto. Assim, iremos procurar compreender o caso dinamarquês através da identificação de suas causalidades históricas e de suas causalidades sociológicas – "A primeira determina as circunstâncias únicas que provocaram um certo acontecimento. A segunda pressupõe a determinação de relação regular entre dois fenômenos". (Aron, 2008: 744) Com isso, ao identificarmos o que é de peculiar do caso, poderemos apresentar causalidades possivelmente regulares em mais de um caso. O desenvolvimento da teoria acerca da integração diferenciada [5] irá nos auxiliar na identificação das causalidades sociológicas.

Ademais, o estudo empírico terá como base uma análise documental de fontes primárias e secundárias, bem como através de entrevistas informais realizadas com atores relevantes à temática da pesquisa.

1.6 Estrutura da Dissertação

Em conformidade com o que fora apresentado anteriormente e com a finalidade de apresentar de forma sistemática as contribuições oferecidas por esta pesquisa, em concordância com os objetivos da pesquisa anteriormente expostos, o desenvolvimento estrutural desta dissertação fora delineado na seguinte configuração:

[5] "A integração diferenciada é o processo pelo qual os países europeus, ou subunidades estatais, optam por mover-se em diferentes velocidades e/ou em direção a diferentes objetivos no que diz respeito às políticas comuns. Envolve a adoção de diferentes acordos formais e informais (hard e soft), dentro ou fora do âmbito do Tratado da União Europeia (associação e adesão diferenciada, ao lado de várias formas diferenciadas de desenvolvimento econômico, de relações comerciais e de segurança). Desta forma, os atores relevantes assumem diferentes direitos e obrigações e passam a compartilhar uma atitude distinta para com o processo de integração (...)". (Dyson; Sepos; 2010b, p. 4)

No Capítulo II, ***Da guerra à união: o processo de integração da Europa***, iremos apresentar a construção histórica do desenvolvimento do processo de integração da Europa como uma resposta as condições apresentadas ao término da II Guerra Mundial, dando maior ênfase no entendimento da finalidade do 'projeto europeu'. Posteriormente, iremos apresentar a resposta teórica que surgira após a consolidação institucional da integração europeia, através de um debate referente às 'teorias de integração', cuja importância dá-se pelo seu papel de extrema importância na construção das mais diversas 'visões' existentes sobre o futuro da Europa. Por fim, e de maneira breve, iremos contextualizar o debate teórico acerca da integração diferenciada.

Dando continuidade, no Capítulo III, ***A construção da Dinamarca enquanto Estado moderno***, em consonância com os pressupostos da, assim chamada, sociologia histórica (que concebe a necessidade de se compreender um tema presente como o resultado de seu processo histórico) apresentaremos um mapeamento histórico, desde o término da Idade Média até o final do século XIX, enfatizando os principais acontecimentos e fatores para a construção do Estado nacional dinamarquês, bem como o surgimento de sua identidade nacional. Dessa forma, daremos ênfase à interpretação da história do país como o processo de fragmentação da grande potência do norte da Europa em um Estado pequeno dentro do contexto europeu. A questão identitária, ademais, será apresentada através da conexão do crescimento de um sentimento antigermânico e a consequente eclosão da identidade dinamarquesa baseada no seu passada enquanto grande potência nórdica.

Já no Capítulo IV, ***A Política Externa e de Segurança da Dinamarca desde o término da II Guerra Mundial***, mostraremos a evolução da política dinamarquesa em relação ao seu entorno estratégico, desde 1945. Demonstraremos a construção de sua relação para com os pilares de sua política externa e de segurança, ou seja, os pilares nórdico, atlântico e europeu, dando maior destaque para o impacto da questão nórdica neste desenvolvimento.

Por fim, no Capítulo V, iremos apresentar as conclusões levantadas pela pesquisa. Daremos ênfase às consequências do processo histórico, fundamental para o surgimento do Estado moderno dinamarquês, e o seu impacto na construção de uma comunidade nórdica. Dessa forma, nossa conclusão, tendo em vista o referencial teórico proposto por Karl Deutsch, irá demonstrar a importância da questão nórdica na construção da política dinamarquesa em relação à Europa integrada pautada na defesa de valores socialmente construídos.

CAPÍTULO II: DA GUERRA À UNIÃO – O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA EUROPA

Datar o processo que originou a criação da integração europeia – culminando na atual União Europeia – apresenta-se como uma tarefa árdua. Um movimento em favor de uma Europa unida, em termos políticos, pode encontrar suas origens na clássica obra *Monarquia* de Dante Alighieri, do início do século XIV, bem como na proposta de Pierre Dubois de criar um contingente militar comum no continente europeu, ainda em 1306 (Haas, 1948, p. 528). Em uma defesa mais moderna, encontramos, de forma destacada, a obra *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*, de Abbé de Saint-Pierre (2003), publicada originalmente em 1713. Ademais, a proposta de Saint-Pierre em criar uma Confederação entre os príncipes europeus, uma vez que o grau de interdependência entre as partes era extrema, com o objetivo de por um fim nos conflitos armados, ganha destaque no pensamento do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (2003), que, em 1756, endossa o projeto político de Saint-Pierre. E isso, apenas para destacar aquelas obras que tiveram maior impacto ao longo da história da Europa.

Contudo, como bem apontado por Ernst Haas (1948), estas propostas 'por uma Europa unida' eram os resultados de "sentimentos de pessoas, relativamente, isoladas". Embora tais obras tenham ganhado destacada importância ao longo dos anos, desde suas respectivas publicações, nenhuma delas fora capaz de inspirar o surgimento de um grupo (político) organizado capaz de transformar tais ideias em ações políticas concretas. Uma mudança considerável só fora possível após os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, findada em 1919.

Nos anos seguintes ao término do primeiro conflito mundial, principalmente, entre 1919 e 1934, inúmeros grupos políticos foram formados em torno da necessidade de construir uma Europa unificada, seja através da criação de uma Federação, ou, através de uma Confederação. Sem dúvida alguma, entre tais grupos, o que mais se destacou, pelo seu impacto político, fora o grupo *Pan-Europeu*, liderado pelo Conde Coudenhove-Kalergi, de origem austríaca. Para o Conde, a criação de uma Federação Europeia deveria pautar-se na limitação das soberanias nacionais com o objetivo de frear qualquer pretensão belicosa por parte de um dos Estados nacionais europeus. Ademais, uma Europa unida seria capaz de se

contrapor, de forma única, às demais potências mundiais. A proposta do Conde, como veremos, terá grande influência no desenvolvimento da integração europeia pós-1945.

Durante os anos da II Guerra Mundial, a ideia de uma Europa unificada retorna com força dentro dos movimentos de resistência nos países europeus atacados e subjugados pelas '*Nações do Eixo*', sendo grande parte destes movimentos ligados à partidos de esquerda.

> Assim que a guerra terminou [1945], europeus interessados em construir uma federação, mais uma vez assumiram a tarefa de formular princípios, organizar movimentos e persuadir a opinião pública para a necessidade de uma organização política do continente que transcendesse as fronteiras nacionais estabelecidas (Haas, 1948, p. 529).

O grande auge deste processo deu-se em Haia, no âmbito do Congresso da Europa, ocorrido em maio de 1948, usualmente denominado de *'The Hague*', quando cerca de setecentos políticos e intelectuais europeus se reuniram para discutir a possibilidade da construção de uma Federação Europeia.

Dessa forma, este capítulo divide-se em três grandes pontos: (i) primeiramente, iremos detalhar o debate histórico que originou o processo de integração da Europa, partindo das consequências políticas oriundas do '*The Hague*'; (ii) posteriormente, mapearemos o debate teórico acerca dos possíveis modelos que a integração europeia deveria seguir, discussão de extrema importância na condução do processo europeu, uma vez que resultam das mais diversas visões existentes que os atores da época possuíam em relação à Europa; (iii) por fim, apresentaremos a questão da diferenciação dentro do processo de integração da Europa, de extrema importância para a condução da pesquisa.

2.1 O desenvolvimento histórico do projeto europeu no pós-guerra

Um dos grandes políticos europeus da época, Sir Winston Churchill, Primeiro-Ministro do Reino Unido em duas ocasiões, de 1940 a 1945 e entre 1951 e 1955, participou ativamente das negociações do Congresso da Europa em Haia, defendendo fortemente a criação de uma Europa unificada. Seu discurso, proferido na Universidade de Zurique, em

1946, fora considerado o grande marco da revitalização do movimento federalista na Europa do pós-guerra, e serviu de grande influência para os desdobramentos em Haia.

Nas palavras de Churchill (2005, p. 301),

> (...) considerando tudo, há um remédio que, se fosse adotado por todos de forma espontânea, transformaria como por um milagre todo o cenário e faria, em poucos anos, com que toda a Europa, ou a sua maior parte, fosse tão livre e feliz como é hoje a Suíça. Que remédio soberano é esse? É recriar a família europeia, ou o máximo que pudermos, e lhe fornecer uma estrutura na qual esta possa viver em paz, segurança e liberdade. Precisamos construir uma espécie de Estados Unidos da Europa".

Para Churchill, assim como para muitos outros políticos da época, uma outra guerra envolvendo os países europeus, dentro do território da Europa, seria responsável pela destruição completa da região. Dessa forma, seria necessário a criação de mecanismos capazes de estabelecer um ambiente de 'paz, segurança e liberdade' em todo continente europeu. Para alcançar tal objetivo, Churchill afirma que o primeiro passo, para a construção dos *Estados Unidos da Europa*, estaria no desenvolvimento pleno de um sentimento de solidariedade entre a França e a Alemanha, responsáveis diretos pelas maiores discórdias da história recente do continente europeu. A reconciliação entre estes dois países pautar-se-ia em "um ato de fé na família europeia e um ato de esquecimento de todos os crimes e loucuras do passado" (Churchill, 2005, p. 302). O possível sentimento, por parte dos franceses, em exigir compensações de guerra à Alemanha poderia por um fim a qualquer ideia de reconstrução da Europa.

Por fim, Churchill compreendeu que:

> A estrutura dos Estados Unidos da Europa, se for verdadeiramente bem construída, fará com que a força material de um Estado individual se torne pouco importante. Pequenas nações serão tão importantes quanto as grandes e serão honradas pelo que contribuirão à causa comum (Churchill, 2005, p. 302-303).

O discurso de Churchill, dessa forma, e pela sua destacada importância, inflou inúmeros grupos federalistas ao longo dos mais diversos países europeus, fortalecendo uma ideia presente desde os movimentos de resistência durante a II Guerra Mundial.

Reunidos em Haia, em maio de 1948, os debates que ali ocorreram em torno de diferentes visões para a construção de uma Europa unificada tiveram grande importância para o desenvolvimento do processo de integração europeu. Algumas das resoluções ali lançadas (The Hague, 1948a) serviram de base para a construção da integração europeia, dois anos depois. É de extrema importância notar que o Congresso reconheceu a necessidade de construir uma unidade política e econômica entre os Estados europeus a fim de garantir a segurança de suas populações. E, para cumprir com tal objetivo tornava-se necessário "que as nações europeias" tivessem que "transferir e fundir uma porção de seus direitos soberanos".

Além da influência do debate intelectual acerca da construção de uma federação europeia, questões estruturais tiveram grande impacto no desenvolvimento do processo de integração da Europa. Sem dúvida alguma, o ano de 1947 fora de extrema importância para o futuro do continente. Findada a guerra, em 1945, os Estados europeus preocuparam-se, imediatamente, com a reconstrução de boa parte de sua infraestrutura interna, bem como institucional, que permitisse, posteriormente, uma recuperação sólida dos países. Contudo, no ano de 1947, a questão acerca do provisionamento de alimentos ainda não havia encontrado seu desfecho. O problema, ou parte dele, residia no fato de que os países da Europa Ocidental dependiam, já nas últimas décadas, dos alimentos produzidos nos países da Europa ao leste. Em 1947, a produção de alimentos nos países do leste europeu já não era suficiente nem para os seus próprios mercados internos.

> Então, veio o inverno brutal de 1947, o pior desde 1880. (...) A incipiente recuperação em andamento durante o pós-guerra foi subitamente interrompida. O carvão, ainda escasso, não foi bastante para atender à demanda doméstica e, em todo caso, não tinha como ser transportado. A produção industrial sofreu uma queda brusca – a fabricação de aço, que apenas começava a se recuperar, diminuiu 40% em relação ao ano anterior. Quando a neve derreteu, muitas regiões da Europa foram inundadas. Alguns meses depois, em junho de 1947, o continente entrou num dos verões mais quentes e secos já registrados. Ficou evidente que a safra seria insuficiente, em algumas localidades, pelo terceiro ano consecutivo: a produção agrícola caiu cerca de um terço, até em relação aos números observados na fraca colheita do ano anterior (Judt, 2007, p. 100-101).

Dessa forma, dois problemas estruturais tornaram-se visíveis com o auge da crise de 1947: (i) primeiramente, a economia dos países da Europa central e do leste era, antes da guerra, extremamente dependentes do mercado alemão. Com o advento da guerra, e o lento processo de recuperação da Alemanha, no pós-guerra, os países europeus tiveram que

procurar alternativas para suprir suas necessidades. (ii) por último, consequência da primeira, os Estados Unidos da América começou a ter um papel de maior destaque na balança comercial dos Estados europeus. O problema, entretanto, residia no fato de que a necessidade de aumentar as importações americanas estava ligada, inevitavelmente, a existência de moedas estrangeiras nas reservas de cada país europeu. Com sua produção interna destruída, os Estados europeus não tinham condições de exportar, basicamente, nenhum produto. Sem a possibilidade de vender, não havia como obter moeda estrangeira – dólar, principalmente. Sem dólar, não era possível aumentar a importação de alimentos americanos, nem de maquinários capazes de reestruturar a produção interna.

A crescente importância da economia americana para a recuperação da Europa não fora ignorada pelos políticos dos Estados Unidos da América. O Presidente Harry Truman declarou, perante ao Congresso de seu país, que "nosso dever é ajudar os povos livres [da Europa] na construção de seu próprio destino pelo caminho que escolherem" (apud Monnet, 1986, p. 235-236). Em conformidade com as diretrizes de Truman, o Secretário de Estado para os Negócios Econômicos, William Clayton, afirmou, em relatório, que havia tornado "evidente que subestimamos gravemente as destruições causadas pela guera à economia europeia. Se a solução deve provir da própria Europa, cabe aos Estados Unidos fornecer a ajuda no início" (apud Monnet, 1986, p. 236).

O entendimento da responsabilidade americana em assistir a recuperação do continente europeu encontra seu auge na figura do Secretário de Estado dos EUA, o General George Marshall. Após uma longa reunião na capital soviética, na qual participaram os ministros de relações exteriores dos países aliados, Marshall compreendeu que a União Soviética não iria agir, de maneira intensa, na recuperação da Alemanha. Por conseguinte, ao retornar aos Estados Unidos, Marshall profere um discurso, em julho de 1947, na Universidade de Harvard clamando pela necessidade de um Plano de Recuperação da Europa, mais conhecido como '*Plano Marshall*', cujo objetivo residia na ruptura "com um círculo vicioso e na restauração da confiança do povo europeu no futuro econômico de seus países e da Europa como um todo" (Marshall, 1947).

Marshall, preocupado em convencer o Congresso americano da importância da ajuda financeira à Europa, demonstra a necessidade de compreender a recuperação europeia como uma forma de assegurar a estabilidade política e econômica dos Estados Unidos. O valor do

déficit da balança comercial entre os países europeus e os Estados Unidos chegará, em 1947, ao valor de 4.7 bilhões de dólares, o dobro do valor apresentado no ano anterior.

> (...) as consequências para a economia dos Estados Unidos devem ser evidente a todos. É completamente lógico que os Estados Unidos devem fazer o que estiver em suas capacidades para prestar assistência no retorno das condições normais de saúde econômica do mundo, sem a qual não é possível haver estabilidade política e não é possível assegurar a paz (Marshall, 1947).

O Governo dos Estados Unidos já havia concedido, entre o término da II Guerra Mundial e o início do Plano Marshall, bilhões de dólares em empréstimos e auxílios para os países europeus, principalmente ao Reino Unido e França. Este auxílio financeiro, contudo, fora utilizado para cumprir com questões emergenciais, sem nenhuma preocupação com um planejamento em longo prazo da recuperação da região.

Desta maneira, Marshall desenhou seu plano de recuperação baseados em dois importantes pilares: (i) primeiro, o auxílio financeiro concedido pelos Estados Unidos fora estipulado para se estender por alguns anos, fazendo com que fosse, "desde o início, um programa estratégico de recuperação e crescimento, e não um fundo emergencial" (Judt, 2007, p. 105); (ii) posteriormente, a decisão de acatar a ajuda americana, além de como utilizá-la, ficaria de total critério dos países europeus.

Como descrito por Marshall,

> Não seria nem apropriado nem eficaz para este Governo [dos EUA] que se comprometa a elaborar unilateralmente um programa concebido para colocar a Europa em seus pés, economicamente falando. Isto é um assunto dos europeus. A iniciativa, penso eu, deve vir da Europa. O papel deste país [EUA] deve consistir em uma ajuda amigável na elaboração de um programa europeu de apoio (...) (Marshall, 1947).

Sendo assim, os Ministros das Relações Exteriores do Reino Unido, da União Soviética e da França se reuniram, dias após o discurso de Marshall, para debater a proposta americana. Após alguns dias de conversas, o ministro soviético, Viecheslaw Molotov, retirou-se das negociações alegando que a ajuda americana implicaria num golpe contra a soberania e independência dos Estados europeus. Com a saída da União Soviética, Reino Unido e França estendem o convite aos demais países europeus e recebem uma resposta positiva de quatorze

Estados: Itália, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia, Suíça, Grécia, Turquia, Irlanda, Áustria e Portugal.

Para o historiador britânico Tony Judt (2007), as negociações, entre os Estados europeus, que se seguiram após o Plano Marshall fora a primeira experiência positiva de cooperação entre as partes que tivera grande influência no desenvolvimento posterior do processo de integração da Europa. O Plano de Recuperação da Europa fez com que as negociações acerca do uso do auxílio financeiro ocorressem em uma base multilateral, ao invés das negociações bilaterais, características até então. Tal mudança fez com que houvesse um maior contato entre os Estados europeus, uma vez que o plano os obrigava a planejar com antecedência a forma pela qual a ajuda financeira seria utilizada. Com o intuito de organizar o auxílio financeiro prestado pelos Estados Unidos, através de programa de recuperação, os Estados europeus criaram a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), uma instituição de caráter intergovernamental.

O projeto de Monnet para a Europa

O Plano de Recuperação da Europa fora eficiente em auxiliar o restabelecimento da economia europeia, contudo, falhou em mitigar as barreiras nacionais. A crise energética que persistia na França fez com que sentimentos nacionalistas, em contraposição à Alemanha, retornassem ao espectro político, ameaçando o início de uma nova guerra.

Ao se deparar com tal conjuntura, o político francês Jean Monnet, um dos grandes nomes do federalismo europeu, tomou para si a tarefa de reestruturar a ordem da região, instaurando mecanismos políticos capazes de criar um ambiente de paz entre os Estados. Tais mecanismos, certamente, encontravam respaldos na ideia de uma Federação Europeia. O primeiro ataque empreendido por Monnet deu-se em sua crítica à OECE. Em carta enviado ao então Ministro das Relações Exteriores da França, Georges Bidault, Monnet demonstra a incapacidade de uma organização intergovernamental em criar instrumentos institucionais capazes de restringir as ações nacionais.

> (...) a ideia de que dezesseis países soberanos cooperarão efetivamente é uma ilusão. Acredito que somente a criação de uma federação do Ocidente, com a inclusão da Inglaterra, permitirá que, no tempo desejado, se resolvam

> nossos problemas e se impeça, finalmente, a guerra. Conheço todas as dificuldades dessa ideia – talvez a impossibilidade –, mas não vejo outra solução (...) (Monnet, 1986, p. 241).

Na concepção de Monnet, qualquer tentativa de por um fim na guerra entre os Estados europeus não seria sucedida se não fosse pautada na delegação gradual das soberanias nacionais a uma autoridade comum e supranacional. Somente dessa forma os interesses particulares (nacionais) seriam constrangidos por um interesse coletivo. Porém ainda restava uma inquietação, "por onde começar" (Monnet, 1986, p. 242)?

O controle francês sobre a região do Sarre, no sudoeste alemão, e o controle internacional na região do Ruhr, ao noroeste da Alemanha, começara a se dissolver com a restruturação política da Alemanha Ocidental, sob o comando do recém-eleito Chanceler Konrad Adenauer. A inevitável perda destas regiões, principalmente o Sarre, fez com que um sentimento de insegurança reinasse na França. O retorno do controle destes territórios, ricos em carvão, aço e coque, à Alemanha poderia significar, na percepção de grande parte da elite francesa, na subordinação de sua siderurgia à uma "potência rival". Em janeiro de 1950, a situação fora elevado ao extremo quando o Governo francês aumentou seus esforços em direção da anexação da região de Sarre ao país. Adenauer, grande entusiasta de uma Europa unificada, afirmou, em resposta aos planos da França que "a ideia da unificação europeia está gravemente comprometida na Alemanha" (apud Monnet, 1986, p. 251-252).

Ao presenciar o crescimento da ideia de incorporação do Sarre, por parte da França, e do descontentamento que tal ação desencadeou em Adenauer, Monnet (1986) preocupa-se com as possíveis consequências de tais acontecimentos – "(...) uma outra guerra se aproxima de nós se não fizermos nada". A pressão exercida pelos industriais franceses, para que a região do Sarre fosse incorporada ao país, residia em um sentimento de inferioridade de suas capacidades industriais (de produção) em comparação com a indústria alemã, uma vez que, por exemplo, a Alemanha fora capaz de produzir, historicamente, um aço de maior qualidade e por um menor preço, impossibilitando que as indústrias francesas fossem capazes de competir – tanto em qualidade, como em preço. Dessa forma, Monnet entende que tal questão poderia ser, ao mesmo tempo, a causa de um novo conflito, como o 'ponto de partida' para o processo de unificação da Europa.

Em suas memórias, Monnet irá afirmar que:

> Se pudéssemos eliminar em nosso país o receio da dominação industrial alemã, o maior obstáculo para a união da Europa estaria suprimido. Uma solução que colocaria a indústria francesa na mesma base de partida que a indústria alemã, e ao mesmo tempo liberando esta das discriminações surgidas da derrota, restabeleceria as condições econômicas e politicas de um entendimento indispensável à Europa. Bem mais, poderia ser o próprio fermento da unidade europeia (Monnet, 1986, p. 259).

Dessa forma, com o objetivo de apaziguar os temores e a insegurança de um novo conflito entre a França e a Alemanha, Monnet irá estruturar a ideia de criação de uma comunidade franco-germânica do carvão e do aço, importantes insumos da guerra, sob o comando de uma Alta Autoridade, com poderes para além das soberanias nacionais – ou seja, supranacionais – que teria por função o estabelecimento de um mercado comum do carvão e do aço, entre os países signatários, além da regulação de preços, investimentos, salários e da competitividade.

Para Monnet, o início de uma Federação Europeia dar-se-ia através da união cada vez mais íntima de um núcleo duro, França e Alemanha, aberto a adesão de outros países Europeus interessados. O primeiro passo dessa federação seria através de uma união em torno de um setor econômico, que depois seria alargado, contemplando outros setores da economia e, posteriormente, da política – 'união cada vez mais íntima'. Ademais, os países pertencentes à este processo deveria sujeitas seus poderes a uma autoridade comum, ou como Monnet denominou, Alta Autoridade. Com isso, "esta proposta tem um alcance político essencial: abrir na defesa das soberanias nacionais uma brecha suficientemente limitada para conduzir os Estados no sentido da unidade necessária à paz" (Monnet, 1986, p. 262).

Com o intuito de promover suas ideias, Monnet irá buscar apoio, e voz, na figura de Robert Schuman, então Ministro das Relações Exteriores da França. Schuman, que possuía grande amizade com o Chanceler Adenauer, já era reconhecido politicamente pelos seus esforços em promover a reconciliação entre seu país e a Alemanha no período pós-guerra (Dinan, 2010, p. 17).

Prontamente, Schuman recebe de forma extremamente positiva as ideias de Monnet e juntos passam a arquitetar a melhor forma possível de expressar a questão. Em 9 de maio de 1950, em seu gabinete em Paris, Schuman realiza um pronunciamento detalhando a proposta francesa. O 'Plano Schuman', como ficou conhecido, oficializou a proposta de Monnet acerca

da criação de uma comunidade europeia sobre as produções de carvão e aço, sendo este o passo inicial para a criação de uma Federação Europeia.

> Ao reunir as produções básicas e ao institucionalizar uma nova autoridade superior [às nacionais], cujas decisões irão vincular a França e Alemanha, bem como outros países membros, esta proposta levará à realização da primeira fundação concreta de uma federação europeia, indispensável à preservação da paz (Schuman, 1950).

Vale ressaltar que o Plano Schuman, como todo o movimento federalista europeu, expressou o entendimento acerca da necessidade de unificar a Europa como uma saída política à guerra. Dessa maneira, o objetivo da integração europeia sempre fora o de garantir o término das guerras entre os Estados europeus, sendo assim, estivera sempre relacionado à questões de segurança da região.

Em 20 de junho do mesmo ano, 1950, França e Alemanha se juntaram, em Paris, com os quatro países europeus que haviam contemplado o chamado feito por Schuman em sua declaração: Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo – a então denominada 'Europa dos Seis'. Após um período de longas negociações, os países assinaram, em 18 de abril de 1951, o Tratado de Paris, que estipulava a criação da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA), que entrou em vigor em agosto do ano seguinte, após as ratificações dos respectivos parlamentos nacionais.

No preâmbulo do Tratado de Paris (1951) encontramos as ideias angulares do processo de integração da Europa que visava a criação de uma solidariedade real entre os Estados membros através de instituições e políticas 'comunitárias' como base para a formação de uma unidade política na Europa.

> (...) criar, através do estabelecimento de uma comunidade econômica, a base para uma comunidade mais ampla e mais profunda entre povos há muito tempo divididos por conflitos sangrentos; e para lançar as bases para as instituições que darão sentido a um destino, daqui em diante, compartilhado (Tratado de Paris, 1951).

A criação da CECA teve, sobretudo, um papel simbólico. Demonstrou a capacidade de uma reconciliação entre países historicamente conflitantes e, ademais, alavancou o desenvolvimento do processo de integração da Europa. Sua configuração, bem como suas ações, desagradou boa parte dos intelectuais europeus que defendiam a construção de uma

federação, mas, sem dúvida, sua existência simbolizou a possibilidade da construção de mecanismos supranacionais na Europa (Dinan, 2010, p. 22).

Durante as negociações sobre o Tratado de Paris, entre 1950 e 1951, Monnet já havia compreendido que o carvão e o aço haviam começado a perder sua importância com bases da indústria, principalmente a indústria militar. A percepção de que a energia atômica/nuclear teria um papel importante tanto nas indústrias como na estratégia militar (Tratado de Roma, 1957b), fez com que Monnet buscasse, desde então, o aprofundamento da integração europeia para novos setores.

O então Ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Paul-Henri Spaak, mais conhecido pelo seu apelido de 'Mr. Europe', devido ao seu grande entusiasmo pela integração europeia, tomou para si a função de estruturar os próximos avanços das instituições comuns europeias. Em conformidade com Monnet, Spaak propõe a criação de uma *Comunidade Europeia da Energia Atômica* (Euratom), nos mesmos moldes da já existente CECA. Contudo, tendo em mente as dificuldades encontradas pela CECA, Spaak propõe a criação de uma integração econômica mais ampla, através da *Comunidade Econômica Europeia* (CEE). O aprofundamento da integração econômica visou o fim do desperdício de recursos e custos excessivamente elevados das produções nacionais através da fusão dos mercados de cada Estado membro.

> A finalidade de um mercado comum deve ser a criação de uma grande área com uma política econômica comum, de modo que uma poderosa unidade de produção é formada, fazendo com que expansão contínua torna-se possível, bem como um aumento da estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e do desenvolvimento de relações harmoniosas entre os Estados-Membros (Spaak, 1956).

Ao fim da conferência intergovernamental, em 1957, que desenhou a criação da *Comunidade Europeia da Energia Atômica* (Euratom) e *Comunidade Econômica Europeia* (CEE), em tratados distintos, o Tratado de Roma (nome dado aos dois tratados) fora assinado em 25 de março de 1957, sendo posteriormente ratificado pelos países membros. No primeiro dia do anos seguinte, 1958, as duas instituições entraram em vigor.

Conforme estipulado no preâmbulo do Tratado de Roma (1957a), os esforços desprendidos na criação da Euratom e da CEE tinha por objetivo "(...) estabelecer as fundações de uma união cada vez mais íntima entre os povos da Europa".

2.2 Confrontando diferentes ideias e diferentes visões para uma Europa unida

As ideias tiveram um papel central na criação e no desenvolvimento da integração europeia, bem como no desenvolvimento de suas instituições. Uma vez que, frequentemente, "(...) as 'imagens do mundo', que foram criadas por ideias, (...) determinam os rumos através dos quais a ação é impulsionada pela dinâmica do interesse" (Weber, 1946, p. 280), faz-se necessário compreender os grandes confrontos de ideias e visões referentes ao modo pelo qual uma Europa unida deveria ser construída.

Federalismo

Os debates federalistas presenciados no Congresso da Europa em Haia ('The Hague'), durante o ano de 1948, tiveram grande impacto na formação de uma Europa integrada, anos depois. Composto por cerca de 750 participantes de 18 delegações nacionais, bem como por observadores de outros países, o congresso fora capaz de juntar lideranças políticas europeias como Winston Churchill e Konrad Adenauer, além de intelectuais, tal como o sociólogo francês Raymond Aron (The Hague, 1948b).

As inúmeras figuras públicas, ali presentes, representavam uma extensa variedade de aspirações políticas para uma Europa unificada, através das mais distintas abordagens acerca dos "propósitos e das formas de um Estado europeu" (Haas, 1948, p. 530), divergências que decorriam, principalmente, das diferentes "perspectivas ditadas pelas políticas externas nacionais", de cada país europeu participante, bem como das diferenças ideológicas dos membros das delegações. Contudo, estas diferentes visões uniam-se no mesmo propósito, de criar uma Europa federal. Enquanto uma organização federal entre os países europeus tenha como implicação a perda gradual de atributos da soberania nacional, em prol da centralização de tais poderes em um ente federativo, a escolha da natureza destes 'setores' a serem cedidos consistia, em parte, nas grandes divergências existentes entre os movimentos federalistas presentes no Congresso.

Em sua análise dos debates ocorridos no 'The Hague', Ernst Haas (1948) identifica a existência de quatro grandes 'grupos' / abordagens federalistas para a Europa.

A primeira delas, e também a mais antiga entre as outras, compreende a necessidade criar uma federação europeia a fim de implementar um novo concerto de poder na política internacional. Dessa forma, a Federação Europeia teria por objetivo apresentar uma frente única no sistema internacional para contrabalancear as potências existentes, principalmente a União Soviética. Com isso, os adeptos desta abordagem, dentro os quais nomes de peso como o de Winston Churchill e o Conde Coudenhove-Kalergi, priorizavam a federalização de questões políticas, militares e estratégicas, ao invés de econômicas e sociais.

A segunda abordagem federalista, presente nos debates de 1948, priorizavam questões econômicas, assim, o processo de unificação da Europa deveria ocorrer através da criação de uma união aduaneira com o objetivo final da obtenção de um sistema econômico europeu capaz de racionalizar as economias nacionais europeias. O principio fundamental desta abordagem consiste no entendimento de que uma Europa não federal consiste na competição irracional de unidades econômicas autárquicas.

Uma terceira visão tinha por proposta a centralização de aspectos sociais e econômicos no âmbito federal. Esta abordagem, comumente associada aos partidos de esquerda (democrática), acreditava que a construção da Federação Europeia deveria ocorrer através das unificações das políticas econômicas nacionais, movimento capaz de implementar as reformas econômicas e sociais necessárias à Europa do pós-guerra.

Por último, a quarta abordagem federativa presente no 'The Hague' propunha a criação de uma Federação Europeia baseada em valores e 'linhas espirituais' comuns ao passado do continente. Tal visão fora comum entre grupos cristãos da França, Itália e Suíça.

Em suma, as diferenças entre as propostas federalistas pautavam-se na origem de seus objetivos, podendo ser estes: **político**, com o intuito de projetar poder no cenário internacional; **econômico**, através da racionalização das economias nacionais; **social**, com o propósito de implementar reformas sociais e econômicas; e, por fim, **'valorativo'**, cuja finalidade residia na união de povos que possuem um passado comum compartilhada mas que se encontram divididos.

Como Haas (1948, p. 532) irá argumentar,

> Há [entre as diferentes abordagens federalistas] um acordo básico sobre quatro pontos importantes: que a Europa constitui uma unidade cultural e espiritual, em vez de um conjunto de diversas civilizações; que a federação deve procurar preservar as liberdades humanas básicas; que um segmento da soberania nacional deve ser abandonado, a fim de alcançar melhoria social e segurança política; e que o nacionalismo econômico deve ser abolido.

O debate europeu ilustra a dificuldade teórica acerca do fenômeno do federalismo, uma vez que tal conceito possa ser utilizado para descrever diferentes processos políticos e sociais – o modelo federal americano, suíço, alemão, brasileiro, entre outros. Federalismo, assim, "significa diferentes coisas, para diferentes pessoas, em diferentes contextos e em diferentes tempos" (Burgess, 2009, p. 25).

Em um sentido histórico, a ideia de federalismo é comumente associada a processos de construção de Estados através de uma integração política. Dessa forma, 'federalismo' expressa o movimento, particular, de integrar unidades previamente separadas, independentes e autônomas, em uma nova organização política, centralizada, "baseada em princípios que, em termos gerais, podem ser resumidos na máxima 'unidade na diversidade'" (Burgess, 2009, p. 25). Este movimento na direção da construção de uma federação refere-se à união voluntária, de Estados (nacionais) e pessoas, que, através de um pacto, preservam interesses, identidades e culturas distintas, mas que se unem por meio de certos valores compartilhados por todas as unidades.

Conforme descrito por Michael Burgess (2009), a particularidade do 'federalismo' consiste no fato de que tal associação ocorre através de um sentimento de união, em contraposição a ideia de unidade. Dessa forma, o fim último de uma 'federação' não consiste em assimilar as diferentes unidades em um objeto político único, mas sim manter diferentes entidades integradas. As unidades, previamente autônomas e independentes, passam a unir-se em torno de uma nova organização política-formal, contudo, estas unidades necessitam manter "certas funções, poderes e competências fundamentais para a preservação e promoção de sua identidade, cultura e interesses particulares, bem como de um senso de 'auto definição'".

De certa forma, o 'federalismo', enquanto movimento histórico, surge através do entendimento compartilhado de que a divisão política existente através do Estado nacional não é capaz de cumprir com as necessidades políticas impostas pelas novas estruturas –

políticas, econômicas e/ou sociais. Dessa maneira, ao entender as limitações presentes no modelo do Estado nacional, o "federalismo se tem definido como a negação do Estado nacional" (Levi, 2004, p. 476). Assim, Lucio Levi (2004) irá definir 'federalismo' como:

> (...) a teoria do Governo democrático supranacional, [o] instrumento político que permite instaurar relações pacíficas entre as nações e garantir ao mesmo tempo sua autonomia, através da sua subordinação a um poder superior, mas limitado (...).

Além de toda a problemática anteriormente exposta acerca do 'federalismo', enquanto ideia e processo político, resta nos ater a uma questão específica do debate, de extrema importância para o caso europeu, ou seja, a questão da soberania (nacional). Como visto, os debates presentes em 'Hague' entendiam que para a construção de uma federação europeia ocorreria através da perda gradual de certos atributos das soberanias nacionais em prol da estruturação de um centro decisório europeu – sem a limitação às soberanias nacionais, a criação de uma federação europeia não seria possível, erradicando o surgimento das condições necessárias para o estabelecimento da paz na região.

O federalismo de Monnet e a abordagem neofuncionalista

A construção do processo de integração da Europa fora, sem dúvida alguma, um reflexo direto das ações de políticos como Robert Schuman e Konrad Adenauer que, contudo, agiram de acordo com as disposições políticas (as ideias) de Jean Monnet, acerca do modo como uma Federação Europeia deveria ser construída.

Conforme visto na primeira parte deste capítulo, o federalismo de Jean Monnet, ou o 'modelo da CECA' – denominação dada pelo próprio Monnet – consistiu na criação de uma solidariedade, de fato, entre os Estados europeus (principalmente entre a França e a Alemanha) através da criação de uma organização supranacional em setores específicos da economia. Embora o meio escolhida seja o econômico, o objetivo fora, certamente, político. A construção da solidariedade entre os Estados da Europa seria de extrema importância para que a evolução do processo de integração pudesse ocorrer, por meio de 'osmose', conforme descrito por Monnet (1986). Em outras palavras, a solidificação da solidariedade, por meio de

uma instituição supranacional em um setor da economia, permitiria a agregação de novas atribuições a este ente supranacional, associando novos setores à integração de forma gradativa. Dessa forma, a solidificação de uma Federação Europeia consistiria no resultado final de um processo gradual de concessões de atributos das soberanias nacionais.

Em suas memórias, Monnet (1986) estabelece o 'modelo da CECA' como o estabelecimento de solidariedade entre os Estados e os seus cidadãos com o objetivo que, gradualmente, outras funções, bem como pessoas de outros Estados, possam se submeter à mesma arquitetura comum de regras e instituições.

Michael Burgess (1996; 2000; 2009) descreve o 'método de Monnet' baseado em 'esquivar-se de problemas', uma vez que a escolha por setores do sistema econômico dava-se através do entendimento de que tais questões apresentariam uma baixa possibilidade de gerar conflitos, atritos, entre as partes. Assim, era necessário iniciar a integração por setores não tão sensíveis às soberanias nacionais.

> A abordagem de Monnet para a construção da Europa uma Federal baseava-se na crença de que forjando laços econômico-funcionais específicos entre os Estados de uma forma que não desafiaria diretamente a soberania nacional, a porta para a federação seria aberta gradualmente. Passo-a-passo a integração e a cooperação econômica promoveria a confiança mútua entre os Estados membros à um ponto suficiente para justificar um desenvolvimento institucional muito mais forte (Burgess, 1986, p. 3).

O 'método de Monnet' fora fortemente influenciado pela abordagem 'sociológica-funcional' de David Mitrany (1948; 1965), embora, pessoalmente, Mitrany tenha sido um forte crítico do processo de federação. De acordo com a abordagem funcionalista, a cooperação internacional deveria ter seu início na identificação de um assunto 'transnacional' (para além das fronteiras nacionais) específico que demandasse uma ação técnica, ou seja, de baixa politização. O sucesso dessa organização, desse arranjo 'funcional', faria com que houvesse esforços posteriores com o objetivo de ampliar as funções da organização.

A abordagem funcionalista, em contraposição ao federalismo, busca a construção de uma governança entre Estados em áreas específicas de necessidade mútua entre as partes, cuja ação individual não seria suficiente na solução dos problemas. No que tange a configuração de poder, a abordagem funcionalista acredita no real ganho político possível através do agrupamento das soberanias nacionais em torno de uma área específica.

Embora o funcionalismo, aplicada à integração, seja uma contraposição declarada ao modelo federalista, sua importância no desenvolvimento das ideias de Monnet são notáveis. O 'modelo da CECA' trouxe grande importância à configuração de arranjos institucionais em áreas específicas da economia, setores, como ponto inicial do processo de integração da Europa, cujo fim último estava na 'federação'.

Devido à influência do funcionalismo no processo de construção da integração europeia, bem como sua contradição presente, uma vez que tal abordagem se apresentava como opositora ao ideal federalista, uma nova abordagem teórica fora elaborada na tentativa de explicar o fenômeno que tivera início na Europa com a consolidação da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*. Tal perspectiva teórica fora denominada de *neofuncionalismo*.

Ernst Haas (2004 [1958]; 2008 [1964]) e Leon Lindberg (1965; 1966; 1970), principais expoentes da abordagem neofuncionalista, fundamentaram seu tratamento teórico através da combinação dos objetivos federalistas com os mecanismos funcionalistas de Mitrany. Para os neofuncionalistas, a integração regional caracteriza-se pela existência de múltiplos atores – não restringindo o Estado como único ator – cuja ação não se restringe apenas ao âmbito doméstico, sendo capaz de "interagir e criar novas coalizões entre as burocracias e fronteiras nacionais" (Niemann; Schmitter, 2009, p. 47-48). A particularidade desta abordagem reside na importância dada ao papel das elites – tanto política, como entre aqueles pertencentes à grupos das sociedades nacionais – na construção e, principalmente, no desenvolvimento do processo de integração.

Para Haas, a integração define-se como:

> (...) o processo pelo qual atores políticos, pertencentes aos mais diversos contextos nacionais distintos, são persuadidos a mudar suas lealdades, expectativas e atividades políticas em direção a um novo e maior centro [político-decisório], cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre o Estado nacional pré-existente (Haas, 1961, p. 366-367).

Talvez a grande contribuição oferecida pela abordagem neofuncionalista aos estudos, mais especificamente, da integração europeia, mas também ao entendimento dos mais diversos processos de integração na política internacional, fora a sistematização do conceito de '*spillover*' (que poderia ser traduzido pelo termo 'transbordamento', ou seja, o momento em que algo se 'espalha' para outra área), altamente influenciado pelo caso europeu.

O conceito de 'spillover' parte do pressuposto que o processo de integração, através da criação de normas e instituições comuns sobre um setor específico da economia dos Estados membros irá demandar a incorporação de outros setores ao processo, uma vez que as mais diversas esferas da economia encontram-se em um sistema de alta interdependência. Dessa forma, setores inicialmente não contemplados pela integração são absorvidos pela autoridade regional. Assim, podemos definir 'spillover' como:

> (...) o processo pelo qual os membros de um esquema de integração concordam sobre algumas metas coletivas para uma variedade de questões, porém ao apresentar uma insatisfação com a consecução destes objetivos, procuram resolver sua insatisfação, quer recorrendo a colaboração em um outro setor relacionado (ampliando o escopo do compromisso mútuo), ou através da intensificação do compromisso com o setor inicial (aumentando o nível de compromisso mútuo), ou ambos (Schmitter, 1969, p. 162).

Uma vez ocorrido o primeiro processo de 'spillover', ampliando as funções sobre o controle da autoridade supranacional, os adeptos da abordagem neofuncionalista irão afirmar que tal fenômeno irá potencializar o crescimento das atribuições concedidas à integração, culminando no final do processo, no último passo necessário a formação de uma federação, ou seja, a integração no âmbito político, sendo assim, '*from low politics to high politics*'. Dessa maneira, o 'spillover' caracteriza-se pela sua 'tendência cumulativa' (Schmitter, 1969), envolvendo, cada vez mais, os mais diversos atores nacionais nas mais variadas áreas da economia (e da política) em uma arquitetura institucional pautada pela tomada de decisão de forma conjunta.

Para Haas (2008 [1964]), o processo de 'spillover' ocorreria em dois momentos: (i) primeiramente através de um 'spillover funcional', no qual a partir do momento no qual os governos nacionais transferem o controle sobre um determinado setor sob o comando de uma autoridade comunitária, esta instituição passa a realizar uma pressão no sentido de ampliar sua autoridade em outras áreas; e (ii) o segundo momento, caracteriza-se através de um 'spillover político', ou seja, o momento no qual as instituições supranacionais e os grupos de interesses nacionais, geralmente econômicos, pressionam em busca do avanço do processo de integração – grupos de interesses que reconhecem a vantagem da integração e passam a levar suas propostas para as instituições comunitárias, pulando o âmbito nacional.

A abordagem neofuncionalista possui uma importância considerável no desenvolvimento dos estudos acerca do processo de integração da Europa. Sua tentativa de

sistematização teórica tendo em vista os desdobramentos, na época bem recentes, do caso europeu, bem como a importância dada aos mecanismos supranacionais, como única forma capaz de limitar as ações nacionais, fizeram desta perspectiva um dos grandes polos do debate político e civil acerca da construção da Europa unida, servindo de grande contraponto à outra importante leitura, que defende o modelo de cooperação intergovernamental, como veremos a seguir.

A negação aos elementos supranacionais: a abordagem intergovernamental

Durante o Governo de Charles de Gaulle, na presidência da França, entre 1959 e 1969, a integração europeia passou por um momento de crise institucional tendo o desenvolvimento de seu processo estagnado devido a, então chamada, 'crise da cadeira vazia'. O problema consistiu na retirada dos representantes franceses das reuniões intergovernamentais das Comunidades Europeias devido à insatisfação do país com as políticas europeias para a agricultura.

O alvoroço resultado deste acontecimento contribuiu para o surgimento de uma perspectiva teórica referente à integração europeia que iria se contrapor fortemente à abordagem neofuncionalista e aos aspectos supranacionais das Comunidades Europeias. Os trabalhos apresentados por Stanley Hoffmann (1966, 1982) constituíram a base da perspectiva, assim denominada de, intergovernamentalista (liberal).

O desenvolvimento da abordagem intergovernamental deu-se através da negação contundente da importância dos elementos supranacionais em um processo de integração entre Estados nacionais. Desta forma, os trabalhos apresentados por tal concepção tiveram por preocupação reforçar a ideia de que o Estado moderno constitui o ator dominante no processo de integração da Europa, sendo este o responsável por modelar o desenvolvimento institucional de acordo com suas preferências, interesses e objetivos nacionais. Diferentemente da perspectiva neofuncionalista, que entende a capacidade da instituição supranacional de 'ganhar vida própria' e perseguir o seus próprios interesses, os adeptos do intergovernamentalismo compreendem que qualquer instância supranacional, além de refletir

intenções nacionais, não tem a capacidade de restringir qualquer ação por parte dos Estados membros.

Ademais, a capacidade da integração europeia em desenvolver-se em uma organização política centralizada, ou seja, na 'Federação Europeia', é significativamente ilusório, na perspectiva intergovernamental, uma vez que sua evolução é constrangida pela autonomia e os interesses nacionais, o sentimento de "autopreservação das burocracias nacionais" (Leuffen et.al., 2013, p. 40), as diferenças culturais e tradicionais – bem como sua preservação. Com isso, o avanço da integração europeia encontra-se limitado a áreas menos sensíveis ao Estado nacional, soberano, ou seja, restringe-se à '*low politics*'.

Em suma, a abordagem intergovernamental defende a concepção de que os Estados nacionais são capazes, no plano internacional, de alcançar seus objetivos através da negociação e da barganha com outros Estados, e não através da criação de uma autoridade central supranacional com capacidade de "realizar e impor decisões políticas" (Moravcsik; Schimmelfennig, 2009, p. 68). Além do mais, como aponta Hoffmann (1982, p. 30) a "teoria de Monnet-Haas" menospreza a capacidade dos grandes atores do processo de integração da Europa, ou seja, as grandes potências europeias envolvidas, em "frear, ou desacelerar, a construção de um sistema político central", bem como a possibilidade das "burocracias nacionais em resistir à transferência de poderes ao [poder federal] central".

O grande argumento empírico apresentado por esta perspectiva consiste na importância central das conferências intergovernamentais na condução do processo de integração da Europa, uma vez que os tratados que regem o processo de integração da Europa são concebidos após longas reuniões entre os Estados membros, que definem o escopo e os limites da integração.

**

A contraposição entre a abordagem neofuncionalista, e o seu enfoque na importância dos aspectos supranacionais, com a perspectiva intergovernamental, reticente com a necessidade de criação de um centro político para além dos Estados nacionais, pautam o debate acerca do processo europeu de integração, tanto no mundo acadêmico, como entre as elites políticas. A exposição de tais pressupostas se faz necessário, dentro desta pesquisa, uma vez que grande parte da oposição feita pela Dinamarca em relação ao avanço da Europa

integrada faz-se na defesa de um modelo de cooperação intergovernamental, em oposição ao modelo federalista, pautado na construção de elementos supranacionais.

Os 'limites' ao projeto europeu

Dias após o discurso de Robert Schumann, em nove de maio de 1950, que havia dado as bases para o início da integração europeia, um acontecimento no hemisfério oriental pôs em questão a própria viabilidade do projeto europeu, conforme desenhado por Jean Monnet, fazendo com que o projeto de integração da Europa fosse, ao mesmo tempo, 'ameaçado' e desenvolvido para além de suas 'linhas' iniciais para que, por fim, um 'limite' fosse estabelecido.

Em junho do mesmo ano, a Coréia do Norte invadiu seu vizinho ao sul desrespeitando as linhas territoriais estipuladas ao término da II Guerra Mundial. Com isso, tivera início a 'Guerra da Coréia', cujo término só ocorrera cerca de três anos depois, em julho de 1953. Com o início deste conflito, os Estados Unidos da América, cujas forças armadas estavam presentes em regiões de conflito, ou de tensão, ao longo do mundo, tiveram a percepção acerca da necessidade de reinserir os países da Europa em questões internacionais de segurança/defesa. Para tal, era de entendimento do governo deste país, a necessidade de se por um fim nas sanções à (República Federal da) Alemanha, impossibilitada pela 'comunidade internacional' de reestruturar suas forças armadas. A possibilidade de um rearmamento alemão não agradou a cúpula política francesa, a mesma que, nos últimos dois anos, havia se aproximada do Chanceler Adenauer com o objetivo de estreitar as relações bilaterais França-Alemanha.

Um ano antes do início da Guerra da Coréia, Robert Schumann havia discursado na Assembleia Nacional de seu país sobre a questão germânica e sua 'possível' participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Sua fala perante o legislativo francês, descrita nas Memórias de Jean Monnet (1986, p. 295-296), reproduzem um sentimento comum entre os políticos franceses da época acerca da posição da Alemanha em questões de segurança/defesa. Para Schumann, "a Alemanha não tem armamento e não terá (...). É

inconcebível que se possa autorizá-la a aderir ao Pacto Atlântico [OTAN] como uma nação capaz de defender-se ou de ajuda à defesa das outras nações".

A crescente recusa francesa em aceitar o rearmamento alemão fez com que seu Chanceler, Adenauer, começasse a duvidar das intenções da reaproximação do seu país com a França, com base no Plano Schumann/Monnet. "Se a soberania compartilhada era bom o suficiente para a indústria alemã, Adenauer perguntou, por que também não seria aceitável para o rearmamento da Alemanha, especialmente com a intensificação das tensões da Guerra Fria?" (Dinan, 2010, p.20). O fato fora que a intransigência francesa perante a possibilidade da Alemanha em se rearmar passou a por em risco a viabilidade do Projeto Schumann e, consequentemente, da própria integração europeia.

Tendo em vista tal cenário, e aproveitando-se de uma ideia de Winston Churchill, Jean Monnet apresenta ao então Ministro francês das Relações Exteriores, René Pleven, a proposta de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), responsável pela criação de um exército comum europeu sob o comando de uma Alta Autoridade, supranacional. Dessa forma, Monnet apaziguava os dois lados. O rearmamento alemão seria possível, porém não em uma base nacional, mas sim em uma base europeia, comum. Conforme visto anteriormente, a criação da integração europeia por meio de uma política comum para a defesa era contrária ao entendimento do próprio Monnet sobre os 'passos' necessários para a construção de uma Europa federal, uma vez que tal questão era altamente sensível às soberanias nacionais. Nas palavras de Monnet (1986, p. 297) "eu nunca tinha pensado em abordar o problema da Europa por intermédio da defesa que seria sem dúvida um dos atributos da federação futura, mas a meu ver não o mais potentes nem o mais determinante dos motivos da união".

Em outubro de 1950 fora apresentado o 'Plano Pleven', e, em fevereiro do ano seguinte tivera início as negociações para a criação da CED entre a 'Europa dos Seis' – França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica. Em maio de 1952, o Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa fora anunciado.

Seguindo os passos da CECA, o Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa (1952) estipulou em seu artigo 38 que uma Comunidade Europeia de Defesa não poderia significar a simples soma das unidades militares nacionais, sendo necessário a criação de uma autoridade política supranacional com o poder necessário para comandar tal exército

comum europeu. Sendo assim, a CED acabou por necessitar o estabelecimento de uma Comunidade Política Europeia (CPE), cujo desenho institucional seria estabelecido pela Assembleia Comum da CECA. Dessa forma, a integração europeia seria estabelecida através de uma coordenação, além do carvão, do aço e da defesa, das política externa, econômica e monetária dos seus Estados membros.

Os parlamentos nacionais da Alemanha, da Itália, da Bélgica, dos Países Baixos e de Luxemburgo, ratificaram o tratado, contudo, a Assembleia nacional francesa rejeitou a proposta de criação da CED, devido, principalmente, ao voto contrário do Partido Comunista Francês que não aceitava, de forma alguma, o rearmamento da Alemanha, e do voto contrário realizado pelos gaullistas, uma vez que De Gaulle acreditava que a criação de uma entidade supranacional na área da defesa consistia em um golpe muito duro as bases de um Estado nacional.

Com a impossibilidade do estabelecimento de Comunidade de Defesa Europeia, o Governo do Reino Unido, por meio de seu Ministro das Relações Exteriores, Anthony Eden, propôs a criação de uma União da Europa Ocidental (UEO), uma organização intergovernamental de segurança europeia, cujo objetivo principal consistia em facilitar a adesão da Alemanha à OTAN. A UEO fora uma modificação do Tratado de Bruxelas de 17 de março de 1948, quando o Reino Unido, juntamente com a França, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, criaram a 'União Ocidental', estabelecendo uma aliança de defesa mútua, sendo que o entendimento das partes residia na Alemanha como principal fonte de ameaça. Assim, o Tratado de Bruxelas Modificado de 1954 – que estabeleceu a UEO – incorporou a Itália e a Alemanha à União, momento de extrema importância para a estabilidade do continente europeu, uma vez que a Alemanha deixa de ser vista como uma ameaça pelo demais países da região.

2.3 Diferenciação no processo europeu de integração

O desenvolvimento do processo de integração da Europa, tanto no seu alargamento, englobando novos Estados membros, como em seu aprofundamento, incorporando novos

‘setores nacionais’ à própria integração, fora acompanhada da criação de mecanismos de diferenciação interna, ou seja, entre os seus Estados membros.

O atual desdobramento da integração europeia, que desde o Tratado de Maastricht, de 1992, passou a ser denominado pelo nome de ‘União Europeia’, engloba, praticamente, todos os domínios da política, contudo, a natureza e o grau de integração em cada uma dessas áreas da União Europeia diferem significamente entre cada um dos seus Estados membros (Leuffen et.al., 2013, p. 8). Estima-se que cerca de 40% das leis europeias primárias – ou seja, aquelas pertencentes aos tratados que constituem o processo de integração da Europa – possuem algum tipo de diferenciação em ao menos um Estado membro (Schimmelfennig; Winzen, 2014, p. 354).

O processo de diferenciação, ou “o modo geral no qual estratégias de integração tentam conciliar a heterogeneidade no interior da União Europeia” (Stubb, 1996, pp. 283), fora responsável pela criação de ‘múltiplas europas’ dentro da própria integração europeia. Certamente, este fenômeno torna-se mais visível somente após a adesão do Tratado de Maastricht, responsável pelos grandes avanços da União Europeia. A criação de uma moeda comum, o euro, estipulado em Maastricht, demonstra, por exemplo, a capacidade do processo de diferenciação em criar categorias distintas entre os Estados membros da União Europeia. A ‘zona do euro’ fora o termo criado para diferenciar os Estados membros que haviam aderido à moeda comum daqueles Estados membros que optaram por se retirar de tal avanço político e institucional.

Embora haja um certo confronto entre a literatura, acerca da definição de diferenciação dentro do processo de integração da Europa, este trabalho irá utilizar a elucidação exposta por Kenneth Dyson e Angelos Sepos (2010a, 2010b). Para os autores,

> A integração diferenciada é o processo pelo qual os países europeus, ou subunidades estatais, optam por mover-se em diferentes velocidades e/ou em direção a diferentes objetivos no que diz respeito às políticas comuns [da integração europeia]. Envolve a adoção de diferentes acordos formais e informais (hard e soft), dentro ou fora do âmbito do Tratado da União Europeia (associação e adesão diferenciada, ao lado de várias formas diferenciadas de desenvolvimento econômico, de relações comerciais e de segurança). Desta forma, os atores relevantes assumem diferentes direitos e obrigações e passam a compartilhar uma atitude distinta para com o processo de integração (...)”. (Dyson; Sepos; 2010b, p. 4)

Devido suas peculiaridades históricas e culturais, tema desta pesquisa, a Dinamarca é, hoje, o Estado membro da integração europeia recordista de 'diferenciações' do processo de integração da Europa. O Reino Unido, apenas por curiosidade, encontra-se em segundo lugar.

Na tentativa de se compreender melhor o fenômeno da 'diferenciação' na União Europeia, diversos autores apresentaram, após um estudo sistemático do assunto, inúmeras categorias com o objetivo de facilitar o entendimento da questão. Antes de adentramos nestas categorias, vale ressaltar um ponto comum entre estes estudiosos da 'diferenciação'. A ocorrência da integração diferenciada está pautada pelo excesso de terminologias, utilizadas tanto pelos acadêmicos, como pelos políticos, que acabam por prejudicar o entendimento deste fenômeno – "Interpretações ambíguas, ou de fato a incapacidade de compreender o verdadeiro significado dos conceitos, têm causado as várias visões lançadas por grupos partidários e líderes políticos para ser torcidas e mal interpretadas" (Stubb, 1996, p. 234).

'Europa em duas velocidades', 'Europa de múltiplas velocidades', 'Europa à la carte', 'opt-out', 'círculos de solidariedade', 'círculos concêntricos', 'círculos sobrepostos', entre muitos outros, são algumas das denominações utilizadas para se referir à existência da integração diferenciada na Europa.

Um dos primeiros trabalhos científicos sobre a questão fora o artigo '*A Categorization of Differentiated Integration*' de Alexander Stubb, publicado em 1996. Stubb, deputado europeu entre 2004 e 2008, e Ministro das Relações Exteriores da Finlândia entre 2008 e 2011, apresenta três categorias para diferenciar, tanto em forma como em substância, os processos de integração diferenciada. Para o autor, seria necessário entender o fenômeno através de uma distinção de tempo, espaço e função.

No que tange a categoria 'tempo', melhor descrita pela denominação usual de 'Europa de múltiplas velocidades' (*multi-speed Europe*), o processo de integração diferenciada ocorre quando os Estados membros decidem por perseguir as mesmas políticas comuns, porém não de forma simultânea, mas sim em tempos distintos. Embora ocorra uma diferenciação no tempo em que as políticas comunitárias serão aderidas pelos Estados, os objetivos finais permanecem os mesmos à todos os membros.

No caso da Europa, os objetivos comuns foram buscados por um grupo restrito de Estados membros, '*hard core*', a 'Europa dos Seis'. As "normas e hábitos de solidariedade" (Dyson; Sepos; 2010b, p. 5) entre França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e

Luxemburgo é maior do que se comparado aos demais países da integração europeia – com exceção dos países nórdicos, a diferença reside no fato de que tal região apresenta uma visão bem reticente com a integração europeia, enquanto a 'Europa dos Seis' é a fundação deste processo. A ideia básica consiste no entendimento de que o avanço do processo de integração na 'Europa dos Seis' irá fazer com que os demais Estados membros persigam as mesmas políticas – funcionando assim, como o 'exemplo a ser seguido pelos demais'.

A categoria de 'espaço', bem descrita pela terminologia de 'círculos de solidariedade', demonstra a existência de um processo de integração diferenciada que pressupõe diferenças de difícil adequação por parte de um, ou um grupo de, Estados membros. Tal diferenciação decorre das diferenças políticas, econômicas, culturais e/ou históricas existentes entre os países da União Europeia. Por tal razão, a diferenciação é permitida, mesmo que haja o entendimento da improbabilidade, ou impossibilidade, da 'normalização' desta diferenciação. Diferentemente da categoria anterior, neste caso a busca por objetivos comuns é compreendida como algo improvável ou até irreal.

Por fim, Stubb explora a categoria de 'função', cujo termo 'Europa à la carte' descreve melhor o fenômeno que preocupa-se com a diferenciação que ocorre em áreas específicas do processo de integração. Dessa maneira, o(s) Estado(s) membro(s) pode(m) selecionar, de acordo com seus próprios interesses (nacionais), quais políticas comunitárias irão fazer parte. Os casos pertencentes à esta tipologia, apresentam um baixo comprometimento com os objetivos comuns da integração.

O trabalho de Alexander Stubb fora fundamental para o crescimento da preocupação sobre o processo de integração diferenciada entre aqueles estudiosos preocupados em compreender o próprio processo de integração da Europa. Algumas críticas foram realizadas à suas categorias e a dificuldade de aplicá-las a casos concretos. Contudo, trabalhos de grande importância foram realizados tendo por base o próprio trabalho de Stubb.

Entre estes, destacamos a obra '*Which Europe? The Politics of Differentiated Integration*', organizada por Kenneth Dyson e Angelos Sepos (2010a). Para os autores, categorizar o processo de integração diferenciada através das variáveis 'tempo', 'espaço' e 'função' ainda decorre em um ganho analítico. A grande fraqueza apresentada pelo trabalho de Stubb, no entendimento dos autores, reside na ausência de estudos de casos estruturados. Algo que a obra, acima mencionada, procura reparar.

Dyson e Sepos (2010b, p. 8) argumentam a necessidade de se compreender o processo de integração diferenciada para além de um 'aspecto negativo', ou prejudicial à integração da Europa. Sendo assim,

> A diferenciação fora usada, em parte, como um princípio de design, reconhecendo a assimetria em ganhos e custos da integração e, assim, aumentando os problemas da ação coletiva na integração unitária. Acima de tudo, a diferenciação tem servido como uma ferramenta cada vez mais atraente na gestão política pragmática da integração europeia.

A ocorrência da diferenciação no processo europeu de integração, portanto, reside no entendimento de que o princípio de construção de uma Europa unida revela-se impossível de se sustentar, ou de se realizar. "Torna-se impossível sustentar quando, por várias combinações de vontade e capacidade de integrar, nem todos os Estados europeus estão preparados para assumir as mesmas responsabilidades e obrigações na partilha ou na transferência de competências" (Dyson; Sepos; 2010b, p. 10). Tendo em vista este diagnóstico, é provável, irão afirmar os autores, que o processo de integração diferenciada ocorra, cada vez mais, como uma ferramenta de extrema importância de gestão política no cerne da integração europeia, devido a constante variedade de "interesses, identidades e discursos", bem como as diferenças das "estruturas econômicas e posições geoestratégicas".

Em trabalho recentemente publicado, Frank Schimmelfennig e Thomas Winzen (2014) criticam as categorias propostas por Alexander Stubb (1996) uma vez que tais capturam a questão da integração diferenciada apenas de forma parcial e, consequentemente, de modo insuficiente. A alternativa apresentada pelos autores consiste na apresentação de duas novas categorias que diferenciam a questão da 'integração diferenciada' através de suas origens.

Dessa forma, a **diferenciação instrumental** origina-se dos mais diversos processos de alargamento da integração europeia, ou seja, da incorporação de novos Estados membros (uma relação histórica deste processo pode ser encontrada na Tabela 3). Este tipo de diferenciação teria por motivação uma preocupação com a eficiência da própria integração, sendo assim, os Estados membros 'antigos' realizam uma concessão temporária aos novos membros da integração, para que estes tenham mais tempo para se adaptarem às (exigências das) regras e políticas comunitárias. Vale a pena reforçar o caráter temporário de tal diferenciação, que fora recorrente no processo de alargamento de 2004, com a adesão de países mais pobres localizados no sul e ao leste da Europa.

Tabela 3. Processo de Alargamento da Integração Europeia

Ano	Países	
1952	Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.	Europa dos Seis
1973	Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.	Europa dos 9
1981	Grécia.	Europa dos 10
1986	Espanha e Portugal.	Europa dos 12
1995	Áustria, Finlândia e Suécia.	Europa dos 15
2004	Chipre, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia.	Europa dos 25
2007	Bulgária e Romênia.	Europa dos 27
2013	Croácia	Europa dos 28

Em contraposição, os autores apresentam a ideia de **diferenciação constitucional**, cuja origem decorre de revisões realizadas aos tratados que constituíram e constituem o processo europeu de integração e o consequente aumento de transferência das competências nacionais para a esfera comunitária/central (uma relação histórica dos tratados da integração europeia pode ser encontrada na Tabela 4). A diferenciação deste tipo ocorreria por motivações relacionadas a preocupações com a soberania e a identidade nacional, aparecendo assim em áreas mais sensíveis ao Estado nacional. De acordo com os autores, tal tipo de diferenciação seria característico de Estados membros localizados ao norte da Europa, tais como o Reino Unido, a Irlanda, a Dinamarca e a Suécia.

A diferenciação constitucional, que ocorre com maior frequência naqueles Estados membros que possuem uma população mais eurocética, ou seja, contrária ao desenvolvimento do processo de integração da Europa, é uma forma institucional de se evitar que o avanço da integração seja 'travado' devido ao impasse gerado em Estados membros nas negociações referentes às mudanças nos tratados.

> Uma vez que as revisões de tratados exigem um acordo unânime [entre os Estados membros], tal conflito sobre a distribuição de autoridade entre os diferentes níveis de governança pode gerar um impasse e levar ao fracasso de uma maior integração. [Dessa forma, a integração diferenciada] fornece uma maneira de sair deste impasse, pois permite que os países que se opõem ao aprofundamento [da integração], optem por sair de toda uma política ou permanecer em um nível inferior de integração, enquanto os outros Estados

membros podem avançar em tal questão (Schimmelfennig; Winzen, 2014, p. 361)

Dois terços de todas as diferenciações existentes nas leis primárias da integração europeia são decorrentes destes quatro países acima mencionados. Enquanto que a Dinamarca e Reino Unido correspondem a cerca de 50% de todas as diferenciações. Já a Alemanha, Áustria e Espanha são os únicos Estados membros da União Europeia que não possuem nenhum tipo de diferenciação nas leis primárias do bloco (Schimmelfennig; Winzen, 2014).

Tabela 4. Principais Tratados da Integração Europeia

Assinatura	Tratado	Entrada em Vigor
Abril de 1951	Tratado de Paris – Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço	Julho de 1952
Março de 1957	Tratado de Roma – Tratado que institui a Comunidade Econômica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atômica	Janeiro de 1958
Abril de 1965	Tratado de Bruxelas – Tratado de Fusão que institui a Comunidade Europeia	Julho de 1967
Fevereiro de 1986	Ato Único Europeu	Julho de 1987
Fevereiro de 1992	Tratado de Maastricht – Tratado da União Europeia	Novembro de 1993
Outubro de 1997	Tratado de Amsterdam – Tratado Reformador	Maio de 1999
Fevereiro de 2001	Tratado de Nice – Tratado Reformador	Fevereiro de 2003
Dezembro de 2007	Tratado de Lisboa – Tratado Reformador	Dezembro de 2009

**

Ao final desta dissertação, nas conclusões, iremos retornar às tipologias apresentadas acerca do processo de integração diferenciada para que possamos refletir, já com um maior embasamento empírico, sobre a posição da Dinamarca perante o processo de integração da Europa. Vale a pena ressaltar que, de acordo com Schimmelfennig e Winzen, o caso dinamarquês é um exemplo extremamente ilustrativo de uma ‘diferenciação constitucional’; enquanto que, para Stubb, a Dinamarca se insere na categoria de ‘Europa à la carte’, escolhendo àquelas políticas comunitárias que melhor representam seus interesses nacionais.

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DA DINAMARCA ENQUANTO ESTADO MODERNO

Em conformidade com a sociologia histórica, compreendemos que para o melhor entendimento do posicionamento reticente da Dinamarca perante a integração europeia, conforme descrito na introdução desta dissertação, devemos nos preocupar com um raciocínio argumentativo que tenha em vista o processo histórico da construção da Dinamarca enquanto Estado nacional. Dessa forma, apresentaremos a seguir elementos históricos, em nosso entendimento, cruciais para a formação da identidade política e da identidade nacional dinamarquesa, que apresentaram significativo impacto na construção da política do país em direção à Europa integrada.

**

Na interpretação apresentada pelo historiador dinamarquês Knud J. V. Jespersen (2011) a posição geográfica da Dinamarca é de extrema importância para a compreensão de sua história, de seus conflitos, bem como de suas relações políticas. De acordo com o historiador, a localização física do país caracteriza-se por uma posição dupla perante a região europeia, o que acabou por determinar a condução da política dinamarquesa ao longo dos séculos. Essa dualidade geográfica decorre de sua posição como um 'portão', ou 'porta de entrada' (*gateway*), do Mar Báltico – "o país encontra-se através de toda a rota marítima que vai da [região] báltica até os oceanos, e através de toda a rota dos países nórdicos até a Europa Central" (Jespersen, 2011, p. 1).

Por conseguinte, esta posição fez da Dinamarca, ao longo de sua história, uma potência da região báltica e, ao mesmo tempo, parte da Europa continental, bem como o grande 'elo' entre os demais países nórdicos – ou de forma mais ampla, a região nórdica como um todo – e a porção continental europeia. Como potência báltica, o país esteve inserido, por séculos, em uma balança de poder específica da região do Mar Báltico, disputando o seu controle, principalmente, com a Suécia, outra grande potência da região. Enquanto parte da Europa continental, a Dinamarca, e especialmente após a unificação da Alemanha, em 1871,

teve como grande preocupação as disputas políticas que ocorreram na parte continental da região europeia. Para Jespersen, o advento da Alemanha, como grande potência da Europa continental, forçou com que a Dinamarca desprendesse maior atenção para o que ocorria no continente, pondo de lado sua posição enquanto potência báltica – "Uma Alemanha forte, poderosa e unida imediatamente ao sul da Dinamarca, forçou o país a agir de acordo com as condições germânicas – e, consequentemente, europeias [continentais] (...)" (idem, p. 2-3). A incorporação da 'questão germânica' na política dinamarquesa, de extrema importância para o entendimento das ações do país desde o término da II Guerra Mundial, será vista posteriormente, ainda neste capítulo.

Além de sua posição como 'portão', a construção da Dinamarca, enquanto Estado moderno, distingue-se pelo resultado de um longo desenvolvimento histórico caracterizado, ou melhor descrito, por um processo de redução de seu território. Durante o término da Idade Média, os três reinos escandinavos – Reino da Dinamarca, da Suécia[1] e da Noruega – uniram-se em uma típica união medieval com a criação da 'União Kalmar' (*Kalmarunionen*), em 1397, regida pela coroa dinamarquesa. Com a sua dissolução, em 1523, causada pelo crescente movimento separatista na região da Suécia, a Dinamarca incorporou a Noruega – bem como suas províncias atlânticas, a saber, Ilhas Faroe (ao norte da Escócia), Islândia e Groelândia – ao seu reino. Além dos territórios noruegueses, a Dinamarca incorporava a província de Skåne e Gotland, ao sul e ao leste do atual território da Suécia, bem como os ducados de Schleswig e Holstein. Consequentemente, o Reino da Dinamarca caracterizou-se por ser um "grande Império" (Jespersen, 2011), cuja capital, Copenhagen (*København*) comandava a mais importante rota comercial da região báltica, a assim chamada *Øresund*. Após uma séria de conflitos com a Suécia, a Dinamarca perde seu controle sobre o território norueguês e as províncias de Skåne e Gotland – as províncias norueguesas no Atlântico, contudo, continuaram em posse do Reino da Dinamarca até os dias de hoje, com exceção da Islândia que adquire sua independência, de forma pacífica, somente em 1918. Por fim, após a segunda guerra em torno dos ducados de Schleswig e Holstein, a Dinamarca perde o controle destas regiões para a Prússia, em 1864. Por consequência, a visão do país como um 'Estado pequeno' (*small state*), tão forte na literatura recente sobre a política externa dinamarquesa (principalmente em trabalhos conduzidos na Universidade de Copenhagen sob a tutela do pesquisador Anders Wivel), é uma construção recente da história do país.

[1] A Finlândia pertencia ao Reino da Suécia até 1809, quando se torna um Grão-Ducado independente do Império Russo. Apenas em 1917, o país torna-se independente.

Em conformidade com o exposto, e no intuito de nos ajudar em nossa temática de pesquisa, a interpretação aqui utilizada acerca histórica da Dinamarca, conforme empreendida por grande parte dos historiadores (Jespersen, 2011; Gosh, 1932; Lauring, 1960), consiste em compreender o processo histórico vivenciado pelo país como

> (...) a história de como este extenso e diversificado império unificado, mantido em conjunto pela soberania da coroa dinamarquesa (...), lentamente se desintegrou sob as circunstâncias da mudança dos tempos, com a dissolução das partes componentes, resultando, finalmente, no único remanescente deste pequeno núcleo, que hoje é chamado de Dinamarca (Jespersen, 2011, p. 4).

3.1 Da *Kalmarunionen* à disputa pelo controle do Báltico

Sob a regência da dinastia real dinamarquesa, representada pela Casa de Oldenburg, os três Reinos escandinavos estiveram unidos durante cento e vinte e seis anos, de 1379 a 1523. Durante todo este período, o Reino da Suécia e o Reino da Noruega reconheceram a soberania do Reino da Dinamarca, como real condutor das políticas da união.

A *Kalmarunionen* decorreu da ação política conduzida pela então Rainha da Noruega, Margaret. Com a morte de Valdemar Atterdag, Rei da Dinamarca, um problema acerca da sucessão de seu trono marcou a vida política da região nórdica, uma vez que seu filho, sucessor legítimo, já havia falecido. Margaret, sua filha mais nova, casada com o Rei da Noruega, Haakon Magnusson, renuncia seu direito ao trono dinamarquês, favorecendo seu filho de cinco anos, Oluf. Com isso, Margaret torna-se regente da Dinamarca – "daquele dia em diante, ela se tornou a rainha sem coroa da Dinamarca" (Lauring, 1960, p. 106). Cinco anos após o ocorrido, seu marido, regente da Noruega, morre, fazendo de Margaret a governanta dos dois reinos (aos vinte e sete anos).

Contudo, a morte de seu filho, Oluf IV, aos dezessete anos, fez com que Margaret passasse por uma situação política delicada, uma vez que ela próprio havia abdicado do trono da Dinamarca e da Noruega, em benefício de seu filho. Mesmo assim, devido sua sensibilidade política (para uma percepção das capacidades políticas de Margaret, sempre descritas com bons adjetivos, ver Lauring, 1960, p. 105-110; Schück, 2003; Olesen, 2003;

Helle, 2003b), Margaret manteve o controle dos dois reinos além de incorporar, após uma guerra, o Reino da Suécia. Desta forma, tivera início a *Kalmarunionen*. Sua política para a união nórdica consistia em governar os três reinos da mesma forma, mas mantendo a Dinamarca como o reino principal.

> A *Kalmarunionen*, entre os reinos escandinavos, se destinava a garantir a paz na Escandinávia, e com os três reinos unidos sob uma coroa, uma base fora provida para a criação de uma grande potência do Norte. Os três países deveriam ser iguais na União, ou seja, nenhum país deveria ser permitido a dominar os outros. Mas, talvez, as intenções particulares de Margaret não eram tão idealistas. Ela provavelmente considerou a Dinamarca como o país 'sênior' [da União] (...) (Lauring, 1960, p. 108).

Certamente, a condução das políticas da *Kalmarunionen*, durante os últimos séculos da Idade Média, fora altamente influenciada pela existência da *Liga Hanseática*, que consistiu em uma aliança entre as cidades mercantis localizadas ao norte do continente europeu, lideradas pela cidade de Lübeck (ao norte da atual Alemanha). A *Liga Hanseática* detinha o monopólio comercial da região, apresentando, assim, um alto poderio político e econômico. A Casa dinamarquesa de Oldenburg regeu a *Kalmarunionen* com a ciência da *Liga Hanseática*.

O processo de enfraquecimento da *Liga Hanseática*, com o término gradual da ordem social da Idade Média, colaborou para a dissolução da *Kalmarunionen* – "o enfraquecimento das cidades hanseáticas, na região do Báltico, foram sintomas locais da completa dissolução das antigas normas e valores europeus medievais" (Jespersen, 2011, p. 13).

Outro fator, e este de maior importância, fora a crescente onda separatista proveniente da Suécia. O Rei dinamarquês Christian II (cujo período de regência fora de 1513 até 1523) buscou liquidar o crescente sentimento separatista sueco (por parte de sua elite), no que fora conhecido como o 'Banho de Sangue de Estocolmo', em 1520. Contudo a ação do monarca não produziu o efeito esperado e, em 1523, o líder do movimento separatista, Gustav Vasa (reinado de 1523 até 1560) fora nomeado rei da Suécia, pondo fim à participação do seu reino na *Kalmarunionen*.

Com o término do poderio comercial da *Liga Hanseática*, bem como as mudanças estruturais nas rotas de comércio da Europa, a Dinamarca viu-se como o grande 'portão' da nova rota comercial europeia que, consequentemente, passou a chamar maior atenção para a região. As cidades tradicionais do comércio europeu, como Veneza, Firenze e Milano, foram

substituídas pelo crescente protagonismo de Estados 'virados' ao mar, como a Inglaterra e os Países Baixos, dessa forma, London, Amsterdam e Antwerp tornaram-se as grandes metrópoles comerciais da Europa pós-medieval.

Devido a estas mudanças, o crescente volume de navios de comércio de origem inglesa e holandesa, navegando pela passagem marítima dinamarquesa, a *Øresund*, objetivando os mercados consumidores no Báltico, o que incluía a Rússia, fez com que a Dinamarca se deparasse em uma nova posição estratégica na Europa, uma vez que a principal rota para o comércio no Báltico situava-se em seu 'território marítimo'; com isso, o país passou a possuir "as chaves para o Báltico" – "Esta posição geográfica deu à Dinamarca a função de controlar/guardar os 'portões' [do Báltico]" (idem, p. 15).

As rotas comerciais do Báltico eram de extrema importância para Estados como a Inglaterra e Países Baixos que, além de dar vasão aos seus produtos, adquiriam alimentos e material para a construção de suas frotas, tanto para fins comerciais, como para militares. Esta nova caracterização central da região, juntamente com a posição estratégica da Dinamarca, marcou profundamente a história do seu desenvolvimento, enquanto Estado (moderno).

> Portanto, o que aconteceu no Báltico, e como o equilíbrio de poder fora desenvolvido, tornou-se mais do que apenas uma questão local, mas uma questão de maior importância estratégica para as potências navais ocidentais. Durante o século XVI, isso significava que o Báltico era uma área estratégica sensível do ponto de vista europeu e não poderia ser deixado à sua própria sorte ou ao critério dos poderes regionais (Jespersen, 2011, p. 16).

Com o fim da união política representada pela *Kalmarunionen*, e a consequente instabilidade gerada na região do Mar Báltico, a questão que se colocou fora a de qual das duas potências nórdicas – a Suécia de Vasa e o que restara de Kalmar, ou seja, o Reino da Dinamarca (que ainda reinava sobre a Noruega e suas províncias atlânticas) – iriam deter o controle da região nórdica e, consequentemente, dominar as rotas comerciais do Báltico. Vale ressaltar que, enquanto Gustav Vasa, monarca sueco, buscava a consolidação de seu Estado como grande potência do norte europeu, o Rei da Dinamarca compreendia a necessidade de reincorporar a Suécia à união nórdica.

O constante conflito entre Dinamarca e Suécia sofreu uma significante mudança quando o último destes reinos obteve uma superioridade militar, em 1630, fruto de uma

perseguição de objetivos políticos claros realizados pelo Rei sueco Gustavus Adolphus (reinado de 1611 a 1632) e seus sucessores. Desde então, os dois países entraram em uma crescente espiral de conflitos militares que só tiveram fim com a assinatura de um tratado de paz em 1720, após a Grande Guerra do Norte.

Logo no início destes confrontos, o Reino da Dinamarca iniciou dois embates militares contra a Suécia, na tentativa de recuperar a unidade da *Kalmarunionen*. Tanto a Guerra Nórdica dos Sete Anos (1563-1570) e a Guerra de Kalmar (1611-1613) não cumpriram com os objetivos dinamarqueses, resultando em apenas um ataque das forças dinamarquesas às suecas, ou seja, não havendo nenhuma modificação na configuração territorial dos dois Estados.

A segunda onde de conflitos entre a Dinamarca e a Suécia decorre da participação desastrosas (1625-1629) encabeçada pelo Rei dinamarquês Christian IV (reinado de 1588 a 1648) na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que embora tenha tido seu início como uma guerra religiosa, fora, em prática, um conflito por poder. O objetivo de Christian IV fora de apresentar uma resposta ao crescente protagonismo sueco na região do Báltico, que havia expandido seu poder às regiões que correspondem atualmente aos territórios da Polônia, Lituânia, Estônia e Letônia – "A Suécia estava claramente em ascensão, enquanto a Dinamarca estava definitivamente no caminho para baixo" (Jespersen, 2011, p. 17).

Este período fora caracterizado pela existência de duas guerras: a Guerra de Torstensson (1643-1645), iniciada pela Suécia, com o intuito de prejudicar a participação da Dinamarca nas negociações de paz de Westphalia, que buscava por um fim aos confrontos da Guerra dos Trinta Anos; e a Guerra de Karl Gustav (1657-1660), iniciada pela Dinamarca. A importância deste último confronto fora de atestar a incapacidade de ação militar da Dinamarca perante o avanço sueco. Após inúmeras batalhas, a frota dinamarquesa já não tinha mais condições de realizar a defesa territorial do país e de suas possessões. Além disso, no plano interno, o ano de 1660 fora de extrema importância devido à introdução e consolidação do absolutismo na Dinamarca.

Como consequência direta destas últimas guerras, o Reino da Suécia fora capaz de incorporar as províncias de Skåne e Gotland, ao sul e ao leste do atual território da Suécia, e as regiões de Jämtland, Härjedalen e Bohuslän, na região central da Noruega, perdas que corresponderam a um terço do território do reino dinamarquês. Com esta nova configuração

territorial entre os países nórdicos, a passagem marítima da região báltica, o *Øresund*, deixou de ser controlado apenas pela Dinamarca, mas passou a constituir a própria divisão física existente entre este país e seu rival direto, a Suécia.

Contudo, os mais diversos confrontos militares entre estas duas potências acabaram por enfraquecer o poderio de ambos, promovendo uma incursão de potências ocidentais na região do Báltico.

> Há um velho ditado que diz que quando duas pessoas lutam, uma terceira dá risada. (...) As potências navais e, especialmente, os Países Baixos, poderiam bem rir. O conflito permanente na Escandinávia tinha-lhes dado uma oportunidade maravilhosa em trazer o Báltico sob o domínio de sua própria política mercantilista, que fora a base do seu poder (Jespersen, 2011, p. 17-18).

A última fase do conflito Dinamarca-Suécia ocorreu com a Guerra de Skåne (1675-1979) e com a Grande Guerra do Norte (1709-1720), ambas iniciadas pela Dinamarca que buscava recuperar o seu território perdido após 1660. Com o término das guerras, um tratado de paz fora estabelecido pelos países e, desde então, não há mais nenhum conflito bélico registrado na história.

A 'balança de poder' no Báltico fora determinada, durante os séculos XVI e XVII, pelo constante enfrentamento entre a Dinamarca e a Suécia (e uma eventual inserção dos Países Baixos, principalmente, na disputa) pelo controle da região. O século seguinte, XVIII, fora caracterizado por uma crescente estabilidade desta balança de poder, estimulada tanto pelo acordo de paz realizado pelas duas potências nórdicas, bem como pelo surgimento de uma grande potência ao leste da Europa, a Rússia comandada pelo seu czar Pedro, o Grande. A emergência deste poder, expansionista, ao leste, que ocorrera durante os anos da Grande Batalha do Norte, fora simbolizada pela criação da cidade de St. Petersburg, em 1703, as margens do Mar Báltico.

A aparição da Rússia como grande potência da região fez com que um permanente dilema na política externa da Dinamarca fosse criado: a localização geográfica do país no meio da rota marítima do Báltico significava que a Dinamarca encontrava-se no ponto de junção dos interesses da Rússia e da Inglaterra. Esta nova configuração de poder, exigiu que a política externa dinamarquesa fosse realizada com a finalidade de equilibrar o poder naval então dominante (o britânico), com o poder em ascensão (russo) – "a sobrevivência da

Dinamarca era dependente do país em manter relações de amizade com ambos" (Jespersen, 2011, p. 20).

Para nós, vale realçar o entendimento compartilhado entre os Reinos da Dinamarca (-Noruega) e Suécia que o 'quase estado permanente de conflito' bélico entre eles serviu, apenas, para enfraquecê-los, e que, a partir de então, com a eminência de um inimigo comum, a Rússia, tornava-se necessário uma maior aproximação e entendimento entre ambos, consolidando assim, o estabelecimento de suas relações pacíficas (Lauring, 1960; Jespersen, 2011).

3.2 A importância do século XIX na construção do Estado moderno dinamarquês

Nos últimos anos do século XVIII, Dinamarca e Suécia, temendo eventuais confrontos bélicos com o Império Russo, assinam com este um 'Pacto de Neutralidade Armada' (Lauring, 1960, p. 189) que previa a garantia da inexistência de ataques à navios comerciais que utilizavam a rota marítima do Báltico. Em 1801, contudo, o Reino Unido tomou a decisão política de por um fim à este pacto, através da obtenção, à força se necessário, do apoio dos dois reinos nórdicos, para assim, obter controle sobre a região do Báltico.

Neste ano, o Governo britânico enviou uma frota, sob o comando do Almirante Parker e do Contra-Almirante Nelson, para atacar a marinha dinamarquesa e bombardear sua capital, Copenhagen. A ação britânica fora feita com maestria, utilizando-se das condições adversas provenientes do inverno para neutralizar uma possível ajuda russa, cujo acesso ao Mar Báltico encontrava-se bloqueado pelo gelo. Após cinco horas de confronto, a 'Batalha de Copenhagen' teve seu fim com a vitória britânica.

Com o isolamento dinamarquês, devido à morte do czar Paulo I (reinado de 1796 a 1801) e a consequente sucessão que nomeou Alexander I (reinado de 1801 a 1825), que apresentava uma forte afinidade com o Governo britânico, como novo czar russo, o país se viu obrigado a se retirar do pacto de neutralidade e aceitar uma nova neutralidade, porém em termos britânicos – "a Grã-Bretanha mostrou, assim, claramente, que a Dinamarca (...) havia caído dentro de sua esfera de influência" (Jespersen, 2011, p. 21).

O avanço de Napoleão, em 1806, fez com a Dinamarca fosse novamente posta em uma situação delicada. Por um lado, Napoleão passou a pressionar a adesão dinamarquesa ao seu bloqueio à Inglaterra; do outro lado, a Inglaterra continuava com o seus fortes interesses na região, buscando assim, a manutenção de seu controle sobre o Báltico.

Temendo uma possível adesão dinamarquesa ao projeto político de Napoleão, e o consequente acréscimo de poderio bélico, com o (eventual) engajamento da frota do reino dinamarquês às forças napoleônicas, o Governo britânico optou por antecipar suas ações e enviou sua frota, novamente, à Dinamarca, exigindo que a Marinha do país (e, consequentemente, da Noruega também) fosse entregue aos comandos britânicos. Com a recusa do Rei da Dinamarca em aceitar tais condições, a marinha britânica, em 1807, iniciou mais um bombardeio à Copenhagen.

Em decorrência dos dois ataques britânicos à capital do reino dinamarquês, em menos de dez anos, o governo do país decidiu por apoiar Napoleão. A Suécia, contudo, permaneceu na zona de influência britânica. Com o término das Guerras Napoleônicas, em 1815, a Dinamarca encontrava-se no lado que havia perdido e como consequência das negociações de paz, o então chamado *Concerto Europeu*, o país sofreu mais uma perda territorial, com a dissolução da união de sua monarquia com o Reino da Noruega. O território norueguês, com exceção de suas províncias atlânticas que permaneceram sob o controle dinamarquês, fora incorporado ao Reino da Suécia como compensação pela perda da Finlândia para a Rússia. A dissolução da Dinamarca-Noruega fora mais um episódio de redução territorial sofrida pelo país, pondo um fim no que havia de remanescente da união nórdica, a *Kalmarunionen*.

Os dois ataques britânicos ao centro do reino e a incapacidade do regime absolutista em contornar a situação, acabaram por impulsionar o crescimento do nacionalismo – ou de uma forma primitiva de – na Dinamarca, inspirado tanto pelo movimento da revolução francesa, como pelo romantismo germânico. O desenvolvimento deste debate público, que se iniciara durante a segunda metade do século XVIII, fora caracterizado pela necessidade de se compreender o papel que os germânicos e noruegueses teriam no Estado multinacional dinamarquês.

O primeiro movimento acerca da construção de um nacionalismo – e de um 'Estado nação' – na Dinamarca ocorre com a disputa acerca do entendimento do conceito de *fædreland*, ou '*fatherland*' / '*patrie*'. O debate 'pré-nacionalista' referia-se a necessidade de

se estipular quem poderia ser considerado um 'cidadão' da *fædreland*, bem como qual seria sua relação para com o Estado – em que medida a lealdade ao rei deveria ser acompanhada de um vínculo emocional, não apenas ao rei, mas ao Estado também (Hansen, 2002b, p. 53)?

De um lado deste debate, Tyge Rothe – tutor do então Príncipe Frederik da Dinamarca –, inspirado por Montesquieu e os filósofos do iluminismo, defendia que o conceito de *fædreland* deveria ser compreendido como o local que alguém escolhe viver, dessa forma, qualquer indivíduo que mantivesse sua lealdade ao Rei, poderia torna-se membro/cidadão da *fædreland*. Do outro lado do debate, em contraposição, encontrava-se Eiler Hagerup, filho do Bispo de Trondhjem[2], que, em 1767, publicou um panfleto advogando para uma conceitualização de *fædreland* ligada ao local de origem. Dessa forma, os 'cidadãos' são aqueles que nasceram no local, no Estado.

Este confronto de concepções tem seu fim em 1777, quando a definição apresentada por Hagerup é altamente disseminada por uma crescente burguesia, que buscava "garantir um lugar melhor para si na administração do Estado" (Hansen, 2002b, p. 54), como veremos a seguir.

O desenvolvimento do entendimento da *fædreland* como o local pertencente à quem ali nasceu, trouxe uma dificuldade inerente à caracterização multinacional, e multilinguística, do Reino da Dinamarca, tornando obscuro qualquer definição referente a 'nós' e os 'outros'. No último quarto do século XVIII, contudo, um acontecimento iria marcar a consolidação da construção da Dinamarca enquanto Estado nacional.

Durantes os anos de 1770 a 1772, Struensse, médico de origem germânica responsável pelos cuidados do rei dinamarquês Christian VII, que sofria de uma doença mental, torna-se o Ministro superior do reino, controlando assim o Estado dinamarquês. Embora tenha agradado setores da sociedade ao estabelecer a liberdade de imprensa, Struensse iniciou abertamente uma relação amorosa com a então Rainha Caroline Matilde que, após alguns anos, dera a luz à uma criança que, de acordo com os relatos, se assemelhava em muito com o médico germânico (Hansen, 2002b; Feldbæck, 1991). A traição descarada teve um fim com a destituição de Struensse de seu cargo e sua posterior execução. Com o ocorrido, um sentimento antigermânico se intensificou nas mais diversas esferas da sociedade dinamarquesa. Para o historiador Ole Feldbæck (1991), contudo, a origem deste 'sentimento

[2] Cidade que se encontra na região central do atual território da Noruega.

antigermânico' estaria em um conflito, originado por volta de 1740, por plebeus dinamarqueses que se opuseram à aristocratas proprietários de terras que possuíam elementos linguísticos e culturais germânicos.

A importância deste momento decorre do 'encontro' do 'outro' para a construção do nacionalismo dinamarquês. Dessa forma, o 'germânico' fora compreendido como o 'outro' por grande parte da elite intelectual da Dinamarca, que, através de mecanismo culturais, como veremos, fora capaz de expandir tal sentimento para as mais diversas camadas da sociedade nacional. Como consequência, principalmente do 'caso Struensse', fora criada, em 1776, a 'Lei dos Direitos dos Nativos' que estabelecia que todos os cargos políticos do Estado deveriam ser preenchidos, apenas, por pessoas nascidas na Dinamarca.

Em contrapartida, a construção da imagem do 'eu', do 'nós' (*we-feeling*), na Dinamarca ocorreu com o uso de uma concepção de identidade nórdica, enfatizando a grandeza e o pertencimento, tanto da Dinamarca, como da Noruega, de um passado nórdico comum.

> A identidade Nórdica começou a figurar como parte da construção da diferença entre o 'Estado inteiro' [o reino multinacional dinamarquês] e a 'Alemanha': a Dinamarca e a Noruega pertenciam à gloriosa [região] nórdica, argumentava-se, já a 'Alemanha', pertenciam a uma "Europa" inferior. (...) o Nórdico era um fundo simbólico que conferiu uma identidade particular na Dinamarca e na Noruega (Hansen, 2002b, p. 55).

Hans Christian Andersen (1805-1875) e Nikolaj Frederik Severin Grundtvig (1783-1872) tiveram um papel essencial na construção, através de canções e da literatura, desta identidade nacional dinamarquesa baseada em uma aproximação com o seu 'passado glorioso nórdico' e em contraposição aos 'germânicos'. Voltaremos à questão identitária.

Durante os anos de 1830, o crescente protagonismo realizado pelas ideias nacionalistas e do liberalismo político, perante as elites dinamarquesas, contribuíram para a ruína do absolutismo no país. O desenvolvimento de um movimento nacional liberal favoreceu o estabelecimento de uma democracia na Dinamarca durante o ano de 1848.

Motivados por tais mudanças, a população germânica dos ducados de Schleswig e Holstein, despertados tanto pelos ideias liberais, como por um forte sentimento nacionalista, porém de origem germânica, pressionaram o governo dinamarquês para que a libertação do

controle destes dois ducados ocorressem[3]. O resultado disso fora uma 'guerra civil' na Dinamarca, a Primeira Guerra de Schleswig-Holstein (1848-1850), que acabara com a derrota dos insurgentes dos ducados de Schleswig-Holstein.

Pressionados pela opinião pública, encantada com a vitória de 1850, o governo dinamarquês iniciou uma Segunda Guerra de Schleswig-Holstein (1864) com o objetivo de incorporar, por definitivo, os ducados de Schleswig-Holstein à coroa dinamarquesa. Em resposta, o general prussiano Otto von Bismarck, juntamente com o apoio da Áustria, dizimou as forças dinamarquesas, incorporando os dois ducados à Alemanha unificada, somente em 1871. Cerca de vinte mil falantes de dinamarquês, que viviam nos ducados, foram inseridos ao Império alemão.

A perda dos territórios ao sul do país fora o último episódio do processo de redução territorial da Dinamarca. O outrora grande império nórdico fora transformado em um pequeno Estado ao norte da Europa, processo que causou um grande impacto na posterior condução da política dinamarquesa.

A construção da identidade moderna dinamarquesa fora altamente influenciada pelas Guerras de Schleswig-Holstein, dando continuidade ao sentimento antigermânico estabelecido desde a última metade do século XVIII. A historiografia dinamarquesa trata o ano de 1848 como o momento no qual o sentimento nacionalista deixa de ser um fenômeno restrito às elites do país e passa por um processo de massificação.

> Historiadores dinamarqueses descrevem o 'espírito de 1848' como um sentimento muito forte de coesão nacional entre o povo dinamarquês. Um sentimento que ultrapassou as fronteiras sociais e econômicas e fora acompanhado por um senso de igualdade e solidariedade. Sob a influência do 'espírito de 1848', muitas pessoas e, em particular muitos burgueses, acadêmicos e artistas, localizados em Copenhagen, ofereceram-se para se juntar ao exército dinamarquês na batalha contra a rebelião nos ducados, embora não fossem obrigados a fazê-lo. Somente os camponeses dinamarqueses estavam sujeitos ao serviço militar (Brincker, 2003, p. 420).

[3] Schleswig e Holstein constituíam-se como ducados soberanos. O primeiro, de maioria dinamarquesa, encontrava-se vinculado por uma união pessoal ao Reino da Dinamarca. O segundo, de maioria germânica, integrava o Sacro Império Romano Germânico e, posteriormente, à Liga Alemã (de 1815 a 1864), porém encontrava-se ligado à Dinamarca, desde o século XV, também por uma união pessoal. Dessa forma, o monarca dinamarquês constituía-se, também, como duque de Schleswig e Holstein.

Um dos símbolos nacionais de maior importância, até os dias de hoje, a bandeira nacional, *Dannebrog*, figurou na campanha dinamarquesa de 1848. O uso da *Dannebrog*, até então, era restrito ao rei, às forças armadas e ao Estado, sendo considerada desobediência civil o seu uso fora destes padrões. Durante a Primeira Guerra de Schleswig-Holstein, a *Dannebrog* fora utilizada massivamente pelos soldados dinamarqueses como um símbolo nacional, contrapondo-se assim a um anseio nacionalista germânico nos ducados. A legalização do uso da *Dannebrog*, por qualquer setor da nação, ocorrera somente em 1854.

A massificação do sentimento nacionalista na Dinamarca deu-se, principalmente, devido ao esforço do poeta e escritor N. F. S. Grundtvig, que fora altamente influenciado pelo pensamento liberal e nacionalista. Uma das preocupações centrais de Grundtvig consistia (além de sua compulsão com o estabelecimento sólido e com a expansão da língua dinamarquesa em todas as camadas da sociedade) no entendimento da importância do camponês como o principal representante do nacionalismo dinamarquês (uma vez que estes haviam, historicamente, representado a 'nação' nas mais diversas guerras travadas), "no entendimento de Grundtvig, o camponês independente era ideal para a fundação de uma cultura popular dinamarquesa" (Brincker, 2003, p. 415). Ademais, os camponeses eram, sem dúvida, um dos grupos sociais mais bem organizados em toda a Dinamarca, através de suas cooperativas.

A necessidade de espalhar a língua e a cultura dinamarquesa, para os mais diversos segmentos da sociedade, fez com que Grundtvig criasse as 'Escolas do Povo' (*Folkeskolen*), em contraposição à instituição de ensino estatal, melhor representada pela Universidade de Copenhagen (*Københavns Universitet*), cujo ensino pautava-se no latim. Dessa forma, as *Folkeskolen* tiveram um papel de extrema importância no distribuição de uma educação de massa pautada na língua dinamarquesa, desempenhando assim, "um papel importante na expansão do nacionalismo dinamarquês e da construção da nação dinamarquesa no século XIX" (Biecker, 2003, p. 416).

Grundtvig conectou a importância do estabelecimento da língua dinamarquesa com o passado (glorioso) do país, fortalecendo assim o caráter nórdico da identidade dinamarquesa. Para tal, empenhou-se na reconstrução da mitologia nórdica que fora disseminada através de seus poemas e de suas canções – cujo aprendizado ocorria em suas *Folkeskolen*.

As canções de Grundtvig foram entoadas pelos soldados dinamarqueses durante as duas Guerras de Schleswig-Holstein, demonstrando este processo de massificação da identidade nacional conduzido, em parte, pelas *Folkeskolen*. Como consequência da derrota (trágica) da Dinamarca em 1864, o sentimento antigermânico alcançou, talvez, o seu auge, favorecendo, cada vez mais, o desenvolvimento de um sentimento (nacionalista) Pan-Escandinávo / Pan-Nórdico.

3.3 A questão alemã na política dinamarquesa

É de comum entendimento na historiografia dinamarquesa o impacto que as duas guerras pelos ducados de Schleswig-Holstein e a posterior unificação do Império alemão exercem na atual política externa e de segurança da Dinamarca. O sentimento antigermânico, originado em meados do século XVIII e intensificados após a derrota de 1864, tiveram um papel fundamental na formulação da política dinamarquesa, fazendo com que "(...) sua atual posição, e seu papel contemporâneo no cenário internacional, só possam ser compreendidos tendo em vista estas mudanças históricas (...)" (Jespersen, 2011, p. 8).

O ano de 1864 marca a consolidação da mudança da Dinamarca, enquanto grande potência do norte europeu, em um Estado pequeno; enquanto, ao mesmo tempo, solidifica a recém-unificada Alemanha como grande potência europeia. Por tal ocasião, e conforme o que fora visto anteriormente, as relações entre os dois países, tanto por questões políticas, como por razões psicológicas, passaram a ser caracterizadas, desde então, por uma constante tensão. A invasão alemã, por Hitler, à Dinamarca, só piorou o sentimento conflitivo existentes entre ambos os países.

A 'questão alemã' é, sem dúvida alguma, uma das principais causas da reticência dinamarquesa para com o processo europeu de integração e, consequentemente, um dos fatores essências para a explicação da existência de um 'dilema de integração' no país – "(...) a relutância contínua de uma grande parte dos dinamarqueses de entrar em uma Europa integrada e unificada (...) tem algo a ver com o medo de que a Europa irá se tornar dominada pela Alemanha" (Lammers, 2000, p. 263). Uma evidência disto encontra-se na preocupação

disseminada pela elite política do país durante os anos 50 e 60, e com o receio com a questão alemã, novamente, no início dos anos 90, com a reunificação da Alemanha.

Embora a Alemanha do pós-guerra só tenha se constituído, formalmente, em 1949, com sua divisão entre a República Federal da Alemanha (Ocidental) e a República Democrática da Alemanha (Oriental), sua importância para a política externa e de segurança da Dinamarca da época fora evidente. Ainda que a Alemanha, enquanto nação, não apresentava uma ameaça eminente à Dinamarca, o sentimento presente na elite política do país residia no entendimento de que o reerguimento alemão era inevitável e que, em alguns anos, a Alemanha voltaria ao seu papel de grande potência europeia, constituindo-se, assim, como uma ameaça à nação dinamarquesa (Lammers, 2000, p. 264-265).

Tendo em vista esta preocupação, a elite política dinamarquesa "prontamente" aderiu às negociações referentes à criação de uma estrutura atlântica de segurança (somente após a busca por uma alternativa nórdica) que envolveria a participação direta dos Estados Unidos da América na segurança europeia, através de uma aliança militar. A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte fora assim, o instrumento político necessário para a garantia de que uma potência externa fosse capaz de conter uma eventual pretensão "hegemônica" por parte da Alemanha. No detalhamento das relações Dinamarca-Alemanha, realizada pelo historiador dinamarquês especialista em História da Alemanha, Karl Christian Lammers (2000), com amplo acesso a documentos e troca de mensagens internas realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, entre os anos 50 e 70, um comentário realizado pelo então Primeiro-Ministro, Jens Otto Krag[4], comprova a importância da 'intromissão' americana na estrutura de segurança europeia. Nas palavras de Krag, os Estados Unidos "são, substancialmente, a segurança para os pequenos poderes do Ocidente em suas relações com a Alemanha Ocidental".

Decorrente de uma resolução da OTAN, de outubro de 1954, a Dinamarca declarou publicamente o seu apoio formal à reunificação da Alemanha nos termos de sua porção ocidental, comprometendo-se, também, a não reconhecer formalmente a existência da Alemanha Oriental. A necessidade deste movimento político, contudo, não representava os verdadeiros anseios da elite política do país. O *Det Radikale Venstre* levou ao congresso, durante o ano de 1966, a votação pelo reconhecimento diplomático da porção oriental da

[4] Primeiro-Ministro da Dinamarca em dois momentos: de 3 de setembro de 1962 até 2 de fevereiro de 1968; e, posteriormente, de 11 de outubro de 1971 até 5 de outubro do ano seguinte.

Alemanha. Embora a votação não tenha sido levada adiante, devido a necessidade de se manter boas relações com a OTAN e, consequentemente, os EUA, a Alemanha dividida constituía-se no cenário ideal para a segurança da Dinamarca, uma vez que a existência da Alemanha Oriental enfraquecia a realização da 'Grande Alemanha'.

O início do processo de reunificação da Alemanha, no início dos anos de 1990, marcou o retorno de um incomodo dinamarquês com o papel da Alemanha na Europa do pós-Guerra Fria. Sem dúvida alguma, a declaração realizada pelo então Primeiro-Ministro Poul Schlüter, que ocupará o cargo de 1982 até 1993, pelo *Det Konservative Folkeparti*, descreveu bem o sentimento dinamarquês. Para o Primeiro-Ministro, a reunificação da Alemanha não estava, certamente, nos interesses da Dinamarca, uma vez que a unificação alemã necessariamente trazia a tona um certo medo histórico de uma grande e potente Alemanha (apud Lammers, 2000, p. 278).

A opinião pública também reagira em conformidade com a interpretação realizada pela sua elite política. Durante os debates públicos realizados nos anos 60, referente à possível adesão da Dinamarca à Comunidade Europeia, o 'fantasma da Alemanha' fora mais importante do que as questões institucionais em torno do modelo supranacional adotado pela integração europeia. Algo semelhante também ocorrera nos debates realizados no início dos anos 70. Já no início dos anos 90, com a reunificação da Alemanha, grande parte da opinião pública compreendia que o seu vizinho ao sul havia ficado grande demais para a Europa e, certamente, para a Dinamarca.

Com o início da integração europeia, com o estabelecimento da CECA em 1952, os países da Europa central procuraram resolver a 'questão alemã' através de sua incorporação em uma arquitetura institucional supranacional. Dessa forma, havia o entendimento de que por meio de um controle sobre a economia alemã, tornar-se-ia possível realizar uma maior contenção de qualquer (eventual) pretensão de dominação política por parte da Alemanha. Na Dinamarca, entretanto, a percepção era diferente: enquanto as potências ocidentais europeias compreendiam que uma maior integração política e econômica havia se tornado o principal instrumento para lidar com a 'questão alemã' e, assim sendo, resolvendo o 'problema alemão', a percepção na Dinamarca era outra. Para os dinamarqueses, o processo de integração consistia no próprio instrumento de dominação e controle da Europa realizado pela a Alemanha. O projeto europeu de integração era visto, primordialmente, como um projeto alemão.

> As relações com a Europa pareciam marcadas pelo medo da Alemanha. Os dinamarqueses, portanto, se opuseram à ideia de Europa, porque sua realização significaria que os alemães estariam livres para se estabelecerem na Dinamarca. Quando a participação dinamarquesa na CECA fora considerada, parecia como se um dos motivos contra sua adesão consistia no medo que os dinamarqueses tinham de que a Alemanha iria dominar a integração e que a integração se caracterizaria como um veículo para uma nova hegemonia alemã (Lammers, 2000, p. 276).

Tendo em vista o que fora dito, o 'fantasma' alemão exerce um papel extremamente significativo na condução da política externa e de segurança da Dinamarca. Conforme descrito pelo então Ministro dinamarquês das Relações Exteriores, Per Hækkerup, durante os anos 60, a Alemanha constitui-se como o principal problema, e a principal questão a ser avaliada na condução da política externa do país. Certamente, a interpretação da integração europeia como um possível veículo para a dominação da Europa por parte da Alemanha acabou por estabelecer, tanto entre a elite política, como entre as camadas mais intelectualizadas da sociedade, um receio por parte do país com o processo de integração. Um bom exemplo deste entendimento encontra-se nas palavras do porta-voz do Partido Social Democrata, Ritt Bjerregaard, em 1992, ao afirmar que "caso a Alemanha se opuser à integração da Comunidade Europeia, então a Comunidade Europeia não será integrada (...)" (Bjerregaard, 1992 apud Lammers, 2000, p. 261).

A interpretação da história e a construção da identidade

Com o objetivo de demonstrar a importância destes acontecimentos históricos, anteriormente descritos, para a construção de uma identidade dinamarquesa – tanto a política, como a nacional – que, posteriormente, impactaram significamente no posicionamento do país perante o processo europeu de integração, devemos nos preocupar em compreender a construção de tradições historiográficas que acabaram por disseminar interpretações particulares acerca dos fenômenos do passado.

O entendimento, de certa maneira, metodológico, aqui pressuposto, concebe a construção específica de uma interpretação histórica como capaz de moldar e modificar as percepções de um determinado povo em 'se auto-compreender'. Em outras palavras, a

(interpretação da) história, socialmente construída, tem o poder de influenciar o desenvolvimento de uma identidade coletiva (no caso, nacional) e de idealizar a imagem do próprio 'eu'.

> (...) o argumento principal é que as realidades culturais são sempre produzidas em contextos sócio-históricos específicos e que, portanto, faz-se necessário compreender os processos que geram estes contextos, a fim de explicar a natureza de ambos, a prática da identidade e a produção de esquemas históricos. (...) Fazer história é uma forma de produzir identidade na medida em que produz uma relação entre o que supostamente ocorreu no passado e o 'atual estado das coisas'. A construção de uma história é a construção de um universo significativo de eventos e relatos para um sujeito individual ou para um 'sujeito' coletivamente definido (Friedman, 1992, p. 838).

Conforme apontado pelo historiador dinamarquês Knud Jespersen (2011), uma particular tradição da historiografia dinamarquesa, a assim chamada 'tradição radical da história', exerceu significativo impacto na transmissão de uma distinta interpretação do passado dinamarquês e, consequentemente, na construção da identidade contemporânea da Dinamarca. A importância desta tradição decorre, tanto de seu impacto no ensino da história nacional no país, como em sua apropriação por partidos políticos, como a *Det Radikale Venstre*.

A tradição radical da história dinamarquesa tem sua origem nos eventos, então catastróficos, da derrota do país em 1864 para a Prússia de Bismarck. A humilhação sofrida pelos dinamarqueses neste último revés aos germânicos, transformou o país em um Estado 'insignificante', tanto em um contexto europeu, como em um quadro mundial. A perda dos ducados de Schleswig-Holstein para a Alemanha unificada fora o último ponto de um processo histórico da fragmentação territorial da Dinamarca, fazendo com que, agora, o país tivesse atingido um tamanho crítico, não sendo capaz de garantir sua própria defesa e, por conseguinte, sua própria independência enquanto um Estado soberano.

A interpretação oferecido por esta 'escola' historiográfica, conforme bem apontado por Jespersen (2011, p. 196), ignora alguns fatores históricos, mencionados no início deste capítulo, para apresentar uma identidade nacional pautada no entendimento de que o país sempre fora um Estado pequeno no contexto europeu. O passado glorioso nórdico, sob a soberania da coroa dinamarquesa, fortemente difundido por intelectuais como Grundtvig, fora completamente ignorado por esta tradição historiográfica.

Com isso, e muito bem propagado por alguns partidos políticos dinamarqueses, uma visão fora consolidada na qual havia o entendimento compartilhado de que a Dinamarca sempre sofrerá grandes consequências quando seus políticos e governantes haviam se inserido na política das grandes potências europeias, esquecendo-se que o país é, apenas, um "Estado insignificante", em termos de suas capacidades.

> Foi neste ponto mais baixo da história da Dinamarca [1864] que os historiadores radicais perceberam a situação interpretando-a como o resultado de centenas de anos de política externa equivocada, construída sobre a falta de compreensão dos políticos acerca da posição de fraqueza e de uma 'liberdade de ação' limitada [do país]. A doutrina que, nestas bases, eles passaram para os seus contemporâneos e sucessores fora a de que a existência da Dinamarca como uma nação independente exigia que o país atuasse discretamente na arena internacional, e que não interviesse na política internacional (Jespersen, 2011, p. 198).

Dessa forma, encabeçado pelo *Det Radikale Venstre*, uma doutrina de política externa fora estabelecida tendo por base a neutralidade e o pacifismo – posição que perdurou de meados de 1870 até 1947, com a adesão do país à aliança militar do Atlântico Norte. A caracterização do país como um Estado neutro teve significativo impacto nos debates referentes à possível adesão do país à Comunidade Europeia, durante os anos de 1960. A participação da Dinamarca na integração europeia quebraria com a neutralidade do país em um contexto europeu.

Embora a tradição radical da historiografia dinamarquesa tenha perdido força, ao menos desde a segunda metade do século XX, "(...) ainda há vestígios claros desta mentalidade mais antiga, tanto no debate político atual, como nas opiniões em geral" (idem, p. 198).

A 'síndrome de 1864' na construção da política externa dinamarquesa

O ano de 1864 é de importância fundamental para o entendimento da identidade política dinamarquesa contemporânea. A perda dos ducados de Schleswig-Holstein para a Prússia de Bismarck consolidou o término de uma visão da Dinamarca enquanto grande potência do norte europeu e estabeleceu uma nova concepção para o país: o de um pequeno

Estado, com papel extremamente limitado no sistema internacional e geograficamente localizado em uma 'zona' de latentes ameaças.

Propagado por uma tradição específica da historiografia dinamarquesa, como visto anteriormente, a assim chamada 'síndrome de 1864', ou 'fantasma de 1864', desempenhou significativo impacto na mentalidade da elite política e dos intelectuais mais influentes do país, exercendo, também, um forte abalo na construção da política externa do país.

Conforme apontado por Anders Wivel (2014b), a construção de doutrinas de política externa na Dinamarca não tem sua origem em codificações realizadas após a publicação de documentos oficiais, conforme costumeiros em outros países, tais quais os Estados Unidos da América. O uso do termo 'doutrina de política externa', ademais, não constitui como algo costumeiro nos discursos da elite política do país. É possível, contudo, identificar a existência de doutrinas acerca do modo como à Dinamarca deveria ser inserir no sistema internacional – bem como de qual deveria ser o comportamento do país em suas relações com os mais diversos países – nas ações e pensamentos de políticos que, com o passar do tempo, mantiveram sua importância para a temática. Dessa forma, a construção de doutrinas da política externa dinamarquesa são frutos de processos altamente 'personalistas'.

A construção da política externa de um país pode ser compreendida como o resultado da interação entre fatores materiais e ideacionais quando confrontados com a realidade política nacional e internacional. Por conseguinte, entende-se por uma doutrina de política externa o conjunto de entendimentos empíricos e normativos referentes ao sistema internacional e a posição que o país, em questão, deva manter neste sistema, postura essa declarada publicamente pelos oficiais e/ou órgãos competentes do Estado nacional (Brodin, 1972, p. 104).

Uma doutrina de política externa, dessa forma, é constituída por princípios fundamentais que conduzem o andamento da política externa de um país. Tais princípios devem apresentar uma alta estabilidade, porém não podem estabelecer nenhuma rigidez, ou 'serem fixos', uma vez que mudanças na política externa possam ocorrer, sem o desrespeito destes princípios fundamentais, como uma resposta necessária as transformações ocorridas na sociedade nacional, bem como na sociedade internacional – entendida aqui quando "um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade – no

sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto de regras – e participam de instituições comuns" (Bull, 2002, p. 19).

Com isso, embora sem o uso cotidiano do termo 'doutrina de política externa' pela elite política do país, a política externa da Dinamarca, assim como de outros Estados modernos, guia-se por "um determinado conjunto de ideias embutidas no desenvolvimento histórico do Estado", bem como de seu ambiente externo, e é constrangida "por um conjunto de condições externas, tais como o poder o os interesses dos Estados" geograficamente mais próximos, e pela ausência de um poder central superior aos Estados nacionais a fim de evitar o uso da força, ou da ameaça de seu uso, por Estados com objetivos de "dominar, ou até destruir" outros Estados (Wivel, 2014b, p. 115).

O desenvolvimento histórico do Estado dinamarquês, conforme visto neste capítulo, constitui-se como a história de como, após consecutivas perdas militares, um Estado que fora a grande potência do norte da Europa fora reduzido, após inúmeras fragmentações territoriais, em um Estado pequeno no contexto europeu, suscetível às políticas das grandes potências europeias. Processo este que tem um fim após a derrota da Dinamarca na Segunda Guerra de Schleswig-Holstein, em 1864.

Em conformidade com este processo, e mais especificamente com a 'tragédia de 1864', uma 'escola' de interpretação da história nacional fora capaz de influenciar grande parcela da população dinamarquesa, bem como partes da elite política do país, fundamentando o seu entendimento histórico na premissa de que a Dinamarca é um Estado pequeno e que deveria agir como tal e que, conforme demonstrado pela história, inúmeras tragédias nacionais decorreram das ações de políticos dinamarqueses que se esqueceram de tal posição política do país no cenário internacional e se 'meteram' na política das grandes potências (europeias). Portanto, a garantia da segurança do país residia na condução de uma política externa que compreendesse a posição da Dinamarca enquanto Estado pequeno.

A interpretação apresentada pela tradição radical da historiografia dinamarquesa tivera grande influência na consolidação da doutrina de política externa dominante no país desde o final do século XIX, até o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Dentro desta tradição historiográfica, podemos destacar a importância de Peter Rochegune Munch (1870-1948), historiador formado pela Universidade de Copenhagen que se tornou um político e intelectual de grande influência na primeira metade do século XX.

Munch fora um dos envolvidos na construção do partido dinamarquês de vertente social liberal, o *Det Radikale Venstre*, em 1905. Além de sua intensa vida acadêmica, tendo obtido seu título de Doutor em História em 1900, Munch construiu uma impetuosa vida política, tendo sido parlamentar por trinta e seis anos, durante 1909 até 1945. A partir de 1927, tornou-se líder de seu partido. Entre 1913 e 1920, fora responsável pelo Ministério da Defesa. E, por último, fora Ministro das Relações Exteriores, durante o período de 1929 até 1940. Devido a sua importância como uma das principais lideranças políticas, bem como pelo seu respeito enquanto intelectual, o pensamento de Munch acerca das relações internacionais acabou por se tornar uma das grandes influências de seu tempo, caracterizando assim, conforme argumentado por Wivel (2014b), na doutrina de política externa dominante do início do século XX.

A 'doutrina de Munch' pode ser descrita através do entendimento da existência de três grandes pressupostos acerca das relações internacionais e de três 'recomendações' para a política da Dinamarca perante o sistema internacional, decorrentes destes pressupostos. No que tange o entendimento do plano internacional, Munch compreendeu, primeiramente, que as relações internacionais são claramente caracterizadas pela distinção existente entre as grandes potências e os Estados pequenos. Sendo assim, estas grandes potências possuem a capacidade, material, de impor as 'regras do jogo', bem como o poder de constranger as ações dos Estados pequenos, limitando suas ações. Por consequência lógica, a habilidade de um Estado pequeno em buscar seus interesses no sistema internacional está contida em sua capacidade de se relacionar, de forma positiva, com as grandes potências que o circunscreve.

O segundo pressuposto da 'doutrina de Munch' está relacionado ao papel exercido pelo tomador de decisões neste cenário internacional. Desta forma, tendo em vista os constrangimentos sistêmicos que se inserem em um Estado pequeno, o seu tomador de decisão (*policy-maker*) deve por um fim ao ímpeto de buscar promover, nas relações internacionais, grandes esquemas ideológicos e contentar-se com políticas que perseguem uma maior otimização de sua influência (a do Estado), juntamente com uma maior redução de riscos – "Àquele que realiza a Política Externa [de um Estado pequeno] deve avaliar de forma racional suas opções e resistir à tentação de agir quando nenhuma ação é necessária, bem como de renunciar a busca por grandes ideais (...)" (Wivel, 2014b, p. 118).

Por último, a 'doutrina Munch' compreende que uma transformação pacífica do sistema internacional é impossível de ocorrer em curto e médio prazo, contudo, em longo

prazo, torna-se possível. Dessarte, tendo em vista a posição de inferioridade de um Estado pequeno perante as grandes potências, um dos objetivos centrais de um Estado pequeno, para assim obter uma maior, e mais estável, segurança no sistema internacional, consiste na promoção de uma mudança pacífica das relações internacionais, contrapondo-se assim, ao *modus operandi* das grandes potências do sistema.

Com o estabelecimento destes três pressupostos fundamentais que caracterizam o sistema internacional e, principalmente, as dificuldades encontradas por um Estado pequeno dentro deste arranjo, Peter Munch estabeleceu três grandes 'recomendações' para a condução da política externa dinamarquesa. Em primeiro lugar, com o entendimento claro do posicionamento da Dinamarca no sistema internacional como um Estado pequeno (criticando aqueles políticos que haviam 'levado o país às ruinas ao se intrometer nos assuntos das verdadeiras grandes potências'), tornar-se-ia necessário desprender a atenção devida às grandes potências (europeias) com a capacidade de projetar poder no entorno geográfico estratégico no qual a Dinamarca se insere. Historicamente, quatro potências foram capazes de projetar tal poder, a saber: a Suécia, o Reino Unido, a Rússia e a Alemanha – embora na época vivenciada por Munch, apenas o Reino Unido e a Alemanha eram consideradas como tais. A partir de tal entendimento, caberia àqueles que conduzem a política externa do país construir relações sólidas com estes Estados a fim de:

> (...) reduzir as consequências desta dependência [em relação às grandes potências], identificando e aproveitando os pontos fracos das grandes potências e trabalhando ativamente para reduzir a eficácia dos meios que estes Estados possuem em chantagear pequenos Estados, como a Dinamarca, em perseguir cursos de ação que não são de seu interesse (Wivel, 2014b, p. 119).

Além disso, a fim de garantir sua maior segurança, a 'doutrina Munch' advogou para a necessidade da Dinamarca em evitar a dependência à apenas uma grande potência, o que poderia acabar por incapacitar qualquer possível ação do país, enquanto Estado pequeno. Com isso, tornava-se essencial a existência de mais de uma grande potência para que fosse possível a criação de uma espécie de balança de poder, mitigando o poder desenfreado de apenas uma destas. Com o objetivo claro de evitar o domínio realizado pelos principais Estados do sistema internacional, caberia a Dinamarca realizar um maior estreitamento com outros Estados pequenos, que possuem interesses compartilhados, para assim aumentar a sua capacidade de se contrapor à constrangimentos externos. A institucionalização de normas e

práticas das relações internacionais, ademais, constituía-se como outro instrumento que Estados pequenos deveriam perseguir com a finalidade de criar mecanismos capazes de cercear as ações das grandes potências.

Por fim, a 'doutrina Munch' compreendeu a necessidade da Dinamarca em contribuir com a transformação do sistema internacional a fim de transformá-lo em um ambiente mais pacífico, essencial para a estabilização da segurança de Estados pequenos. Para tal, a Dinamarca deveria preocupar-se com seu 'poder ideacional', ou seja, sua capacidade de modificar comportamentos de outros Estados através de novas ideias e da promoção de seus valores (compartilhados pelos demais países nórdicos).

Por consequência, a Doutrina Munch ao compreender a Dinamarca como um Estado pequeno (ao menos) desde 1864, sem a capacidade de

> (...) dissuadir, e nem de equilibrar o poderio da Alemanha, caberia ao país prosseguir, então, com uma política de 'não-provocação' e orientada em relação à Alemanha, com o foco, na maior parte do tempo, na sua sobrevivência. Desde a derrota de 1864, até a Primeira Guerra Mundial, a Dinamarca tem perseguido o que a literatura acerca dos Estados pequenos (*small state*) denomina de 'estratégia de se esconder', objetivando ficar de fora de problemas ao ficar fora da vista [das grandes potências] (Wivel, 2014b, p. 120).

**

Este capítulo teve por objetivo apresentar uma leitura histórica da construção do Estado moderno dinamarquês e as possíveis consequências deste processo à elaboração da política do país para com o desenvolvimento da integração europeia. Vimos que a história da Dinamarca é contada através de sucessivas derrotas militares que tiveram por consequência a dissolução territorial da grande potência báltica, desde o século XIII, e do grande poder nórdico, ao menos até meados do século XVII, em um Estado pequeno na Europa, sujeito às ações providas pelas grandes potências da região.

A construção da identidade nacional dinamarquesa, ademais, fora realizada, em grande medida, em contraposição aos germânicos, vizinhos diretos ao sul, e enaltecendo uma visão nórdica do país. Dessa forma, o desenvolvimento da identidade dinamarquesa fora realizada

através da, então estabelecida, ao menos na mente de intelectuais como Grundtvig, identidade nórdica, fazendo com que, até os dias de hoje, não haja nenhum conflito aparente entre as duas, apresentando assim uma forte compatibilidade entre a identidade dinamarquesa e a nórdica.

A questão nórdica é fortemente enaltecida com o crescimento de um sentimento contrário ao 'povo e a cultura' germânica, cujo auge ocorre com a perda da Segunda Guerra de Schleswig-Holstein, em 1864 – acontecimento histórico de extrema importância para a construção e a condução da política dinamarquesa do século XX. A correlação entre a 'questão nórdica' e a 'questão alemã', conforme apresentado, constitui-se como o entendimento crucial desta pesquisa, uma vez que, em grande medida, a política dinamarquesa reticente com o processo europeu de integração decorre do receio do país com uma futura (re) dominação alemã.

Conforme visto anteriormente, em 1864, o medo da Alemanha fora 'combatido' com uma maior aproximação à região (comunidade) nórdica. Desde o final dos anos de 1940, com a crescente aproximação entre, principalmente, a França e a Alemanha, e o início do projeto europeu de integração, compreendido pelos dinamarqueses como um 'projeto de dominação alemão', a questão nórdica fora de extrema importância nos argumentos contrários à incorporação do país à integração europeia, defendo assim uma alternativa nórdica à Europa. Como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO IV: A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA DINAMARCA DESDE O TÉRMINO DA II GUERRA MUNDIAL

A percepção acerca do papel da Dinamarca no sistema internacional após a 'tragédia de 1864', perpetuada por uma tradição radical da historiografia dinamarquesa e, posteriormente, institucionalizada pela doutrina Munch, consistiu no entendimento de que o país deveria 'se excluir' da política internacional conduzida pelas grandes potências, uma vez que a história havia demonstrado que, devido à 'intromissão' do país na política destas potências, a Dinamarca havia perdido grande parte de seu território e encontrava-se em uma situação dramática, já que não poderia garantir mais sua própria sobrevivência enquanto Estado nacional soberano.

O entendimento da incapacidade dinamarquesa de se proteger militarmente contra as possíveis ameaças provenientes de seu entorno estratégico tivera seu auge no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais. O governo de coalização formado pelos *Socialdemokraterne* (sociais democratas) e o *Det Radikale Venstre* (liberais sociais) neste período, em sua busca pela consolidação de um estado de bem estar social, realizou um corte formidável no orçamento das forças armadas, além de apoiar toda e qualquer manifestação que ridiculizava qualquer proposta que tivesse por objetivo reforçar as capacidades militares do país. Quando questionados sobre suas ações, as lideranças políticas dinamarquesas respondiam, de forma retórica, '*Hvad kan det nytte?*'[1], demonstrando, assim, a consciência de que o país não teria condições de defender seu território sob nenhuma circunstância (Skov, 2000, p. 91).

A constante ênfase dada por esta interpretação da história dinamarquesa influenciou, portanto, a criação – a partir de 1870, ao menos – de uma política externa que buscava a neutralidade do país perante as políticas conduzidas pelas grandes potências mundiais. A neutralidade conduzida pela Dinamarca, durante cerca de 80 anos, tendo seu fim apenas em 1949, constituiu uma resposta ao crescimento significativo do poderio do seu vizinho direto ao sul, a Prússia e, posteriormente, a Alemanha unificada por Bismarck (em 1871).

A derrota em 1864 tivera como consequência o gradativo avanço da dependência dinamarquesa aos interesses e políticas germânicas, fazendo com que, desde então, a Dinamarca não tivesse mais condições de buscar uma política externa que fosse conflitante

[1] Em uma tradução livre, "Para que serve?", "Qual é a utilidade [disso]?".

com a orientação apresentada pela Alemanha (Jespersen, 2011, p. 26). A criação de uma base naval às margens do Mar Báltico, na cidade de Kiel, capital da recém-incorporada região alemã de Schleswig-Holstein, em 1895, consolidou a presença da Alemanha enquanto grande potência naval da região do Báltico, impossibilitando qualquer reação dinamarquesa.

O posicionamento da Dinamarca durante as duas Grandes Guerras Mundiais do século XX, principalmente a segunda, refletiu a necessidade de manutenção de sua política de neutralidade visando, primordialmente, o seu "desejo de não provocar, de forma alguma, a Alemanha" (Jespersen, 2011, p. 27). No dia nove de abril de 1940, contudo, a Alemanha de Hitler invadiu a Dinamarca, acarretando na ocupação nazista de seu território, bem como de toda a extensão territorial do Estado norueguês.

A ocupação alemã na Dinamarca ocorrera sem nenhuma grande resistência e, em questões de horas, o governo do país, bem como o seu rei, decidiram por render-se às forças nazistas, acatando a demanda das forças armadas de Hitler por um cessar da (baixa) resistência armada oferecida pelo exército dinamarquês. Em contrapartida, a Alemanha nazista prometeu 'respeitar a autonomia política' da Dinamarca. Como consequência dessa permissividade dinamarquesa, duas das grandes potências envolvidas no outro lado do conflito, invadiram os territórios ultramarinos dinamarqueses: os Estados Unidos da América ocuparam a Groelândia, enquanto o Reino Unido tomou posse das Ilhas Faroe e da Islândia (embora a independência do país ao Reino da Dinamarca estivesse garantida pelo Ato de União Islândia-Dinamarca, assinado em 1918, a Islândia ainda mantinha relações de dependência; o rompimento completo de todos os laços políticos entre as duas nações ocorreu somente em 1944). Como resultado disso, a totalidade do território dinamarquês encontrava-se sob o controle de três grandes potências mundiais.

A política de colaboração mantida entre a Dinamarca e a Alemanha de Hitler, através das relações mantidas entre os seus respectivos ministros das relações exteriores, possibilitou, diferentemente de outros países ocupados pelos nazistas, como a própria Noruega e os Países Baixos, que a Dinamarca fosse poupada de uma imposição da ideologia nazista em sua sociedade civil. Esta política de cooperação, ou, no mínimo, de não confrontação, que proporcionou a manutenção formal da soberania do país e de sua política de 'neutralidade', só obteve considerada resistência popular em agosto de 1943, acarretando na queda do governo e o fim, oficial, das relações entre a Dinamarca e o III Reich. Os 'insurgentes' dinamarqueses receberam grande apoio, durante o verão de 1943, do Comitê Executivo Britânico de

Operações Especiais, responsável pela entrega de explosivos e armamentos aos movimentos de resistência.

O sentimento de constrangimento perante as concessões cedidas pelo governo dinamarquês à Alemanha nazista (as indústrias do país foram utilizadas para suprir a demanda alemã por reparos e fabricação de equipamentos militares e, ademais, a totalidade das exportações agrícolas dinamarqueses tiveram como destino o seu vizinho ao sul) colaborou pelo crescimento, por parte da população dinamarquesa, de um ceticismo contra a própria liderança política do país, ainda no período colaboracionista, e, desde 1942, esta resistência se desenvolveu, formando grupos organizados, que, prontamente, foram caracterizados pela sua 'ilegalidade'.

O levante popular contra as atrocidades cometidas pelo exército nazista (*Wehrmacht*) fora responsável por uma mudança de espírito na população dinamarquesa, abalada pelos anos de colaboracionismo. Uma canção de libertação fora composta, enfatizando expressões como '*det kæmpende Danmark*' (a Dinamarca combativa, lutadora) e '*Danmarks frihedskamp*' (a luta da Dinamarca pela liberdade). E o vocábulo '*sabotør*' (sabotador), utilizado durante o período colaboracionista para identificar a resistência, fora substituído por '*frihedskæmper*' (o que luta pela liberdade).

Meses após a queda do governo colaboracionista, em outubro de 1943, a resistência dinamarquesa fora "encorajada" quando, desrespeitando os acordos formais mantidos pelos dois países, a Alemanha nazista tentou capturar os judeus de origem dinamarquesa e transportá-los para os campos de trabalho. Grande parte da população judia dinamarquesa – cerca de sete mil indivíduos – foram evacuados de forma segura para à Suécia, com ajuda da própria população dinamarquesa, apenas algumas poucas centenas foram levadas pelos alemães – "Essa ação abriu os olhos das pessoas para a verdadeira natureza do regime alemão e fez com que os números de participantes nos grupos de resistência ativa aumentassem drasticamente" (Jespersen, 2011, p. 29).

Nos últimos anos da guerra, entre 1944 e 1945, os movimentos dinamarqueses de resistência ao avanço nazista se aproximaram dos partidos políticos que haviam se aproximado, entre eles, na tentativa de combater o colaboracionismo dinamarquês. Neste mesmo período, os Estados Unidos da América e o Reino Unido, tendo em vista estas mudanças na conjuntura interna do país, buscaram ferozmente o reconhecimento formal da

Dinamarca enquanto uma nação aliada, o que fora altamente questionada e combatida pela União Soviética. Os soviéticos argumentavam, em contrapartida, que o período colaboracionista realizado pelo país nórdico não poderia ser esquecido, juntamente com a perseguição brutal realizada contra os comunistas dinamarqueses, após o país ter assinado o Pacto Anticomintern (em novembro de 1941), que culminou, entre outras coisas, na dissolução e, consequente, ilegalidade, do *Danmarks Kommunistiske Parti* (Partido Comunista Dinamarquês). A busca soviética por caracterizar a Dinamarca como nação ligada ao eixo dava-se, também, pela razão de que, durante o período colaboracionista, cerca de oito mil dinamarqueses se juntaram as forças armadas nazistas e foram combater no front ao leste, ou seja, contra a União Soviética – a criação deste '*Frikorps Danmark*' (batalhão dinamarquês pela liberdade) e a assinatura do Pacto Anticomintern "trouxe o país perto de declarar guerra à Rússia e, assim, aos Aliados" (Skov, 2000, p. 92).

A ocupação realizada pela Alemanha de Hitler ao território dinamarquês colaborou para a desconstrução de grande parte da influência oferecida pela interpretação realizada pela vertente radical da historiografia do país. A neutralidade defendida pela Dinamarca e a ausência de sua "intromissão" na política das grandes potências do sistema internacional não contribuiu para a segurança do país – "A ocupação alemã em 1940 provou que não há segurança na [política de] neutralidade" (Bjøl, 1968, p. 7). Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, e o crescente incômodo soviético com o entendimento difundido da Dinamarca como nação aliada, pondo o país em rota de colisão, mais uma vez, com a grande potência ao leste da Europa, favoreceu a ruptura da Dinamarca com sua política de neutralidade. Além destes fatores, como apontado pelo historiador Niels Aage Skov (2000), a mudança de percepção na população dinamarquesa de que o país, outrora colaboracionista com a Alemanha nazista, lutou bravamente contra a ocupação alemã, colaborou para esta mudança na política externa do país.

> O mito sobre a unidade nacional da Dinamarca e da solidariedade na luta contra a agressão nazista durante a Segunda Guerra Mundial, inegavelmente, teve alguns efeitos positivos. Acabou por reforçar a posição do país no mundo do pós-guerra e facilitou a mudança em direção a um papel mais participativo na comunidade mundial (Skov, 2000, p. 16).

Com advento de uma nova 'ordem' internacional, repartida entre as duas grandes potências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos da América, "tornou-se cada vez

mais claro que a Dinamarca já não podia prosseguir com a sua tradicional política de neutralidade, e seria necessário colocar a sua segurança nas mãos da Aliança Ocidental que havia libertado o país da ocupação alemã" (Jespersen, 2011, p. 30).

O término da política de neutralidade conduzida pela Dinamarca, desde meados de 1870, ocorrera com uma maior aproximação a uma arquitetura de segurança atlântica encabeçada pelo grande poderio bélico americano. Com isso, o país nórdico presenciou, desde o término da II Guerra Mundial, um momento de extrema estabilidade de sua segurança: a eminência de um potencial ataque soviético, ressentido com o período colaboracionista dinamarquês durante a ocupação nazista, fora neutralizado pela proximidade que o país manteve com os Estados Unidos; e, ademais, o 'fantasma alemão', fortemente presente no pensamento de grande parte da elite política do país, bem como de sua opinião pública, só poderia ser contornado com a garantia de que uma eventual (e possível) invasão alemã fosse combatida pelos Estados Unidos (entendida como a única potência capaz de realizar tal ação) – a questão alemã também ocorreu de forma bilateral, com a assinatura do Acordo Copenhagen-Bonn, durante o anto de 1950, que previa a resolução pacífica de eventuais disputas na fronteira dos dois países devido a questões conectadas aos direitos de grupos minoritários existentes na região da fronteira Dinamarca-Alemanha.

4.1 O Atlanticismo na Política Externa e de Segurança Dinamarquesa

O início de uma aproximação da Dinamarca com os Estados Unidos da América, o que levaria, posteriormente, à introdução do país nórdico em uma estrutura atlântica de segurança, e da criação de um (forte) pilar atlântico na política externa e de segurança do país desde o pós-guerra, fora decorrência da ação de um homem, o diplomata Henrik Kauffmann.

Durante a ocupação nazista à Dinamarca, Kauffmann, que se encontrava ocupando o cargo de chefe da Embaixada de seu país nos Estados Unidos, ficou incrédulo com a incapacidade dinamarquesa de apresentar uma resistência armada (e política) considerável ao avanço nazista e, principalmente, com a política de cooperação apresentada pelo governo legítimo do país para com as autoridades alemãs (Lidegaard, 1996, p. 224).

Tendo em vista o ocorrido, o Embaixador Kauffmann preocupou-se com a possível imagem que o seu país teria perante os demais Estados do sistema internacional, que poderiam caracterizar a Dinamarca, cada vez mais, como uma nação aliada à Alemanha de Hitler. Dessa forma, Kauffmann iniciou um projeto (pessoal) para garantir a construção da imagem da Dinamarca enquanto Estado pequeno da conjuntura europeia que havia sido 'esmagado' e subjugado pela grande potência europeia e, com isso, aproximando a nação dinamarquesa aos Aliados.

A grande ação desprendida por Kauffmann com este objetivo ocorreu com a assinatura de um acordo que permitia a instalação de bases militares americanas no território da Groelândia, pertencente ao Reino da Dinamarca. O Presidente americano Franklin Delano Roosevelt já havia dito, anteriormente, que a Groelândia situava-se dentro do escopo e alcance da Doutrina Monroe e que, sendo assim, cabia aos Estados Unidos garantir a defesa da ilha.

Tendo em vista tal conjuntura, no dia nove de abril de 1941, um ano após a ocupação alemã na Dinamarca, Kauffmann assinou o Acordo Relativo à Defesa da Groelândia, permitindo, assim, o estabelecimento de bases militares americanas na região. O Embaixador dinamarquês nos Estados Unidos ficou famoso devido suas ações e por ter dito que assinava o acordo "agindo em nome de Sua Majestade o Rei da Dinamarca" (Lidegaard, 1996, p. 180).

As ações de Kauffmann geraram um desconforto tremendo por parte do governo estabelecido em Copenhagen que, prontamente, o destituiu do cargo e o convocou a retornar ao país para ser julgado por seus atos de traição. Os Estados Unidos recusou qualquer pedido de extradição e considerou Kauffmann como um emissário livre. O (ex) Embaixador dinamarquês, desde então, passou a trabalhar em proximidade com o Departamento de Estado americano e desenvolveu um protocolo de ação que consistia na assinatura de diversos tratados internacionais que só teriam efeito quando um governo dinamarquês livre, de fato, fosse estabelecido. Em nenhum momento, durante a ocupação alemã, Kauffmann se referiu ao governo colaboracionista de seu país como ilegal, para ele, o governo que se encontrava em Copenhagen era legal, porém não livre.

> Até o momento em que houve uma ruptura de fato com a política de cooperação realizada por Copenhagen, em 29 de agosto de 1943, Kauffmann havia organizado e financiado o que correspondia a um serviço diplomático dinamarquês independente. Kauffmann havia, então, simultaneamente criado e posto em prática uma política externa

> dinamarquesa alternativa, que um novo governo em Copenhagen poderia se utilizar quando a libertação se tornasse uma realidade (Skov, 2000, p. 98).

As ações de Kauffmann contribuíram significamente para a construção da imagem do país como uma nação que havia sido subjugada pela grande potência que a Alemanha de Hitler representava. Sua aproximação estratégica com os Estados Unidos garantiu a interpretação do país como uma nação Aliada, contrapondo-se ao interesse soviético em caracterizar a Dinamarca enquanto nação do Eixo. Sem as suas ações, a Dinamarca do pós-guerra seria penalizada, assim como a Alemanha, pelas suas ações durante o período de conflito bélico mundial. Além de garantir a sobrevivência da Dinamarca enquanto Estado soberano, desde 1945, Kauffmann fora responsável pela consolidação do 'pilar atlântico' na política externa e de segurança do país.

A posterior participação da Dinamarca na Organização do Tratado do Atlântico Norte, como instituição representativa desta arquitetura de segurança atlântica, contudo, não fora feita sem a presença de algumas controvérsias e relutâncias, bem como pela busca constante por uma alternativa nórdica. Quando as negociações em torno da criação de um pacto de defesa atlântico tiveram início, o Governo dinamarquês não enviou nenhum representante devido ao seu interesse em concentrar seus esforços na criação de uma União Nórdica de Defesa. A assinatura do Tratado do Atlântico Norte, por parte da Dinamarca, fora o ponto final de três processos que caracterizaram o debate entorno da segurança do país no período subsequente ao término da II Guerra Mundial.

De maio de 1945 até o final de 1947, a primeira fase deste processo fora determinada pela busca do país em concentrar os seus esforços na adesão à Organização das Nações Unidas e, concomitantemente, na recusa de compreender a Europa como dividida em dois blocos. Dessa forma, os objetivos principais da política externa dinamarquesa residiram na legitimação de seu país como uma nação aliada, repudiando o seu período colaboracionista após a ocupação da Alemanha de Hitler; ademais, os políticos do país buscaram normalizar suas relações com a União Soviética e reconhecer a importância de sua parceria com os Estados Unidos em torno da defesa do território da Groelândia.

O então Ministro das Relações Exteriores, John Christimas Møller, em nota publicada à imprensa, em setembro de 1945, demonstrou o compromisso do país com a solidificação das Nações Unidas como principal instituição internacional e fundação para a política externa e de

segurança da Dinamarca. Além da importância da instituição, Møller enfatizou a proximidade de seu país com as demais nacionais nórdicas, em termos culturais, e que a região nórdica teria como papel, além de fortalecer a ONU, manter boas relações tanto com o Oeste (Estados Unidos), como com o Leste (União Soviética) (Einhorn, 1975, p. 497).

A segunda fase deste processo tem seu início no final de 1947 e ocorre até janeiro de 1949, quando a rivalidade que caracterizou a Guerra Fria não poderia ser mais ignorada pelos políticos dinamarqueses. Com a interpretação de que as Nações Unidas não poderia agir em sua totalidade, devido à contraposição das duas grandes potências mundiais, e com a vontade de não comprometer o país com nenhum dos lados do embate, a elite política dinamarquesa, comandada pelo *Socialdemokraterne*, buscou a criação de uma união de defesa entre os países nórdicos – algo que também agradava o *Det Radikale Venstre*, partido que participava do governo de coalizão, contrário à participação do país no pacto de defesa atlântico, por quebrar a neutralidade histórica da Dinamarca perante as grandes potências. A preferência por uma instituição nórdica de defesa, em detrimento de uma atlântica, também fora defendida pelo então Embaixador dinamarquês nos Estados Unidos, Henrik Kauffmann.

Neste mesmo período, as negociações para a criação do que posteriormente fora denominada de OTAN já haviam iniciado. Conforme dito, a relutância inicial dinamarquesa em participar da mesa de negociação residia na interpretação de que a formação de alianças militares entre países já era, por si só, a criação de uma tensão internacional e que, antes de prover uma sensação de segurança, a participação do país na aliança significaria um risco adicional – de ser inserida em um conflito, devido à cláusula de assistência mútua, que não lhe pertencia (ou interessava) originalmente.

Para confrontar esta ameaça, seria necessário o estabelecimento da união de defesa entre os países da região nórdica, aliança essa que seria caracterizada pela sua neutralidade – em relação ao conflito Estados Unidos-União Soviética. Contudo, as negociações em torno deste objetivo se demonstraram, cada vez mais, de extrema dificuldade. Por um lado, a Noruega havia desenvolvido uma relação de alta proximidade com o Reino Unido, uma vez que durante a ocupação da Alemanha nazista no país, seu governo fora formalmente estabelecido na capital britânica. Com isso, os noruegueses desenvolveram um histórico de cooperação com as potências atlânticas (Reino Unido e Estados Unidos) benéfico, que dificilmente seria rompido. Do outro lado, a crescente tensão entre as relações Finlândia e União Soviética contribuíram para o fracasso do projeto que previa a criação de uma defesa

comum na região nórdica. O Presidente finlandês Juho Kusti Paasikivi, no final de fevereiro de 1948, recebera uma carta de Stalin que solicitava o início de negociações em torno da construção de um tratado de segurança mútua entre os dois países. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos e os países da Europa interpretavam tal movimento como a tentativa da União Soviética em incorporar a Finlândia em seu bloco de influência, a mídia soviética havia noticiado a existência de um acordo militar secreto envolvendo os Estados Unidos, o Reino Unido e os Países Nórdicos, o que fora prontamente negado pelas partes envolvidas (Einhorn, 1975, p. 500).

Com a impossibilidade de realização da união nórdica de defesa, e após a decisão da elite política norueguesa em adentrar ao pacto atlântico de defesa, a Dinamarca se viu na posição de ou se inserir na estrutura atlântica de segurança, ou de apresentar, mais uma vez em sua história, um isolacionismo baseado na neutralidade. É este momento que caracteriza a terceira fase da política externa e de segurança da Dinamarca no imediato pós-II Guerra Mundial. O então Primeiro-Ministro da Dinamarca, Hans Hedtoft, ligado à *Socialdemokraterne*, concluiu que a neutralidade e o isolacionismo já haviam se provado, ao longo da história, como políticas incapazes de garantir a segurança do país. Consequentemente, a Dinamarca optou por se inserir no pacto de defesa atlântico.

Com a inevitabilidade da inserção da Dinamarca na aliança militar do atlântico, uma 'nova' preocupação surgiu na mente da elite política do país: de um lado, havia o 'medo' de ser 'abandonado' no sistema internacional caso o país não aderisse à OTAN; do outro, havia o 'receio' de ser 'aprisionado' pela política da aliança e, consequentemente, das grandes potências responsáveis pela condução da instituição – no caso, os Estados Unidos, e, em menos medida, o Reino Unido.

> 'Aprisionamento' significa ser arrastado para um conflito referente aos interesses de uma das nações aliadas, sendo que este interesse não é compartilhado, ou apenas o é de forma parcial. Em um sentido mais amplo, esta 'armadilha' significa perder o controle e se envolver em empreendimentos que, caso contrário, teria preferido ficar de fora, ou seja, implica uma perda de liberdade de ação na política internacional (Petersen, 1986, p. 170).

A Dinamarca, juntamente com a Noruega, foram os únicos países que levaram a questão da adesão à OTAN para aprovação de seus respectivos parlamentos. Enquanto o partido que compunha o governo de coalizão, *Det Radikale Venstre*, recusou apoiar a ação, os

dois grandes partidos da oposição, o *Danmarks Liberale Parti* (Venstre) e o *Det Konservative Folkeparti*, apoiaram fortemente a incorporação do país ao pacto atlântico de defesa. No dia 4 de março de 1949, o Comitê de Assuntos Exteriores do Parlamento dinamarquês autorizou, formalmente, a assinatura do pacto pelo governo do país, representado pela figura do seu Ministro das Relações Exteriores, Gustav Rasmussen.

Entre os dias 11 e 15 do mesmo mês, o Ministro Rasmussen manteve conversas em Washington com o então Secretário de Estado Dean Acheson. A conversa ali realizada teve por objetivo amenizar as preocupações dinamarquesas com as políticas da aliança militar do atlântico, conforme mencionadas anteriormente. Acheson enfatizou que o Artigo V do Tratado do Atlântico Norte, referente à cláusula de assistência mútua, não tinha caráter obrigatório, sendo assim, a Dinamarca não era obrigada a adentrar a um conflito, em resposta a um ataque deferido a um dos membros do pacto atlântico, caso não fosse de seu interesse. Ao mesmo tempo, o Secretário americano enfatizou que caso algum dos Estados membros da organização recebesse um ataque militar, os Estados Unidos prontamente iriam adentrar ao conflito (Einhorn, 2000, p. 507).

Ademais, a participação da Dinamarca na OTAN iria resolver, de uma vez, a questão referente à segurança da Groelândia. A posse ultramarina dinamarquesa já havia sido considerada, desde a administração de Roosevelt, como pertencente ao alcance da Doutrina Monroe, desta forma, crucial para a segurança dos Estados Unidos. A indecisão dinamarquesa de adentrar ao pacto atlântico, e a impossibilidade de construção de uma união de defesa na região nórdica, preocupavam os políticos americanos. Acheson, dessa forma, demonstrou à Rasmussen que a questão da Groelândia, com a entrada da Dinamarca à OTAN, poderia ser tratada de forma multilateral, envolvendo os demais países da aliança militar – "Mais uma vez, os americanos repetiram suas intenções em reconhecer, completamente, a soberania dinamarquesa sobre a ilha" (idem).

A assinatura do tratado que estabelecia a aliança militar do atlântico, em 4 de abril de 1949, não estabeleceu um fim ao debate em torno da política de segurança – e externa, em menor medida – dinamarquesa. Questões relacionadas à estrutura e funcionamento desta instituição e, principalmente, do papel da Dinamarca nesta aliança, ficaram em aberto e, ao longo de seu processo, o país demonstrou reticências com o desenvolvimento institucional da OTAN. Desde o estabelecimento da recusa da "presença de instalações militares americanas em território dinamarquês", questionando assim "a relevância e utilidade das forças armadas,

exceto para as missões de manutenção da paz", como na determinação em manter "os gastos militares do país consistentemente abaixo da média [dos países membros] da OTAN", em conformidade com uma política histórica, desde a primeira metade do século XX, em confrontar a necessidade de altos gastos e de um alto poderio militares, até a crise dos '*footnotes*', durantes os anos 80, quando o governo social democrata questionava toda medida da aliança ao inserir restrições e objeções em todos os documentos publicados pela instituição (Wivel, 2014, p. 82; Pedersen, 2006, pp. 42-43).

Contudo, o fracasso das negociações que visavam à criação de uma união nórdica de defesa e a consequente adesão do país à estrutura atlântica de segurança fora responsável pela consolidação, nos anos seguintes, da importância e dos benefícios deste 'pilar atlântico' na política externa e de segurança da Dinamarca.

Com a consolidação do processo europeu de integração, deste o início dos anos 50, e com a cada vez mais improvável 'alternativa nórdica', a política externa e de segurança do país, conforme interpretada pelo geopolítico dinamarquês Hans Mouritzen (2007), caracterizou-se por uma predisposição 'atlanticista' em contraposição a uma visão 'continentalista', ou seja, a política dinamarquesa, ao menos em assuntos de alta hierarquia (*high politics*) demonstra uma propensão em harmonizar-se com o posicionamento americano, em detrimento do parecer do bloco europeu. O desenvolvimento de uma posição 'atlanticista', durante o período da Guerra Fria, fora definido por Henry Kissinger como o momento no qual:

> Os Estados pequenos, em particular, temem que a integração europeia resulte na hegemonia de um dos vizinhos mais poderosos. Estes Estados pequenos não percebem nenhuma vantagem da autonomia europeia [em relação aos Estados Unidos]. Uma vez que os Estados pequenos devem seguir a liderança de um país dominante, irão preferir, em todo o caso, a hegemonia de um aliado 3.000 milhas de distância e com uma tradição de usar seu poder com moderação (Kissinger, 1965, p. 241).

Na percepção de Kissinger, o 'atlanticismo' constitui uma alternativa que países como a Dinamarca e a Noruega possuem para contrabalancear o poderio das grandes potências europeias (continentais) evitando, assim, a marginalização de sua influência no processo político europeu. Assim, conforme mencionado no capítulo anterior, o 'atlanticismo' dinamarquês consiste na garantia de que qualquer pretensão 'hegemônica', por parte da

Alemanha, principalmente, ou da França, seria contrabalanceada pela presença americana (e britânica) no continente, garantindo, assim, a estabilidade da segurança da Dinamarca.

Hans Mouritzen (2007, p. 155) irá argumentar que desde os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, a Dinamarca demonstrou uma política 'super atlanticista', em outras palavras, além de demonstrar uma forte cooperação com as políticas americanas, a Dinamarca se aproximou, também, à ideologia que conduzia a política externa americana. A existência deste 'super atlanticismo', que resultou no envio de tropas dinamarquesas para a Guerra do Iraque (2003), fora o resultado de predileções particulares do então Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen, que governou pelo *Danmarks Liberale Parti (Venstre)* de 2001 até 2009. Rasmussen, posteriormente, fora Secretário Geral da OTAN, de 2009 até 2014.

As ações empreendidas pelo governo liberal de Rasmussen tiveram por objetivo quebrar com uma tradição persistente de, ao menos aparente, neutralismo. Para o então Primeiro-Ministro havia chegado a hora do país sair de baixo desta 'bandeira de conveniência' de deixar para os outros combaterem pela liberdade e a paz no sistema internacional. O 'super atlanticismo' tivera seu fim com a saída de Rasmussen do governo, contudo sua posição demonstra, apenas, a importância da questão atlântica para a política de segurança dinamarquesa.

4.2 A Busca por uma Alternativa Nórdica

Conforme demonstrado no capítulo anterior – '*A construção da Dinamarca enquanto Estado moderno*' – a questão nórdica sempre fora de grande importância para o desenvolvimento, tanto da identidade política do país, como para a constituição de sua própria identidade nacional. Com a dissolução da *Kalmarunionen*, em 1523, mantida pela regência da coroa dinamarquesa, o país buscou com os subsequentes enfrentamentos bélicos mantidos com o Reino da Suécia a reconstrução desta unidade nórdica, que havia se constituído, desde 1397, como a grande potência do norte europeu.

Com a assinatura de um acordo de paz com a Suécia, no início do século XVIII, a Dinamarca presenciou um crescimento significativo de um sentimento nórdico nas mais

diversas camadas de sua sociedade, processo este que fora decisivo para a solidificação da identidade nacional dinamarquesa – intelectuais como Grundtvig conectaram a identificação nacional do país com o glorioso passado nórdico, pautando a identidade nacional na reconstrução e difusão da mitologia nórdica. Esta 'identidade nórdica' não fora apenas um fenômeno presente na sociedade dinamarquesa, tendo se espalhado também na Suécia e Noruega, principalmente. Uma amostra deste sentimento comum ocorrera com a Segunda Guerra Schleswig-Holstein, em 1864, que colocara a Dinamarca em contraposição à Prússia de Bismarck e a Áustria. Suecos e noruegueses, de forma voluntária, se alistaram às forças dinamarquesas para combaterem os inimigos germânicos – embora os governos da Suécia e da Noruega prometeram colaborar com a Dinamarca, tal ajuda nunca fora desprendida.

Após sua derrota, em 1864, a Dinamarca encontrava-se reduzida à sua menor porção territorial, fazendo com que o país saísse da condição de grande potência do norte a um Estado pequeno da política europeia. O sentimento trágico que tomou tanto a elite política como a sociedade dinamarquesa, em geral, contribuiu para o fortalecimento de um sentimento pan-nórdico ou pan-escandinavo. O, assim chamado, Escandinavismo, ou Nordicismo, no século XIX, apresentou-se como um contraponto ao crescimento da Alemanha como grande potência europeia e, ao mesmo tempo, ao movimento pan-germânico. Fortalecer a questão nórdica significava 'relembrar' os tempos de outrora, quando o país não estava suscetível aos interesses e poderes alheios.

Uma demonstração deste crescente 'nordicismo' deu-se em 1875, nove anos após o término da Segunda Guerra Schleswig-Holstein, com a criação da União Monetária Escandinava. O acordo realizado pelos reinos da Dinamarca e da Suécia estendia-se, por razões óbvias, às suas posses territoriais, ou seja, à Islândia, Noruega, Ilhas Faroe e Groelândia. Desta forma, de 1875 até 1924, os países nórdicos, com exceção da Finlândia que se encontrava ligada ao Império Russo, mantiveram uma moeda comum, a 'coroa' (*krone*). Devido ao impacto nas economias nacionais europeias cometido pelos confrontos da Primeira Guerra Mundial, de 1914 até 1918, tornou-se impossível a manutenção de uma valor comum da 'coroa' em todos os países, sendo assim, em 1924, a união monetária mantida pelos países nórdicos teve seu fim. É interessante notar para o fato de que a Finlândia, único país nórdico não pertencente à União Econômica Escandinava, é, hoje, o único país da região a aderir o uso da moeda comum europeia, o euro, como moeda nacional. Embora a moeda comum escandinava, a 'coroa', tenha tido o seu fim, a posterior moeda nacional adotada pelos países

fora, na realidade, uma simples continuação da moeda escandinava. Na Dinamarca, fora adotada a 'coroa dinamarquesa'; na Suécia, a 'coroa sueca'; na Noruega, a 'coroa norueguesa'; e na Islândia, a 'coroa islandesa'. O desenvolvimento da cooperação entre os países nórdicos continuou em 1919, com o estabelecimento da Associação Nórdica, que buscou a facilitação da cooperação entre as elites políticas e os mais diversos grupos das sociedades civis dos países da região, impulsionando mais ainda a interação entre os 'indivíduos nórdicos'.

A conceitualização da proximidade existente entre estes países, baseada na existência de valores comuns, bem como de toda uma tradição compartilhada em questões sociais, políticas, religiosas e linguísticas (o dinamarquês, o sueco e o norueguês são línguas mutuamente inteligíveis; já o finlandês representa um tronco linguístico próprio; e, embora o islandês seja de uma outra raiz linguística, o ensino do dinamarquês é obrigatório no país) é usualmente descrito pelo termo *Norden* – uma forma escandinava de se referir 'ao norte'.

Ao analisar a questão nórdica, ou o impacto da ideia do *Norden* na política dinamarquesa, os historiadores Jonny Laursen e Thorsten Olesen (2000a; 2000b) inferem que "embora o 'Nordicismo' esteve perto, nas duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, de ser um fenômeno que 'capturasse' todos [os membros da sociedade dinamarquesa], o seu peso e caráter variou consideravelmente entre os diferentes partidos políticos e grupos de pressão" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 226). Mesmo assim, a inexistência de um partido político dinamarquês em, abertamente, se contrapor ao *Norden* demonstra o impacto da questão nórdica no processo político dinamarquês. Dessa forma, acompanhando os autores, podemos afirmar que todos os partidos políticos dinamarqueses apoiavam a cooperação nórdica. O *Danmarks Kommunistiske Parti* (Partido Comunista Dinamarquês), que nunca havia externado, até então, uma posição em relação à questão nórdica – nem a favor, nem contra –, defendeu fortemente uma alternativa nórdica durante o debate político e público referente à adesão da Dinamarca na Comunidade Europeia. O *Danmarks Liberale Parti (Venstre)*, de vertente liberal, que representava os interesses dos grupos agrícolas do país, fora o primeiro partido dinamarquês a defender a adesão da Dinamarca ao processo europeu de integração, já em 1957, devido às políticas agrícolas apresentadas pela Comunidade Europeia. Para os liberais, a aproximação com a Europa continental deveria ocorrer de forma concomitante com o aprimoramento da cooperação entre os países nórdicos.

Sem dúvida alguma o principal partido dinamarquês a advogar pela questão nórdica (em detrimento da cooperação europeia) fora o *Socialdemokraterne* (Partido Social Democrata). Nos primeiros anos do pós II Guerra Mundial, o então líder do partido, Hans Hedtoft, que posteriormente seria nomeado Primeiro-Ministro do país, realizou um discurso proferindo a necessidade da cooperação nórdica:

> Tal esforço no sentido de uma maior unidade *Norden* encontra a sua justificação natural na solidariedade que está enraizada na descendência mútua dos povos nórdicos, no património linguístico comum e na afinidade cultural que mantém a região unida há mais de mil anos; uma afinidade que encontrou sua expressão especial em ideais comuns dos povos nórdicos em matéria de democracia e da concepção da lei (Hans Hedtfort apud Laursen; Olesen, 2000a, p. 227).

O *Socialdemokraterne* compreendia a importância da questão nórdica como principal instrumento para a realização de seus objetivos políticos, não apenas do partido, mas como de todo o movimento social democrata nórdico, que defendia a necessidade de se apresentar uma alternativa à visão do mundo compreendida como a contraposição de dois modelos: o capitalismo liberal, pregado pelos Estados Unidos, e o socialismo bolchevista, encabeçado pela União Soviética.

Antes de tudo, a questão nórdica, uma maior aproximação entre os países da região, encontrava um grande respaldo na sociedade dinamarquesa (Laursen; Olesen, 2000a; Hansen, 2002b; Jespersen, 2011), tendo como respaldo, sempre, a identificação de valores comuns, bem como de todo um passado compartilhado. Alguns discursos, principalmente durante os anos 50 e 60, nos ajudam a ilustrar a questão.

O porta-voz do *Socialdemokraterne*, Niels Matthiasen, afirmou publicamente que:

> Como um membro do Mercado Comum [Europeu] nós seriamos o sétimo país em uma união dominada pela Igreja Católica e movimentos políticos de direita. Não serve para nada a alegação de que o conceito dinamarquês da democracia é o mesmo que o alemão, o francês ou o italiano. É evidente que a democracia dinamarquesa e sua vida política baseia-se em uma fundação diferente, se igualando em certa medida, ao que você encontra na Grã-Bretanha, e em certos aspectos, no Canadá e nos EUA, mas em primeiro lugar nos outros países nórdicos (Niels Matthiasen apud Laursen; Olesen, 2000a, p. 229).

Já o presidente do conselho econômico do movimento dos trabalhadores dinamarqueses, Frederik Dalgaard, em 1957, declarou:

> Ainda no âmbito da cooperação internacional, o velho ditado, 'pássaros de mesma plumagem voam juntos', parece relevante. Pelo menos ele oferece certas vantagens, se as partes cooperantes compartilham, mais ou menos, as mesmas tradições culturais e sociais e, ao mesmo tempo, combinam entre si em poder e influência (Frederik Dalgaard apud Laursen; Olesen, 2000a, p. 229).

A questão cultural fora realçada por estes grupos que enfatizavam a importância do *Norden* em contraposição à Europa integrada, ou como Dalgaard se referiu, "a união Germânica-Latina". A percepção de que a integração europeia consistia em um processo político de unificação da Europa continental fora fortemente disseminada pelas mais diversos grupos políticos e sociais dinamarqueses.

A contraposição dinamarquesa à adesão ao processo europeu de integração, dessa forma, fora feita através de uma retórica que enfatizava as diferenças culturais e dos valores existentes entre as duas regiões – *Norden* e Europa continental. Um argumento que apareceu e fora utilizado de forma comum, durantes os anos 50, 60 e 70, pelos mais diversos grupos de oposição, consistia no entendimento de que a integração europeia apresentava valores conectados ao catolicismo, ao capitalismo e à democracia cristã.

Dessa forma, podemos inferir que um dos motivos que mais contribuíram para o crescente sentimento contrário ao processo europeu de integração encontra-se conectado a questões valorativas. Certamente, não podemos afirmar que a elite política do país, que usualmente utilizou-se deste argumento tenha o feito sem nenhuma pretensão política por de trás, mas o que é importante reforçar é o impacto da questão nórdica, e consequentemente a percepção das diferenças de valores existentes, na opinião pública dinamarquesa (Laursen; Olesen, 2000a, 2000b; Bonham, 1969; Petersen, 1977).

Os grupos sociais organizados, principalmente dentro do contexto do movimento dos trabalhadores, consistiram na exemplificação plena da inquietação dinamarquesa para com o processo europeu de integração que se resumiu na identificação da cooperação nórdica como a alternativa à Comunidade Europeia, uma vez que esta representava uma ameaça aos direitos sociais e trabalhistas conquistados pelo modelo (nórdico) de estado de bem estar.

Uma das preocupações existentes, exemplificando, consistia no futuro dos direitos das mulheres nos países nórdicos, uma vez que avanços nas políticas de gênero haviam ocorrido na região desde o século XIX, algo que não era visto de forma semelhante nos países da Europa continental. Na Dinamarca, as mulheres conquistaram o direito de serem eleitas ao parlamento nacional (*Folketing*) desde 1918; e, em 1924, Nina Bang tornou-se a primeira mulher a ocupar a chefia de um ministério de um governo democraticamente eleito. O jornal *Frit Danmark* (Dinamarca Livre), criado ao término da ocupação da Alemanha de Hitler, estampou os seguintes dizeres: "Na Comunidade Europeia dominada pelo catolicismo, a posição das mulheres está avançando penosamente, meio século atrás do que temos conseguido nos países nórdicos" (apud Laursen; Olesen, 2000a, p. 230).

Durante os anos 60, dois grupos de oposição à Comunidade Europeia foram formados fazendo referência à questão nórdica em seus nomes: o *Frit Norden* (*Norden* livre) e os *Oplysningsfonden om Danmark og Rom-Unionen – Nordisk Aktion* (algo como Fundação para a Informação referente à Dinamarca e a União de Roma[2] – Ação Nórdica). O movimento formado pela resistência durante a Segunda Guerra Mundial também se manifestou apoiando iniciativas nórdicas em contraposição ao projeto europeu de integração que colocaria em risco os valores compartilhados entre os países nórdicos e consistiria no instrumento ideal para a dominação germânica na Dinamarca, bem como em toda a Europa.

Durante o debate político e público anterior ao referendo de outubro de 1972, referente à adesão do país na Comunidade Europeia, "referências ao *Norden* foram utilizadas de forma habilidosa para sinalizar que uma alternativa ao Mercado Comum [Europeu] existia e que a Dinamarca não teria que enfrentar [os desafios] do mundo sozinha, caso decidisse por rejeitar sua participação [na CE]" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 231).

O movimento dinamarquês contrário à 'Europa', dessa forma, demonstrava uma forte preocupação com o impacto que uma eventual adesão dinamarquesa à Comunidade Europeia poderia causar na ideia e na sobrevivência da Comunidade Nórdica, ou seja, em que medida à 'Europa' poderia ser vista como uma ameaça aos valores nórdicos e às suas tradições políticas, econômicas e sociais. Em conformidade com este desassossego, residia o entendimento de que os instrumentos políticos utilizados pela integração europeia, ou seja, mecanismos supranacionais, bem como a ambição do projeto europeu em criar uma união política europeia, através de uma federação, representavam a futura dominação europeia

[2] Em referência ao Tratado de Roma de 1957.

(alemã) em detrimento da particularidade nórdica. No dia dois de outubro de 1972, com o comparecimento de 90.1% dos eleitores dinamarqueses, a adesão da Dinamarca ao processo europeu de integração fora aceita por 63.3% dos votos.

No âmbito desta pesquisa, preocupada com o impacto da questão nórdica na política dinamarquesa, o que nos importa enfatizar é que tanto a campanha contrária, como a favorável, à Comunidade Europeia, utilizaram-se de argumentos que relacionavam o impacto da adesão na Comunidade Nórdica. Àqueles que advogaram para a necessidade de incorporar à Dinamarca ao processo europeu de integração pautaram seus argumentos em dois pontos centrais: primeiramente, buscaram conscientizar que não era necessário ter uma visão excludente, "ou *Norden*, ou Comunidade Europeia", e que a participação dinamarquesa na CE não significaria o término da cooperação nórdica – a questão nórdica sempre fora, e sempre será, de extrema importância, mas não podia ser compreendida como uma alternativa real à integração europeia, consistia, assim, em uma adição e caberia a Dinamarca realizar este papel de ligação entre as duas comunidades.

> Felizmente, a sociedade dinamarquesa facilitaria a criação de melhores condições entre a Comunidade Europeia e os nórdicos não membros, e a filiação dinamarquesa iria, portanto, paradoxalmente, reforçar *Norden*, em vez de enfraquecê-lo. Desta forma, a afeição emocional para '*Norden*' poderia se unir com as vantagens práticas, econômicas da 'Europa' através da construção de um '*Norden*' na Europa (Hansen, 2002b, p. 63).

Em segundo lugar, a campanha pelo 'sim' reforçou a impossibilidade da integração europeia em se tornar, de fato, uma federação, e que a participação de países como a própria Dinamarca, o Reino Unido e a Noruega (que haviam se candidatado à adesão) iria mitigar qualquer futura pretensão em torno do ideal de uma Europa politicamente unida. Dessa forma, a adesão do país só acarretaria em benefícios econômicos, sem nenhuma 'baixa' política.

A adesão da Dinamarca à Comunidade Europeia não fora capaz de estabelecer o fim da ideia de uma alternativa nórdica à Europa, que fora novamente manifestado nos debates políticos e públicos durante o referendo de 1986 (sobre o Ato Único Europeu), de 1992 (Tratado de Maastricht) e de 1993 (Acordo de Edinburgh).

Tendo em visto o que fora dito, podemos compreender o apelo que a questão nórdica exerceu na Dinamarca através de três grandes perspectivas: (i) primeiramente, as elites do país compreendia que a cooperação nórdica realizava-se entre nações iguais, tanto no que

tange ao seu tamanho (Estados pequenos), como no compartilhamento de valores, crenças, tradições, história e cultura; (ii) posteriormente, em conformidade com a construção histórica da identidade dinamarquesa, *Norden* possui um papel de identificação do 'eu', ou 'nós', que será sempre contraposto ao 'outro', seja este à Alemanha, à Europa, o capitalismo americano ou o socialismo soviético; (iii) por fim, a questão (alternativa) nórdica se apresentou no contexto dinamarquês como o "o remédio necessário para aliviar o país de seus traumas históricos de ter tido que enfrentar ameaças externas sozinha" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 228-229), fazendo com que, então, a alternativa nórdica fosse compreendida como a resposta para o dilema existente entre, de um lado, participar de uma instituição internacional na qual o país não gostaria, em um primeiro momento, de ser membro, e, do outro lado, encontrar-se sozinha no combate à ameaças externas à nação – processo que vimos com a incorporação da Dinamarca à OTAN, uma vez que antes da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, o país buscou a criação de uma União Nórdica de Defesa.

A Cooperação Nórdica

Embora possamos identificar uma alta convergência, entre os países da região nórdica, em questões culturais, linguísticas, religiosas, identitária, bem como de suas tradições, instituições políticas, entre outras coisas, essa aproximação entre as nações nórdicas não resultou na criação de instituições formais supranacionais ou de uma organização política central – um Estado unitário ou federativo.

Para autores como Laursen e Olesen (2000a, 2000b), Bonham (1969), Andrén (1967, 1978, 1984), para citar alguns, a inexistência da institucionalização das trocas políticas, econômicas e sociais, existentes entres os países nórdicos na forma de instituições internacionais formais, sejam essas baseadas na cooperação intergovernamental, ou na existência de mecanismos supranacionais, não teve como consequência a fragilização das relações existentes entre os países, muito pelo contrário, a existência de mecanismos informais entre as partes fora responsável por grande parte do desenvolvimento da região – (...) o 'cimento' nórdico fora, no final das contas, forte o suficiente para manter em seu devido curso uma cooperação pragmática e funcional entre os países nórdicos" (Laursen; Olesen; 2000a, p. 236).

O caráter informal da cooperação nórdica, caracterizado por ocorrer em um ambiente com instituições estruturadas sem muita rigidez, tivera seu início em meados da segunda metade do século XIX, interrompido, apenas, durante o período da Segunda Guerra Mundial. Esta intensa consulta, informal, entre as elites políticas dos países nórdicos frequentemente resultou na 'paralelização' de suas legislações nacionais (Bonham, 1969, p. 10), bem como na criação de posturas comuns perante instituições internacionais. Os encontros periódicos realizados pelos ministros das relações exteriores destes países resultou na coordenação de suas ações em organismos internacionais, como a ONU e a própria União Europeia (Jakobsen, 2006, 2009).

> Não existe nenhuma instituição nórdica comum que pode exigir lealdade e prover a possibilidade de identificação com prioridade sobre as instituições nacionais. Muito menos há qualquer sistema coercitivo nórdico comum. (...) Existem, obviamente, sinais que podem ser interpretados como uma expressão do desenvolvimento de um direito consuetudinário nórdico no campo constitucional. A cooperação nórdica é realizada sem impor quaisquer limitações formais sobre a soberania dos estados participantes. Assumiu as formas de consulta e coordenação contínuas. Decisões legalmente vinculadas nunca são tomadas por órgãos nórdicos comuns. As consultas levam a recomendações de importância variável. Este sistema de consulta é amplamente difundido para praticamente todas as áreas, incluindo a política externa e de defesa, sempre que o regime especial de segurança dos países nórdicos não impor limites absolutos. Consulta conjunta quase assume a santidade de um princípio ético nas relações entre os países nórdicos (Andrén, 1967, p. 10-11).

A existência destes mecanismos informais de consulta, e o seu resultado prático obtido, fora responsável por avanços na cooperação nórdica que só foram estabelecidos, em termos comparativos, pela integração europeia, décadas depois. Exemplificando, já em 1952, a cooperação nórdica fora responsável pela eliminação do controle alfandegário existentes entre os seus países, permitindo, assim, que seus cidadãos pudessem circular livremente sem a necessidade de seu passaporte nacional, bem como fora concedido a residência sem a necessidade de uma permissão formal.

Essas consultas constantes entre as elites políticas dos países da região passaram por certa institucionalização com o estabelecimento do Conselho Nórdico, em 1952, com sede na capital da Dinamarca, Copenhagen. Diferentemente das demais organizações internacionais, estabelecidas pela cooperação de seus governos (intergovernamental), o Conselho Nórdico se caracterizou por se constituir como uma cooperação interparlamentar entre a Dinamarca,

Suécia, Noruega, Islândia e Finlândia (que aderiu à instituição somente em 1956). Uma cooperação intergovernamental só fora estabelecida em 1971, com a criação do Conselho Nórdico de Ministros – incorporado ao arcabouço institucional do Conselho Nórdico.

O Conselho Nórdico não fora estabelecido por um tratado acordado pelas partes, mas sim por um endosso realizado pelos parlamentos nacionais que visavam à formalização destes encontros constantes em uma instituição que servisse como um fórum de discussão entre os países nórdicos para debaterem questões de interesse mútuo. O Conselho possui poucos poderes formais e tem por objetivo central o estabelecimento de recomendações aos governos e parlamentos nacionais, bem como promover o debate em torno de propostas comuns – "(...) o Conselho, no entanto, tem sido capaz de abrir o caminho para iniciativas comuns, seja por influenciar os governos nacionais ou através da elaboração de legislações paralelas" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 237).

A cooperação nórdica, ao menos após a II Guerra Mundial, é caracterizada pela existência de dois padrões claros de cooperação política: (i) primeiramente, a relação entre os países nórdicos estabelece pelo constante consulta informal entre as partes, na forma de grandes fóruns para o debate; (ii) por último, a comunidade nórdica fora mais eficaz em institucionalizar esta cooperação em áreas da política com menor politização, ou seja, a chamada *low politics*, tendo dificuldade de estabelecer uma maior cooperação(formal) nas *high politics*.

Para o cientista político sueco Niels Andrén, as relações existentes entre os países nórdicos evidenciam-se pela ausência de uma autoridade central ou de uma instituição com poderes decisórios superiores aos poderes nacionais em certos âmbitos da política, o que não impossibilitou a realização de uma alta cooperação e coordenação entre os países da região nas mais diversas áreas da chamada *low* politics. Dessa forma, o autor irá caracterizar a comunidade nórdica pela existência de uma integração 'teia de aranha' (*cobweb integration*), "(...) em que a importância e força de um único segmento ou malha é muito pequeno, mas o resultado total, em muitos campos, podem ser reconhecidos como considerável" (Andrén, 1967, p. 17).

A inexistência de uma cooperação nórdico em áreas da *high politics*, tais quais em questões de segurança e, também, de maior integração de suas economias nacionais, deu-se pelos efeitos cometidos por questões extra regionais (ou seja, para além da região nórdica).

Tais questões externas tiveram grande impacto no insucesso da criação de uma União Nórdica de Defesa e da NORDEK, o Mercado Comum Nórdico. G. Matthew Boham (1969) irá argumentar que o envolvimento dos países nórdicos em diferentes sistemas extra regionais impossibilita a realização de uma cooperação nórdica em áreas mais sensíveis, como a da segurança. A Finlândia ligada à União Soviética, a Noruega aproximando-se cada vez mais do Atlântico, e a Dinamarca dividida entre o Atlântico e a Europa Continental, são as causas da inexistência de um maior aprofundamento (institucional) entre a região.

As negociações em torno da criação de uma União Nórdica de Defesa tivera início nos primeiros anos após o término dos confrontos na Europa causados pela II Guerra Mundial, e tinha por objetivo garantir a segurança dos países nórdicos através do estabelecimento de uma força conjunta. O Comitê Escandinavo de Defesa, estabelecido em setembro de 1948, desenhou os principais elementos para o a instauração desta cooperação em defesa, três pontos foram enfatizados: (i) um ataque contra um dos membros da União Nórdica de Defesa teria como consequência uma resposta armada por parte de todos os membros; (ii) nenhum dos países iria se render à uma dominação externa sem uma resistência armada; e (iii) os membros da cooperação de defesa iriam se esforçar para se manter longes de guerras (a não ser àquelas em reposta à agressões realizadas à um dos membros) e se comprometeriam a não assinar nenhum acordo (de defesa) com outras potências (Einhorn, 1975, p. 503).

Dinamarca e Suécia foram os principais países da região a se empenharem na construção desta alternativa nórdica, contudo, a interpretação corrente na elite política norueguesa favorecia a associação do país em uma arquitetura atlântica de segurança, com a presença dos Estados Unidos e do Reino Unido. Para os noruegueses, os países nórdicos não teriam capacidades militares suficientes para garantir a segurança da região caso uma das duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, ameaçassem qualquer um dos países nórdicos. Do outro lado, a Finlândia ainda não tinha conquistado os meios para se livrar da influência soviética em sua política, uma vez que o antigo Império Russo constituía-se como principal parceiro comercial da Finlândia. A preocupação de Stálin com a possiblidade da União Nórdica de Defesa tornasse um mecanismo ocidental (americano) de poder, fez com que ele buscasse garantir a presença da Finlândia em sua área de influência. Com a relutância finlandesa e norueguesa, a Suécia passou a desconsiderar a criação da União Nórdica de Defesa para manter sua tradição de neutralidade, não se associando, assim, a nenhum dos grandes 'blocos' internacionais que haviam começado a se formarem. A

impossibilidade de concretização desta alternativa nórdica, fez com a Dinamarca procurasse à OTAN.

As negociações em torno da criação da NORDEK (às vezes denominada como Mercado Comum Nórdico, às vezes como União Econômica Nórdica), iniciadas em 1969, seguiu um padrão parecido. Uma maior cooperação econômica entre os países nórdicos tinha por objetivo: (i) a integração da tributação, do orçamento, do crédito e do câmbio; (ii) a liberalização do movimento de capitais entre os países do bloco, bem como o estabelecimento de políticas comuns para a movimentação de capitais de países externos ao bloco; (iii) a incorporação do então Mercado Comum Escandinavo de Trabalhadores, criado em 1954; (iv) a regularização legal do estabelecimento de empresas e da prestação de servidões em toda a região do bloco; e (v) a integração das políticas e das instituições educacionais, através do reconhecimento mútuo dos certificados de ensino e do estabelecimento de instituições comuns de ensino (Nielsson, 1971, p. 173).

Os fatores externos, contudo, foram, novamente, de extrema importância para a falência do projeto de criação da NORDEK. Embora durante os anos 60 as trocas comercias entre os países nórdicos tenha dobrado (idem, p. 174), as dependências das balanças comerciais destes países ainda apresentavam grandes disparidades. A Noruega tinha no Reino Unido o seu principal parceiro comercial; na Dinamarca, a Alemanha e o próprio Reino Unido consistiam no principal destino de suas mercadorias; a Finlândia, como dito, mantinha a União Soviética como principal paradeiro de seus produtos; enquanto a Suécia apresentava uma maior diversificação, tendo países europeus e a União Soviética como principais parceiros comerciais. Devido a tendência do Reino Unido em se incorporar à Comunidade Europeia, e a consequência disto para a Noruega e a Dinamarca, em 1970, a Finlândia se retira das negociações, com a percepção que a NORDEK apresentaria grandes laços com o bloco europeu, o que prejudicaria sua delicada política externa frente à União Soviética (Laursen; Olesen, 2000a, p. 238). Algo semelhante ocorreu com a Suécia, que para manter sua política de neutralidade, rejeita sua participação na NORDEK.

A inexistência de uma cooperação nórdica em áreas da chamada *high politics*, no pós II Guerra Mundial, e, principalmente, nos anos da Guerra Fria, pode ser explicado pela existência de uma 'força centrífuga' originada por poderes externos ao 'sistema nórdico' (Ueland, 1975, p. 17).

> A cooperação nórdica tendeu, assim, a evitar as áreas 'duras', ou exigentes, da cooperação por causa dos custos políticos internos vinculados a ele, por causa da incompatibilidade de interesses nacionais ou por causa de restrições externas. (...) Isso não significa que a cooperação nórdica foi irrelevante ou sem ambição. Em vez disso, a "cooperação pelo menor denominador comum" aponta para o fato de que as grandes visões de cooperação nórdica foram abandonadas e que as iniciativas concretas de cooperação têm sido determinadas por aquilo que pode ser obtido quando cinco ou mais membros têm que concordar (Laursen; Olesen, 2000a, p. 239-240).

4.3 A Questão Nórdica na Política Dinamarquesa para a Europa Integrada

A questão nórdica na política externa e de segurança da Dinamarca, desde o término da II Guerra Mundial, e com o começo da intensificação do processo de sociabilização entre os Estados da Europa continental (principalmente França e Alemanha), fora pautada por visões antagônicas relacionadas tanto à percepção de uma 'competição' entre estas comunidades, ou através do entendimento da possibilidade de uma 'interação' entre ambas. Enquanto a busca por uma alternativa nórdica fora encabeçada pelo *Socialdemokraterne*, que no início refutava a necessidade do país em participar das instituições europeias, a compreensão da perspectiva favorável à convivência destas duas comunidades fora altamente defendida pelo *Danmarks Liberale Parti (Venstre)*. Vale ressaltar, novamente, que nenhum partido político dinamarquês rejeitava o desenvolvimento da cooperação nórdica.

Dessa forma, o debate político fora dividido entre aqueles que buscavam uma alternativa nórdica, tanto à Europa, como à estrutura atlântica de segurança, e aqueles que advogavam pela necessidade de se incorporar a questão nórdica e a europeia à política externa e de segurança do país – "No entanto, nem sempre fora possível conciliar os dois" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 241). Podemos então compreender o nexo europeu-nórdico na política dinamarquesa através da existência de três grandes conglomerados argumentativos, sendo um pertencente a um entendimento mais excludente – ou nórdico, ou europeu – e os outros dois, como tentativas de inserir a questão nórdica no desenvolvimento da integração europeia.

A primeira grande intervenção política apresentada fora à defesa da **cooperação nórdica como uma alternativa real e concreta ao processo europeu de integração**. Essa

visão tinha por base argumentativa a predileção por uma cooperação entre países de um mesmo tamanho que apresentassem similaridades culturais, políticas, sociais e ideológicas. Ademais, a evocação por uma unidade nórdica tinha por efeito a criação de um 'escudo' contra as ameaças originárias da Europa continental. A busca por uma alternativa nórdica, pautada também pelo crescente contato (informal) existente entre as elites políticas destes países, tivera grande ressonância na percepção da elite política dinamarquesa, principalmente no *Socialdemokraterne* e no *Det Radikale Venstre*, mas, acima de tudo, era uma concepção que recebia grande apoio da opinião pública do país (Laursen; Olesen, 2000a, 2000b; Hansen, 2002b; Hansen et.al., 1976).

Outro argumento apresentado consistia no entendimento da **cooperação nórdica como uma plataforma comum para a formulação de políticas nórdicas em relação à Europa e o Ocidente**. Tal concepção, difundida na mente de parte da elite política do país, compreendia a impossibilidade da Dinamarca em se manter distante de processos europeus e atlânticos de cooperação e que, visto tal conjuntura, tornar-se-ia necessário à apresentação conjunta de uma visão nórdica para fortalecer a barganha da região nestas instituições ocidentais. "Pode-se argumentar que esta estratégia, em alguns aspectos, representa a versão ofensiva de uma estratégia mais defensiva e insular de cooperação nórdica como uma alternativa para a Europa" (Laursen; Olesen, 2000a, p. 243), por tal razão, este argumento fora defendido por alguns setores do *Socialdemokraterne* e do *Det Radikale Venstre*, bem como pelo *Det Konservative Folkeparti*.

Por último, havia aqueles que advogavam pela compreensão da **cooperação nórdica como uma estratégia paralela ou suplementar de integração**, ou seja, partiam do pressuposto da necessidade de incorporação da questão europeia e atlântica na política externa e de segurança da Dinamarca uma vez que o 'sistema nórdico' não se apresentava como um sistema autônomo, evidenciado pelas dificuldades encontradas nas negociações em torno de uma União Nórdica de Defesa e da NORDEK. Dessa forma, a cooperação entre os países nórdicos deveria ocorrer de forma concomitante com a adesão da Dinamarca em estruturas europeias e atlânticas.

Embora esta visão tenha sido fortemente defendida pelo *Danmarks Liberale Parti (Venstre)*, políticos de outros partidos também haviam percebido a impossibilidade da concretização de uma real alternativa nórdica à Europa. Em discurso proferido em 1950, o

então Ministro do Comércio, e posteriormente Primeiro-Ministro da Dinamarca (1962-1968) pelo *Socialdemokraterne*, Jens Otto Krag declarou:

> A questão é simplesmente esta: o principal problema econômico dos países nórdicos, hoje, é de tal magnitude que só pode ser resolvido em uma base internacional. A cooperação nórdica pode contribuir positivamente para a resolução destas dificuldades, mas em comparação com a natureza e dimensão dos problemas, essa contribuição só pode ser complementar, de fato, apenas secundária (Krag apud Laursen; Olesen, 2000a, p. 242).

Estas três linhas argumentativas pautaram, principalmente, o debate político dinamarquês e, de certa forma, encontram-se presente ao longo de toda a história das relações entre a Dinamarca e o processo europeu de integração. Somente com o advento do referendo de outubro de 1972, referente à adesão do país à Comunidade Europeia, este debate – 'ou nórdico, ou europeu', 'nórdico e europeu' – alcançou, em peso, a opinião pública. A campanha contrária à incorporação da Dinamarca na Comunidade Europeia utilizou-se, constantemente, do argumento de que a integração europeia iria por em risco os valores nórdicos, bem como a crescente solidariedade existente na região. Àqueles favoráveis à adesão, por sua vez, tiveram por preocupação argumentar a impossibilidade da Comunidade Europeia de por em risco a unidade nórdica.

Em outras palavras, a elite política favorável à incorporação da Dinamarca no processo europeu argumentava que a adesão à integração seria benéfica tanto para o país, como para as demais nações nórdicas. Já a parcela da elite política contrária à adesão, afirmavam que a incorporação da Dinamarca na integração europeia iria impossibilitar um futuro desenvolvimento da cooperação nórdica, sendo necessário, então, escolher entre uma das duas alternativas: a Europa ou *Norden*. Podemos aferir, portanto, o grande peso que a questão nórdica exercia na opinião pública, fazendo com que ambos os lados envolvidos na disputa política tivessem que evocar tal questão na busca por influenciar os eleitores.

Preocupados com o impacto da questão nórdica, a elite política favorável ao processo europeu, liderada pelo partido liberal (*Danmarks Liberale Parti*), utilizou-se da criação de um slogan político que sinalizava para o papel da Dinamarca, caso se tornasse membro da Comunidade Europeia, como uma ponte entre a região Nórdica e a Europa Continental – "É importante ter em mente que a ideia de uma ponte é um slogan político sem nenhuma definição precisa" (Amstrup; Sørensen, 1975, pp. 21).

A caracterização do país como uma ponte entre as duas comunidades fora levantada pelo porta-voz do *Danmarks Liberale Parti*, em debate ocorrido no parlamento nacional (*Folketing*) ao afirmar a necessidade de se compreender o papel histórico da Dinamarca na "formação de uma ponte entre o Norte e a Europa", fazendo com que o país busque tornasse "o representante do Norte na Comunidade Europeia" (apud Amstrup; Sørensen, 1975, pp. 25).

A incorporação da Dinamarca, em 1973, ao processo de europeu de integração representou o fim da busca por uma alternativa nórdica, ao menos na visão dos tomadores de decisão. Contudo, a participação dinamarquesa na Comunidade Europeia não representou o término da cooperação nórdica, ao contrário, fora responsável pelo fortalecimento da unidade nórdica (Laursen; Olesen, 2000a, 2000b; Hansen, 2002b), seja através da busca por uma posição comum nórdica nos mais diversos organismos internacionais, como a própria integração europeia, seja através do fortalecimento institucional do Conselho Nórdico – e a consequente criação do Conselho Nórdico de Ministros, nos anos 70.

A adesão às instituições europeias, em 1973, foi acompanhada de mudanças estruturais e administrativas do serviço diplomático dinamarquês para que este pudesse agir, como melhor eficiência, como uma ponte entre a Comunidade Europeia e a Comunidade Nórdica. Entre os anos de 1973 e 1992,

> A cooperação nórdica pôde e ainda se fez funcionar como um complemento importante e apreciado. No entanto, como a variedade de opções estratégicas fora até agora reduzidas para dois, o único caminho alternativo apontava na direção de escolher *Norden* como uma alternativa clara para a Europa, um caminho desejado pelo movimento de oposição anti Comunidade Europeia (Laursen; Olesen, 2000a, p. 248).

Com o término da Guerra Fria, as elites políticas europeias perceberam a possibilidade de aprofundar mais ainda o processo europeu de integração. Até então, a Comunidade Europeia havia recebido inúmeros questionamentos acerca da viabilidade política de suas instituições, fazendo com que as principais lideranças políticas começassem, desde 1989 e até 1991, a refletir sobre o futuro da Europa.

Este momento de reflexão, sobre o andamento e o sentido da integração europeia, fora pautado, essencialmente, por dois fatores: (i) o (re) aparecimento de novos Estados na Europa, devido à fragmentação soviética; e (ii) a reunificação da Alemanha. Britânicos e franceses, principalmente, acreditavam que o processo de reunificação da Alemanha ocorreria através de

um processo lento e gradual. Tanto Margareth Thatcher, Primeira-Ministra britânica, como François Mitterrand, Presidente francês, expressaram suas preocupações com uma Alemanha unificada – a percepção de que uma Alemanha unida poderia constituir uma ameaça à segurança europeia esteve presente entre os líderes de grande parte dos Estados europeus, não sendo, assim, um fenômeno exclusivo da elite política dinamarquesa.

Em três de outubro de 1990, o processo de reunificação da Alemanha fora concluído, surpreendendo grande parte das elites políticas europeias. A incorporação da Alemanha Oriental pela sua parcela Ocidental, dessa forma, suscitou o crescimento e fortalecimento do debate referente ao desdobramento do processo europeu de integração frente este "novo" Estado alemão.

> Uma Alemanha maior, seguindo um caminho independente, ou retomando as suas antigas prioridades de país da Europa Central, estava fora de cogitação. Kohl [Chanceler alemão] precisaria se comprometer a desenvolver o projeto europeu sob a égide de um consórcio franco-germânico, e a Alemanha precisaria se submeter a uma união "cada vez íntima" – cujos termos (notadamente, uma moeda europeia comum) seriam estabelecidos num novo tratado (a ser negociado no ano seguinte, na cidade holandesa de Maastricht) (Judt, 2008, p. 634).

Com isso, tornava-se necessário comprometer a Alemanha, agora unificada, "a operar dentro dos limites de uma União Europeia vinculada a uma rede cada vez mais densa de leis, regras e acordos" (Idem, p. 530), ou seja, uma Europa cada vez mais interligada e interdependente. O resultado político deste movimento fora à formulação do Tratado de Maastricht ou, formalmente, Tratado da União Europeia, que incorporou grandes avanços supranacionais ao processo europeu de integração, como a criação de uma moeda comum, o euro, e o estabelecimento de uma integração na área de segurança e defesa, algo que não era debatido desde o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa.

A campanha em torno do referendo dinamarquês referente ao Tratado de Maastricht, em 1992, fora marcado pelo crescente criticismo aos efeitos destas novas políticas europeias, sobretudo a moeda comum e a política externa e de segurança comum, para a soberania nacional. Assim como a campanha de 1972, os movimentos que advogavam pela recusa do novo tratado utilizaram-se da questão nórdica como contraponto ao desenvolvimento da integração europeia.

Os dois grandes movimentos organizados que tiveram sua origem durante os debates públicos de 1992, o *Folkebevægelsen mod EU* (Movimento Popular contra a União Europeia) e o *JuniBevægelsen* (Movimento de Junho – em referência ao mês que ocorreria o referendo de 1992), serviram de 'guarda-chuva' para organizações como *Frit Norden* e *Norden Alternative*, que advogavam pela retirada da Dinamarca da integração europeia e o consequente fortalecimento da cooperação nórdica.

Da mesma forma que anteriormente, a campanha que buscava a ratificação do Tratado de Maastricht teve que utilizar-se da questão nórdica para garantir um apoio massivo da opinião pública. O fato de a Suécia, a Finlândia e a Noruega terem, formalmente, solicitada a adesão à integração europeia, em 1991, colaborou os partidários da causa europeia dentro da elite política dinamarquesa.

> Este fator jogou, imediatamente, o 'cartão' *Norden* para as mãos do lado que advogava pelo 'sim', que agora viram a chance de apresentar a integração europeia como uma condição prévia para a cooperação nórdica. A partir de agora, a integração europeia poderia ser apresentada como um veículo para, em vez de um obstáculo, às aspirações nórdicas (Laursen; Olesen, 2000a, p. 233).

Mais uma vez, a questão nórdica fora de extrema importância para o debate público referente ao posicionamento do país perante o processo europeu de integração, sendo utilizado por ambos os lados do debate.

No que tange o debate partidário, em relação às predileções dos partidos políticos com as alternativas de cooperação na política internacional, podemos aferir:

Tabela 5: Mapeando o Debate Partidário

Partido	Visão Política	Posição Política	OTAN	Norden	CE	UE
Socialdemokraterne	Social Democracia	Centro-Esquerda	Alternativa Nórdica	Favorável	Alternativa Nórdica	Favorável
Det Radikale Venstre	Liberalismo Social	Centro	Alternativa Nórdica	Favorável	Alternativa Nórdica	Favorável
Danmarks Liberale Parti (Venstre)	Liberal	Centro-Direita	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável
Det Konservative Folkeparti	Conservador	Centro-Direita	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável
Socialistisk Folkeparti	Socialista Democrata	Esquerda	Contrário	Favorável	Contrário	Contrário

Em relação ao debate em torno da participação da Dinamarca em uma estrutura atlântica de segurança, ou seja, a OTAN, a principal diferença entre a *Socialdemokraterne* e o *Det Radikale Venstre* residia no fato de que o primeiro não era expressamente contrário à instituição, apenas possuía uma predileção por uma alternativa nórdica, enquanto que o segundo era expressamente contrária à opção atlântica, por significar uma quebra na política de neutralidade do país. Já em relação à adesão dinamarquesa à Comunidade Europeia, ambos os partidos expressaram uma predileção pela alternativa nórdica, embora a rejeição expressa pela 'alternativa europeia' não apresentasse unanimidade nos partidos – alguns de seus membros compreendiam a necessidade de adicionar o pilar europeu na política externa e de segurança do país. Com o advento da criação da União Europeia, após o término da Guerra Fria, a percepção de que a integração europeia não fora nociva à Comunidade Nórdica já havia se espalhado pela elite política do país, fazendo com que não houvesse nenhuma reticência com o desenvolvimento da Europa por parte destes partidos, apenas uma busca constante pela manutenção das ressalvas formais mantidas pela Dinamarca à integração europeia.

O debate político referente às mudanças provenientes do Tratado de Maastricht, e a consequente criação da União Europeia, apresentaram um padrão de comportamento diferente se comparado ao o que ocorrera na campanha de 1972, sobre a adesão da Dinamarca na Comunidade Europeia. A campanha pela aceitação do Tratado de Maastricht ocorrera com o apoio de uma "esmagadora maioria do Parlamento, por quase todos os grupos e organizações preocupadas com a causa e por uma imprensa unânime" (Worre, 1995, p. 238). O partido com maior força política a se opor fora o *Socialistisk Folkeparti*.

A opinião pública, contudo, não acompanhou este sentimento pró-Europa apresentado pela sua elite política e, em dois de junho de 1992, rejeitou o Tratado de Maastricht com 50.7% dos votos. A questão nórdica, como vista, e as possíveis pretensões federalistas por parte do projeto europeu – negadas com veemência pelos partidos dinamarqueses que endossavam o tratado – foram fatores determinantes para a recusa popular.

A elite política do país, dessa forma, se viu em uma situação delicada, uma vez que precisava compreender o posicionamento da maioria de seus eleitores e, ao mesmo tempo, garantir a permanência do país no processo europeu de integração. A importância da União Europeia para a política externa e de segurança da Dinamarca fora 'institucionalizada' através da publicação, em 1993, do Livro Branco, acerca 'dos princípios e perspectivas da política

externa' do país, no qual identificava a União Europeia como o principal instrumento de influência do país na política internacional.

Na tentativa de acalmar a parte da população dinamarquesa que ainda apresentavam receios para com o processo europeu e a crescente organização política realizada por partidos e grupos eurocéticos – tais quais o *Socialistisk Folkeparti* e o *Folkebevægelsen mod EU* – o governo dinamarquês negociou, juntamente com os demais países membros da União Europeia, a existência de quatro ressalvas formais às políticas europeias, os chamados '*opt-outs*'. Dessa forma, a permanência do país na integração europeia era mantida e os temores da opinião pública eram sanados com a exclusão da Dinamarca da, principalmente, moeda única comum e da política comum de defesa. O Acordo de Edinburgh, que apresentava essas ressalvas formais, fora aceito em mais um referendo popular, em dezoito de maio de 1993, por 56.7% dos eleitores dinamarqueses.

Podemos inferir, portanto, tendo por base tanto uma concepção unânime por parte da literatura sobre o tema, como, e principalmente, pelos documentos governamentais, tais quais o Livro Branco de 1993, bem como outros (Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, 1993, 2006), que a União Europeia constitui-se como principal instituição internacional para a política externa e de segurança do país.

> O entendimento dominante na Dinamarca é que a União Europeia é a estrutura central para a política externa do país. (...) O grau de europeinização da Política Externa da Dinamarca varia de acordo com as diferentes áreas da política, mas a União Europeia é, sem dúvida alguma, o mais importante fórum multilateral para a Política Externa dinamarquesa (Larsen, 2011, p. 93).

E a questão nórdica não fora abandonada com a identificação da União Europeia como principal instrumento para a Política Externa e de Segurança da Dinamarca. Com a incorporação de outros países nórdicos ao processo europeu de integração, Suécia e Finlândia, os representantes políticos destes países na União Europeia trouxeram a tradição da cooperação informal nórdica para a 'Europa', através da realização de encontros informais, com a troca de posições e percepções sobre a integração europeia, antes dos encontros formais realizados pelas cúpulas europeias. Desde 2001, os chefes de governo dos países nórdicos se encontram, durante o café da manhã, para encontrar uma posição comum nórdica antes do almoço que inaugura a cúpula dos chefes de governo da União Europeia. Dessa forma, uma

‘cooperação nórdica como uma plataforma comum para a formulação de políticas nórdicas em relação à Europa e o Ocidente’ permanece até os dias de hoje na relação destes países com a União Europeia (Jakobsen, 2009, p.85).

**

O objetivo deste capítulo consistiu em demonstrar a importância da questão nórdica para a política externa e de segurança da Dinamarca desde o término da II Guerra Mundial, em 1945. A interpretação da ‘**cooperação nórdica como uma alternativa real e concreta ao processo europeu de integração**’, que pautou fortemente o debate político de 1945 até o final dos anos de 1960, deixou de ser defendida, ao menos pela elite política, embora ainda seja uma bandeira de movimentos eurocéticos, após a percepção da impossibilidade de autossuficiência de um ‘sistema nórdico’; o efeito ‘centrífugo’ que sistemas extra regionais (europeu, atlântico e/ou soviético) tiveram, impossibilitaram a realização plena desta alternativa nórdica.

Desde então, contudo, duas visões predominaram nas elites políticas do país: a ‘**cooperação nórdica como uma plataforma comum para a formulação de políticas nórdicas em relação à Europa e o Ocidente**’ e a ‘**cooperação nórdica como uma estratégia paralela ou suplementar de integração**’; sendo que tais percepções não são, necessariamente, excludentes.

O impacto desta percepção pode ser visto na doutrina de política externa dinamarquesa predominante no período da Guerra Fria, àquela realizada pelas ações e interpretações apresentas por Per Hækkerup (1965), que fora Ministro das Relações Exteriores da Dinamarca durante 1962 e 1966. Hækkerup, pertencente ao *Socialdemokraterne*, compreendeu que o principal objetivo para a política externa do país residia na sua adaptação às agendas estipuladas pelas grandes potências “a fim de prosseguir os interesses de curto e longo prazo do país e dos seus cidadãos. Os Estados pequenos, mais do que as grandes potências, precisam seguir as regras do jogo e sinalizar o seu respeito para com as grandes potências” (Wivel, 2014b, p. 122).

Per Hækkerup, em seu livro acerca da política externa do país afirma a necessidade de se defender ideais e valores na política internacional, mas que para isso possa ocorrer torna-se necessário compreender a realidade da política de poder realizada pelas grandes potências.

> As oportunidades que a Dinamarca possui para fazer um impacto sobre as relações internacionais são modestos, mas isso não nos isenta de responsabilidade moral. Em cada oportunidade, devemos tentar fazer pender a balança a favor dos nossos desejos e ideais (Hækkerup, 1965, p. 16).

A 'doutrina Hækkerup' desenhou a existência de três prioridades para a política externa e de segurança da Dinamarca: (i) a primeira, em ressonância com a 'doutrina Munch', consiste na promoção de normas e regras de comportamento na política internacional com capacidade de constranger as ações dos Estados soberanos, principalmente das grandes potências; (ii) a segunda prioridade caracteriza-se pela promoção da cooperação e da integração; e, por último, (iii) a busca pela defesa militar do país é compreendida como terceira prioridade para a política externa e de segurança dinamarquesa.

Essas prioridades foram concretizadas, juntamente com o auxílio do Primeiro-Ministro Jens Otto Krag (*Socialdemokraterne*), no cargo entre 1962 e 1968, através de 'quatro pedras angulares', ou seja, do papel que quatro grandes instituições internacionais tiveram para a política dinamarquesa: *Norden*, Comunidade Europeia, OTAN e ONU.

A participação da Dinamarca na Nações Unidas tivera por objetivo a concretização da primeira prioridade de sua política externa e de segurança, ou seja, a promoção de uma estrutura normativa internacional. Nas palavras de Hækkerup,

> É um importante objetivo do Governo dinamarquês, bem como do povo dinamarquês, fazer de tudo que está ao seu alcance para fortalecer as Nações Unidas. Pequenos países têm um interesse vital no apoio ao desenvolvimento das Nações Unidas para que este se torne um instrumento eficaz do estado de direito internacional (Hækkerup, 1965, p. 176).

A adesão da Dinamarca ao processo europeu de integração, em 1972, residia na importância da promoção da cooperação e integração entre os Estados nacionais. E, sua participação na arquitetura atlântica de segurança, a OTAN, consistia na necessidade de garantir a terceira prioridade de sua política externa e de segurança.

A cooperação nórdica, para Hækkerup, representa o grande fórum internacional para a construção da identidade das políticas dinamarquesas para o sistema internacional. Os valores e ideais que serão defendidos na política internacional, conforme posto pelo político, devem ter suas origens nesta relação existente entre os países nórdicos.

Dessa forma, cada uma destas 'pedras angulares' correspondiam às áreas fundamentais da política externa e de segurança da Dinamarca: a cooperação nórdica como a 'pedra' responsável pela formulação dos valores e ideais (política de identidade); a ONU, como o grande fórum de promoção destes valores; a OTAN, como origem das políticas de segurança; e, por fim, a Comunidade Europeia como responsável por garantir as políticas econômicas. O problema, contudo, residia no entendimento de que estas 'pedras angulares' representavam políticas específicas, e que não poderiam ser fundidas (Hækkerup, 1965; Wivel, 2014a; Larsen, 2000, 2009, 2011). Sendo assim, fora de comum entendimento que a política externa e de segurança do país encontrava-se, durante a Guerra Fria, entre uma disputa por 'ou Nórdica, ou Europeia, ou Atlântica', tendo a preferência por cada 'pedra angular' sido disputada por grupos e partidos políticos.

A exclusão da 'pedra angular' que representa as Nações Unidas, dá-se (de acordo com autores como Wivel, 2014a e Larsen, 2009, 2011) tanto pelo caráter universalista e abrangente desta instituição, como pelo entendimento de que as Nações Unidas seriam, em última análise, apenas uma plataforma institucional para a promoção de valores nórdicos no sistema internacional.

Com o término da Guerra Fria, e as mudanças apresentadas no contexto internacional, principalmente devido a perda de uma das duas potências mundiais, a União Soviética, o processo europeu de integração passa por importantes mudanças em seu projeto e passa, através do Tratado de Maastricht, à incorporar outros áreas da política em seu arcabouço institucional supranacional. A criação de uma Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia significou uma mudança significativa na posição que o 'pilar', ou 'pedra', europeu exerceria na política externa e de segurança da Dinamarca.

Após a identificação da União Europeia como principal estrutura internacional para a política dinamarquesa (Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, 1993), o pilar europeu realiza o papel centralizador que, até então, era vista como improvável. Dessa forma,

a percepção ‘ou ou Nórdica, ou Europeia, ou Atlântica’, comum ao período da Guerra Fria, transforma-se em ‘Nórdico, Europeu e Atlântico’.

A União Europeia é a instituição internacional central (centralizadora) da política externa e de segurança da Dinamarca, contudo, devido à existência de um *opt-out* nas políticas comuns europeias de defesa, a OTAN ainda representa a grande instituição responsável pela segurança militar do país. A criação da Política Externa e de Segurança Comum da UE fora feita para que não houvesse nenhum confronto entre as duas instituições, sendo assim, a identificação da OTAN como principal instituição de defesa da Dinamarca não ocorre em contradição ao entendimento da centralidade da UE.

Além disso, como visto neste capítulo, a posição da Dinamarca perante a integração europeia, no período do pós Guerra Fria, ocorre com o entendimento da ‘**cooperação nórdica como uma plataforma comum para a formulação de políticas nórdicas em relação à Europa e o Ocidente**’ e da ‘**cooperação nórdica como uma estratégia paralela ou suplementar de integração**’. Por conseguinte, o pilar nórdico ainda apresenta uma importância fundamental, seja na tentativa de influenciar o desenvolvimento da União Europeia através de uma posição nórdica comum (Jakobsen, 2009), seja através do fortalecimento paralelo da cooperação nórdica, representada, recentemente, pela iniciativa de fortalecer a cooperação na área de defesa, através da criação da NORDEFCO (*Nordic Defence Cooperation*), em 2009 (Stoltenberg, 2009; Archer, 2010).

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO

Com o objetivo de apresentar nossas considerações finais, acerca da temática da pesquisa, a conclusão aqui exposta consiste na assimilação da imprescindibilidade de se considerar a questão nórdica como um dos fatores cruciais para o entendimento da posição dinamarquesa perante o processo europeu de integração. Nossa pergunta de pesquisa fora exposta através da indagação acerca da necessidade de se compreender em que medida a percepção de uma alternativa nórdica à Europa ou – de maneira mais ampla – de que maneira a questão nórdica pode ser considerada como uma causa possível para o desenvolvimento do então chamado 'dilema de integração' dinamarquês, ou seja, a posição particular adotada pela Dinamarca perante o processo de criação e, posteriormente, de desenvolvimento da integração europeia.

Embora a ideia de uma real alternativa nórdica à Europa, através do fortalecimento (institucional) da cooperação e/ou integração entre os países da (sub) região, tenha se extinguido com a adesão da Dinamarca à Comunidade Europeia, em 1972/73, a questão nórdica demonstrou-se de extrema importância para a condução da política dinamarquesa para a Europa integrada desde então. Além disso, os grupos organizados da sociedade dinamarquesa que demonstram uma visão mais contrária à União Europeia, à parcela da população mais eurocética, advogam em favor da retirada do país da integração europeia em prol de uma maior aproximação, institucional, entre os países da região nórdica, demonstrando assim a importância da questão. Sendo assim, o fim da percepção de uma real alternativa nórdica ocorre, principalmente, entre àqueles partidos políticos dinamarqueses que comandaram os sucessivos governos, desde o início dos anos 70 (Laursen; Olesen, 2000a, 2000b); contudo, tal mudança de entendimento não ocorre em todas as parcelas da sociedade, ou seja, da opinião pública; uma vez que os avanços institucionais da integração europeia ocorrem apenas após a aprovação popular, por intermédio de um referendo, a questão nórdica demonstra-se como um fator de grande influência nos eleitores dinamarqueses (idem).

Em vista disso, podemos inferir, baseado na literatura analisada (Hansen, 2002b; Laursen; Olesen, 2000a, 2000b; Jespersen, 2011; Worre, 1988, 1995), que a questão nórdica é utilizada como contraponto ao processo de integração da Europa, por parte de partidos políticos e grupos sociais contrários ao crescimento e desenvolvimento de mecanismos

supranacionais europeus, desde o início, com a criação da CECA, em 1952, até os dias de hoje. Enquanto grande parte da elite política do país compreendeu a inevitabilidade de se inserir no processo europeu (continental) de integração, devido às questões estruturais do sistema internacional – seja por necessidades econômicas, seja por questões de segurança – tal percepção não fora amplamente aceita por grande parte da população dinamarquesa, encontrando inúmeras resistências ao longo do país.

De acordo com o pesquisador dinamarquês Ole Wæver, a necessidade da incorporação da Dinamarca na integração europeia reside no entendimento de que a, assim chamada, 'Comunidade Nórdica' "é uma sub-região dentro de uma região maior e, portanto, não é responsável pelo estabelecimento de sua própria paz [segurança]" (Wæver, 1998, p. 74) – entendimento também compartilhado por Håkan Wiberg (1993, p. 210).

O entendimento de Wæver reside em uma interpretação acerca da necessidade de se compreender, principalmente após o término da Guerra Fria, padrões regionais de segurança (Buzan, 1983, [1991] 2007; Buzan et. al. 1998; Buzan; Wæver, 2003). As regiões seriam assim, subsistemas das relações internacionais, pequenas estruturas que transmitem a anarquia do sistema global. Estes subsistemas regionais de segurança operam por padrões de amizade e inimizade que se encontram confinados em uma região geográfica específica, sendo que estes "padrões de amizade/inimizade surgem a partir de uma variedade de questões que não puderam ser previstas a partir de uma simples consideração da distribuição de poder" (Buzan, [1991] 2007, p. 160).

A teoria dos complexos regionais de segurança, ou seja, estes subsistemas das relações internacionais pautados por um padrão de amizade/inimizade, proporcionou o entendimento de que as unidades de um sistema, ou de um subsistema de segurança, estão entrelaçadas em fluxos de interdependência. Uma vez que ameaças "viajam" com maior facilidade em pequenas distâncias, do que em grandes, a proximidade das unidades consiste em um fator considerável para a análise de questões de segurança. Para os autores, Buzan e Wæver (2003), a interdependência de segurança (*security interdependence*) será mais intensa entre as unidades que compõe um complexo de segurança, do que entre unidades de complexos distintos.

Com isso, os estudos acerca dos complexos de segurança buscam identificar fortes padrões de segurança interdependente o suficiente para influenciar a ação das unidades que o

compõe. Além disso, os complexos regionais de segurança caracterizam-se pela existência de um padrão de interdependência durável, porém não permanente, entre unidades geograficamente próximas.

Por conseguinte, os complexos regionais de segurança definem-se pela existência de padrões subsistêmicos, e geograficamente coerentes, de segurança interdependente pautada por relações de amizade/inimizade entre as unidades. Ademais, a região será entendida ao nível de análise onde os Estados, ou outras unidades, estão conectados, suficientemente próximos, que a segurança de uma das partes não poderá ser considerada de forma separada das demais unidades do complexo de segurança (Buzan; Wæver, 2003, p. 43).

Utilizando-se da descrição teórica feita pela ideia de 'complexos regionais de segurança', conforme exposto acima, podemos compreender a necessidade de incorporação da Dinamarca à Comunidade/União Europeia, em contraposição à ideia de alternativa nórdica. Dessa forma, a incorporação da Dinamarca à integração europeia ocorre devido à interesses racionalmente motivados, pautados por entendimentos referentes à impossibilidade de uma autonomia do "sistema" nórdico; enquanto que a defesa da permanência (e maior desenvolvimento) do país na Comunidade Nórdica, reside em um sentimento subjetivo de pertencer, de forma afetiva ou tradicional, à um mesmo grupo, que compartilha uma cultura, uma história e, principalmente, valores em comum.

Dando continuidade à nossas conclusões, iremos apresentar a seguir nossa principal linha argumentativa, que consiste em expressar uma reflexão referente à percepção a cerca da existência de comunidades conflitantes. Como visto anteriormente, um dos principais argumentos utilizados por aqueles contrários à participação da Dinamarca na integração europeia consiste na concepção de que a Dinamarca pertence a uma outra comunidade, a nórdica, e que os valores defendidos pela integração da Europa continental constituem uma ameaça aos valores nórdicos, da comunidade nórdica. Com isso, iremos destacar a importância dada aos valores na construção de comunidades para além das fronteiras nacionais.

5.1 Comunidades para além do (Estado) nacional

Consoante com o apresentado nos capítulos anteriores, o evento catastrófico da derrota dinamarquesa na Segunda Guerra de Schleswig-Holstein, em 1864, marcou profundamente a consolidação da identidade política do país. Como consequência deste evento, um sentimento antigermânico ganhara um novo ímpeto em praticamente todas as esferas da sociedade, consolidando, assim, o processo de construção da identidade nacional dinamarquesa, que tivera início em meados da segunda metade do século XVIII, porém se desenvolverá com maior dinamismo apenas no século subsequente.

O movimento de construção da identidade na Dinamarca fora caracterizado por duas dinâmicas simultâneas: por um lado, a identificação do 'outro', necessário para a construção do 'eu', ou do 'nós', ocorreu através de uma rejeição do povo e dos traços culturais dos germânicos, vizinhos imediatos ao sul; do outro lado, a construção do 'eu', ou do 'nós', fora feito através do despertar do passado glorioso do país enquanto grande potência nórdica. Dessa forma, a construção da identidade dinamarquesa está intrinsicamente ligada a uma identidade nórdica.

As relações existentes entre os países nórdicos, principalmente desde 1814, com o término dos conflitos armados entre as partes, vêm indagando alguns pesquisadores e intelectuais preocupados com as relações internacionais. A região nórdica, ou *Norden* – designação utilizada pelos habitantes da própria região –, contudo, ainda não fora massivamente estudada, sendo apenas "admirada de longe" (Adler; Barnett, 1998b, p. 8).

A criação de um ambiente de paz, ou, conforme descrito por Clive Archer (1996), uma 'zona de paz', na região nórdica estimulou àqueles pesquisadores preocupados com a possibilidade da existência de comunidades de Estados nacionais na política internacional. A comunidade nórdica – denominação de grande uso na literatura das relações internacionais –, sem dúvida alguma, instigou o desenvolvimento de novas percepções (teóricas) referentes às relações entre Estados soberanos.

Tendo em vista o que fora dito, a conclusão de nossa pesquisa pretende apresentar elementos acerca da questão da 'comunidade' nas relações internacionais, com o objetivo de expor elementos de significativa importância para o entendimento da questão nórdica, ou

melhor dizendo, da Comunidade Nórdica na política dinamarquesa. Para tal, estruturamos o debate da seguinte forma: primeiramente, apresentaremos uma curta indagação pertinente ao debate alusivo à 'comunidade' dentro da sociologia; posteriormente, iremos demonstrar a principal interpretação, própria dos estudos da política internacional, atenta com a possibilidade da existência de comunidades para além do (Estado) nacional; e, por fim, uma leitura tocante à comunidade nórdica será manifestada.

A 'comunidade' no debate sociológico

O desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina, durante o século XIX, fora caracterizado pela preocupação recorrente, entre os seus mais diversos pensadores, com a conceitualização de 'comunidade' (Nisbet, 1967). Devido a sua destacada importância no pensamento social, contudo, o debate acerca da 'comunidade' não se restringiu, somente, à sociologia, tendo desenvolvido notória importância também em áreas como a filosofia e a história. De acordo com Robert Nisbet (1967, p. 47), a relevância do conceito de 'comunidade', durante este século, é comparável ao destaque que a formulação que a ideia de 'contrato' exerceu para o desenvolvimento do pensamento moderno – "[a ideia de] contrato forneceu um modelo no qual tudo, na sociedade, era bom e defensável. No século XIX, no entanto, encontramos o enfraquecimento da ideia de contrato perante a redescoberta do simbolismo [da ideia de] comunidade" (idem). Dessa forma, a ideia de 'comunidade' – e seu contraponto lógico, a 'sociedade' – pode ser compreendida como uma das preocupações centrais "de toda a teoria sociológica" (Mocellim, 2011, p. 106).

Devido sua importância para o desenvolvimento do pensamento social durante o século XIX, o termo 'comunidade' fora compreendido e estudado de formas distintas e, às vezes, apresentado de forma conflitante entre as mais diversas abordagens sociológicas. Embora não haja nenhum consenso, ou nenhum entendimento amplamente aceito, sobre a definição de 'comunidade', o seu uso sempre fora associado com um simbolismo que demonstrasse uma valorização 'positiva' do conceito. A 'comunidade' sempre fora visto como algo 'bom'. 'Comunidade', assim, transmite a ideia de uma forma de sociabilização entre as partes, indivíduos, pautada por "(...) altos graus de intimidade, vínculos emocionais,

comprometimento moral e coesão social; e não se trata apenas de um vínculo passageiro" (idem).

Na obra '*Comunidade e Sociedade*' – '*Gemeinschaft und Gesellschaft*' -, um dos trabalhos de maior impacto sobre o tema, Ferdinand Tönnies [1887] (2001) demonstra que o termo 'comunidade' é utilizado cotidianamente, ao menos na língua alemã, em referência a algo positivo. Assim, a 'comunidade' é algo sempre positivo, desejado. Uma sociedade pode ser prejudicial ao indivíduo, ou um malefício pode ter sido originado pela sociedade, mas a comunidade é sempre algo bom.

Interpretação similar é realizada também por um sociólogo contemporâneo de origem polonesa. No entendimento de Zygmunt Bauman (2003), a palavra 'comunidade' evoca um conjunto de sensações 'positivas', fazendo com que haja um sentimento compartilhado de que "é sempre bom estar em uma comunidade". Ademais, 'comunidade' transmite uma percepção de segurança para aqueles que ali convivem, percepção de extrema importância para o debate que iremos apresentar posteriormente.

A 'comunidade', hoje, ainda exerce a função de um 'novo paraíso perdido' (Bauman, 2003, p. 9). Há o entendimento compartilhado de que antes, no passado, tudo era melhor, pois vivíamos em comunidade, entre iguais; hoje, devido à modernização e, consequentemente, o individualismo crescente, estamos vivendo em sociedades, com desiguais. Dessa forma, 'comunidade' é "(...) o que esperamos ansiosamente retornar, e assim, buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá" (idem).

Para Tönnies (2001, p. 17), a relações sociais existentes entre os indivíduos, e os laços sociais que disso se derivam, podem ocorrer, tanto através de uma relação orgânica, como através de uma construção puramente mecânica. A primeira, baseada nas tradições e nos costumes, caracteriza a existência de uma *comunidade* (*Gemeinschaft*); a segunda, comum a vida da cidade, baseia-se no contrato social, caracterizando assim, uma *sociedade* (*Gesellschaft*).

A *Gemeinschaft*, de acordo com o autor, tem sua origem na percepção de interdependência mútua entre indivíduos que compartilham um mesmo espaço delimitado, bem como através da existência de crenças e valores comuns. A sociabilização, do tipo comunitário, pode ocorrer através de três formas: a primeira, originada de uma relação de

parentesco – ‘comunidade de sangue’; seguida de uma relação de vizinhança; e, por fim, por uma afinidade ‘espiritual’, baseada em laços de maior afetividade.

Essa forma de sociabilidade (a da *Gemeinschaft*), contudo, ocorre em formas mais primitivas de associações, sendo comum em tribos, aldeias, entre outras. Com o progresso econômico e o desenvolvimento das cidades, com a transição da vida do campo para a vida urbana, há “(...) uma ruptura na organização desses núcleos [básicos] de sociabilidade” (Brancaleone, 2008, p. 100).

Fruto deste processo de ‘modernização’, encontramos a predominância da *Gesellschaft* como forma de sociabilização entre os indivíduos. Diferentemente da *Gemeinschaft*, a *Gesellschaft* caracteriza-se por uma baixa interação afetiva entre os seus membros, bem como uma baixa coesão entre as partes, “(...) possibilitando maior diferenciação e individualização de seus membros” (idem).

A contraposição entre os dois modelos ganhara uma definição solene realizada por Tönnies (2001, p. 52): *enquanto na Gemeinschaft as partes encontram-se unidas, apesar de tudo que as separa; na Gesellschaft as partes permanecem separadas, não importando tudo que os une*.

Na visão de Tönnies, a relação entre Comunidade e Sociedade, entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, ocorre de maneira evolutiva, sendo a primeira uma forma ‘primitiva’ de sociabilização entre os indivíduos, e a última, a versão moderna deste mesmo processo. Embora Tönnies tenha exercido grande influência no pensamento de Max Weber, a relação evolutiva para este último autor ocorre de maneira invertida, se comparada com a do primeiro. Para Weber, uma relação social do tipo comunitária pode vir a ser uma evolução de uma relação social do tipo associativa (sendo esta comum às sociedades).

Tönnies, como vimos, identifica dois tipos ideais de processos de sociabilidade: o primeiro, comunidade, teria como origem as relações orgânicas pautadas por sentimentos de afetividades entre os indivíduos; já a segunda, sociedade, seria a realização de uma avaliação racional das partes envolvidas. A revitalização do debate ‘comunidade e sociedade’ por Weber caracteriza-se pelas peculiaridades trazidas de sua própria maneira de compreender a sociologia, ou seja, através da incorporação da ideia de atividade ou ação social. Assim, para Weber “o que lhe interessava, é como o homem se comporta na comunidade e na sociedade, como forma essas relações e as transforma” (Freund, 1970, p. 68). Portanto, ao invés de

utilizar-se dos temos *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), Weber propõe pensar a temática através de *Gemeinschaftung* ('comunalização') e *Vergesellshaftung* (socialização), enfatizando, assim, a ação humana.

Para Weber, uma relação ou ação social do tipo comunitária ocorre "quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo", enquanto que uma relação do tipo associativa se caracteriza "na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins)" (Weber, 2012: 25).

Dessa forma, Weber compreende que uma relação social que, em um primeiro momento, limitava-se a um determinado fim, de maneira racional, teria as condições de criar valores emocionais, compartilhado entre as partes, que ultrapassariam os fins previamente determinados. Com isso, Weber inverte à escala evolutiva desenhada por Tönnies.

> Nem sempre o fato de algumas pessoas terem em comum determinadas qualidades ou determinado comportamento ou se encontrarem na mesma situação implica uma relação comunitária. (...) Mas, mesmo que reajam de maneira homogênea a essa situação, isto ainda não constitui uma relação comunitária; tampouco este se produz pelo simples 'sentimento' da situação comum e das respectivas consequências. Somente quando, em virtude desse sentimento, as pessoas começam de alguma forma a orientar seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social – que não é apenas uma relação entre cada indivíduo e o mundo circundante –, e só na medida em que nela se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo existe uma 'relação comunitária' (Weber, 2012, p. 26).

Weber, desta forma, introduz a necessidade da criação, ou do estabelecimento, de um sentimento de pertencimento a um grupo como característica definidora de uma relação comunitária, de uma comunidade. A constituição deste, conforme denominado pela literatura em inglês, 'we-feeling' será de extrema importância para a transposição do debate 'comunidade e sociedade', característico da sociologia, para os estudos da política internacional, como veremos a seguir.

Vale ressaltar, por último, que a conceptualização proposta tanto por Tönnies como por Weber baseia-se, em termos metodológicos, na criação de tipologias ideais, ou seja, constructos intelectuais que exacerbam as características estruturais de um fenômeno social a

fim de se constituir como uma ferramenta útil para a análise de processos sociais. Na prática, 'comunidade' e 'sociedade', 'relações comunitárias' e 'relações associativas', existem de maneira concomitante – "A grande maioria das relações sociais, porém, tem caráter, em parte, comunitário e, em parte, associativo" (Weber, 2012, p. 25).

Karl Deutsch e a Comunidade de Segurança

A contribuição política e intelectual oferecida Karl Wolfgang Deutsch (1912-1992), nascido na antiga Tchecoslováquia, fora diretamente influenciada pelos acontecimentos históricos que caracterizaram o continente europeu ao término da Primeira Guerra Mundial, no final de 1918, e cujo ápice ocorreu com o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial.

A fragmentação de dois grandes Impérios, o Austro-Húngaro e o Turco-Otomano, teve como consequência o florescimento de novos Estados na região. Durante os anos 70 do século XIX, o continente europeu encontrava-se dividido em 15 Estados soberanos; já na terceira década do século subsequente, quase sessenta anos depois, mais de 30 Estados soberanos faziam parte da geografia europeia. Como consequência, Deutsch presenciou em seus estudos o crescimento exponencial de disputas sob a tutela de argumentos nacionalistas. Ao analisar a influência desta conjuntura na vida do autor, Medeiros e Paiva (2012, p. 126) afirmam que "identidade, nacionalismo, ascensão e queda de Estados são temas recorrentes" no pensamento de Deutsch.

Ao ser convidado para compor o quadro de pesquisadores do *Centro para Pesquisa em Instituições Políticas Mundiais*, sediada na Universidade de Princeton, Estados Unidos, durante o ano de 1953, Deutsch encarrega-se de encabeçar uma pesquisa sobre processo de integração e fragmentação de Estados – estudo fortemente influenciado pelos acontecimentos da II Guerra Mundial. Nas palavras do autor (Deutsch, 1957, p. 3), "realizamos este inquérito como uma contribuição para o estudo de possíveis formas pelas quais os homens, algum dia, poderão abolir a guerra". Desta forma, a pesquisa ali conduzida tinha por objetivo compreender "como os homens podem aprender a agir em conjunto para eliminar a guerra como uma instituição social?".

A partir deste momento, Deutsch passará a compreender o processo de integração como a capacidade de construir uma comunidade política em maior escala, para além das fronteiras nacionais – interpretação que terá grande impacto em inúmeros outros pesquisadores preocupados com o fenômeno da integração regional.

Tendo em vista tal entendimento, Deutsch (1957, p. 5) define uma comunidade política 'transnacional'[1] como o resultado de uma interação política constante entre grupos sociais de diferentes organizações políticas (seja essa o Estado, seja essa a nação), sendo que tal contato dá-se tanto por meio de algum mecanismo de coerção, como pela existência conjunta de práticas, na população, de complacência. Dessa forma,

> Uma comunidade política pode ser definida como uma comunidade de transações sociais, caracterizada tanto pela coerção, como por uma complacência. Neste sentido, é uma comunidade de pessoas em que as instituições comuns, ou coordenadas, para a tomada de decisões, bem como sua execução de comandos, são complementadas por hábitos de consentimento suficientemente difundidas e previsíveis que garantem, de forma bem sucedida, a coerção nos demais casos onde não há um consentimento (...) (Deutsch, 1954, p. 40).

Contudo, a existência de uma comunidade política não é capaz de garantir a eliminação, ao menos em um considerável período de tempo, da guerra enquanto prática recorrente na política internacional. A exclusão da guerra entre as partes desta comunidade política só se torna possível caso haja a expectativa de que eventuais disputas sejam resolvidas sem o uso da força. Assim sendo, a ideia de uma guerra entre as unidades da comunidade deixa de ser esperada, tanto pela elite política, quanto pelas populações, e torna-se algo improvável. Quando uma comunidade política é capaz de construir tal sentimento, temos, irá afirmar Karl Deutsch, uma 'comunidade de segurança'.

Comunidade de Segurança fora definida (Deutsch, 1954, p. 33; 1957, p. 5) como um grupo de indivíduos que tornaram-se suficientemente integrados; sendo integração o processo pelo qual este grupo fora capaz de construir um sentimento de comunidade, de pertencimento, e que tal percepção fora acompanhada da constituição de instituições e práticas, formais e/ou informais, altamente consolidadas e difundidas entre as unidades da comunidade, originando assim o estabelecimento de uma expectativa de mudança pacífica nas relações entre as partes. "A comunidade de segurança, portanto, é aquela em que existe uma garantia real de que os

[1] Ou seja, para além das fronteiras do Estado nacional.

membros da comunidade que não irão lutar entre si, fisicamente, mas irão resolver suas diferenças de alguma outra forma" (Deutsch, 1957, p. 5).

Para Deutsch, uma comunidade de segurança surge através de um processo de integração regional caracterizado pelo desenvolvimento de "fluxos transnacionais, entendimentos compartilhados e valores transnacionais" (Deutsch, 1957, p. 58). Os fluxos transnacionais caracterizam-se, nessa comunidade, através de interações regulares e, não necessariamente, institucionalizadas entre os governos nacionais e membros da sociedade civil dos respectivos países.

Assim, as interações entre as partes da comunidade de segurança acarretariam na criação de expectativas de confiança na mudança pacífica dos comportamentos dos atores, levando ao entendimento de que eventuais disputas entre os Estados da comunidade sejam resolvidos por meios opostos ao da força, ou seja, da guerra. Contudo, Deutsch irá afirmar que uma comunidade de segurança não se define, somente, pela ausência do conflito armado entre as partes, mas também pela criação de uma identidade compartilhada, um sentimento de pertencimento comum.

Deutsch irá apontar para a existência, principalmente, de duas espécies de comunidades de segurança: (i) comunidade de segurança amalgamada, quando duas ou mais unidades políticas, previamente independentes, unem-se em uma unidade política única, com um governo comum; (ii) comunidade de segurança pluralística, quando há a permanência da independência formal das unidades políticas. Embora não haja uma unidade política única, neste caso, as unidades criam um complexo de instituições comuns, responsáveis pelo desenvolvimento dos entendimentos compartilhados e dos valores transnacionais. Ademais, Deutsch apresenta a possibilidade de existência de uma (iii) comunidade de segurança parcialmente amalgamada, ou seja, quando há uma delegação parcial de funções governamentais, por parte das partes envolvidas no processo, à um outro nível de decisão política, que não o nacional.

A importância dos fluxos transnacionais entre as unidades políticas é ressaltada pelo autor ao conferir uma extrema importância à comunicação, entre as partes, no processo de criação de uma comunidade de segurança. A comunicação, portanto, cria as condições necessárias para que o grupo possa pensar, se enxergar e agir de forma conjunta.

A tese central do conceito de comunidade de segurança consiste no entendimento de que as políticas de segurança estatais sofrem uma impactante transformação como consequência do desenvolvimento de comunidades políticas transnacionais. As dinâmicas de criação de um ambiente de paz, entre as unidades políticas da comunidade, são resultados diretos de uma transformação: (i) em nível internacional, quando a formação de uma comunidade internacional de segurança torna-se capaz de influenciar o comportamento dos Estados. Neste sentido, Deutsch irá apontar para o papel central das forças transnacionais em transformar a condução das políticas nacionais, no momento em que estes fluxos passam a constranger as unidades políticas nacionais; e (ii) em nível individual, quando tais forças transnacionais tornam-se capazes de transformas as identidades individuais, criando assim, uma nova identidade, compartilhada entre as partes, podendo ser hierarquicamente inferior ou superior as identidades nacionais.

De forma sistemática, após o estudo de inúmeros casos de integração e fragmentação de Estados, Deutsch irá afirmar que uma Comunidade de Segurança Amalgamada depende da existência de nove condições essenciais, ademais, elenca mais três condições que podem vir a se tornarem essenciais. Entre as do primeiro grupo, encontramos as seguintes: (i) a mútua compatibilidade entre os principais valores; (ii) uma forma distinta do modo de vida; (iii) a expectativa de um fortalecimento de laços e/ou ganhos econômicos; (iv) um aumento considerável das capacidades políticas e administrativas; (v) um crescimento econômico superior – comparado ao esperado antes da criação da comunidade; (vi) relações inquebráveis de comunicação social entre as partes, tanto geograficamente como socialmente – entre os territórios e os mais diversos grupos sociais; (vii) um crescimento da elite política; (viii) a mobilidade de pessoas por toda comunidade; (ix) uma multiplicidade de faixas de comunicação e transações. Nas do segundo grupo, podendo ser essenciais, temos: (x) uma retribuição dos fluxos de comunicação e transações; (xi) um intercâmbio das funções dos grupos sociais; (xii) uma considerável previsibilidade mútua do comportamento. (Deutsch, 2003: 138)

A partir destas categorias elencadas, Deutsch irá afirmar que o sucesso de uma comunidade de segurança pluralística depende da existência de três condições: (i) a mútua compatibilidade entre os principais valores; (ii) a capacidade dos atores políticos das unidades da comunidade em apresentar uma resposta rápida as necessidades políticas sem o uso de instrumentos coercitivos; (iii) uma considerável previsibilidade mútua do comportamento.

Assim, ao analisarmos as condições necessárias para o sucesso de ambos os tipos de comunidade de segurança, amalgamada e pluralística, podemos destacar o aspecto essencial da identificação de valores compartilhados entre as partes pertencentes à comunidade.

> Para qualquer um dos dois tipos de integração [seja o amalgamada, seja o pluralística], descobrimos a necessidade de haver uma compatibilidade dos principais valores mantidos, defendidos, pelas camadas relevantes de todas as unidades políticas envolvidas [no processo de integração] (Deutsch, 1957, p. 123).

Entretanto, o conceito de comunidade de segurança de Deutsch não resultou em uma, podemos dizer, linha de pesquisa considerável no debate das relações internacionais durante o período da Guerra Fria, principalmente devido ao seu caráter inovador – embora suas ideias tenham influenciado em muito o desenvolvimento das teorias de integração regional. Os pesquisadores preocupados com as relações internacionais apresentaram inúmeras dificuldades em utilizar a linguagem da comunidade política para compreender os fenômenos internacionais. Essa dificuldade irá, necessariamente, prejudicar a compreensão da possibilidade de uma comunidade política internacional em imprimir segurança internacional.

Esta incapacidade de se pensar a segurança através de uma perspectiva comunitária consiste em um reflexo do entendimento do sistema internacional como anárquico, levando os Estados a buscarem vantagens sobre suas contrapartes, em um sistema de soma zero, em ações de auto interesse e autoajuda. Sendo assim, torna-se impensável, para estes pensadores,

> A ideia de que atores possam compartilhar valores, normas e símbolos que proporcionem uma identidade social, e que se envolvam em diversas interações, em inumeráveis esferas, que reflitam interesses de longo prazo, reciprocidade difusa e confiança (...) (Adler; Barnett, 1998a, p. 3).

**

Dito isto, devemos destacar dois elementos essenciais encontrados nos debates acerca da 'comunidade de segurança' que irão nos ajudar a melhor compreender a temática da pesquisa aqui apresentada. Primeiramente, uma 'comunidade de segurança' caracteriza-se, principalmente, pela existência de dois fenômenos, a saber, a presença de valores compartilhados entre as partes, e a criação de uma identidade comum, não conflitante com as

identidades nacionais. E, por fim, o entendimento da importância central destes dois pontos (valores e identidades compartilhadas) para a caracterização de uma 'comunidade de segurança', apresenta um forte paralelo com a interpretação weberiana acerca da existência de uma relação do tipo comunitária entre unidades sociais.

A Comunidade Nórdica

A Comunidade Nórdica é, sem dúvida alguma, um dos casos mais emblemáticos de comunidade política para além das fronteiras nacionais. Nos estudos conduzidos por Karl Deutsch acerca da existência de 'comunidades de segurança' na política internacional, o caso nórdico fora um dos poucos estudos empíricos publicados – através do trabalho '*Norway-Sweden: Union, Disunion and Scandinavian Integration*', realizado por Raymond Lindgren (1959) – demonstrando a importância da região para o entendimento do fenômeno.

Uma crítica corriqueira na literatura sobre a temática, contudo, reside na ausência de um estudo detalhado sobre a construção desta comunidade nórdica de segurança (Wiberg, 1993; Archer, 1996; Wæver, 1998; Joenniemi, 2004), uma vez que o trabalho de Lindgren tenha se focado mais nas relações entre Noruega e Suécia. Enquanto muitos autores identificam a região nórdica como um exemplo incontestável de comunidade de segurança (Wiberg, 1993; Wæver, 1998; Adler; Barnett, 1998b), juntamente com os casos das relações entre os Estados Unidos da América e o Canadá, além do Benelux, intelectuais como Pertti Joenniemi (2004) defendem que a região nórdica não poderia ser caracterizado como um caso de comunidade de segurança. A pesquisa aqui apresentada irá se juntar aos autores que advogam pelo o entendimento da região através da conceitualização oferecida por Deutsch.

A preocupação central de Deutsch consistia em compreender como unidades política nacionais foram capazes de estabelecer um ambiente de ausência plena de conflitos bélicos através da construção de expectativas de mudança pacífica em suas relações. A implicação que tal percepção acarreta consiste na identificação de um histórico conflituoso entre os países que, hoje, pertencem a tal comunidade de segurança. Este é, exatamente, o caso dos países nórdicos.

Ole Wæver irá afirmar que, provavelmente, um dos motivos pelos quais a região nórdica, enquanto comunidade de segurança, não é amplamente estudada reside em um entendimento de uma certa obviedade do caso. Certamente, uma guerra entre a Dinamarca e a Suécia, por exemplo, é completamente impensável nos dias de hoje. A história, todavia, nos demonstra que as relações entre os países da região estão fortemente marcadas pela existência de conflitos bélicos. Com o término da *Kalmarunionen*, em 1523, e até o início do século XIX, os países nórdicos estiveram envolvidos em cerca de quinze guerras (internas à região).

> Os países nórdicos têm estado em paz uns com outros desde 1814. O período inicial de reconciliação fora seguido por um processo de cooperação que, gradualmente, se tornou suficientemente solidificado a constituir o que o cientista político Karl Deutsch chamou de 'comunidade de segurança': a violência militar tornou-se impensável como meio de resolução de conflitos entre os países nórdicos. Esta comunidade de segurança tem se manifestado em uma série de 'não-guerras' no século XX, ou seja, houve vários conflitos sobre questões que normalmente levam à guerra, mas estes foram resolvidos de forma pacífica (Wiberg, 1993, p. 210).

A existência destas 'não-guerras', conforme muito bem apontado por Håkan Wiberg, constitui um dos elementos cruciais para o entendimento da região como uma comunidade de segurança. Desde o início do século XX, inúmeras tensões entre os países da região ocorreram em assuntos altamente sensíveis ao próprio conceito de Estado moderno, como território e soberania. Entretanto, as resoluções de tais tensões ocorreram de forma pacífica, ou seja, uma das características de uma comunidade de segurança, conforme já mencionado anteriormente – a existência de resoluções de eventuais disputas entre os Estados por meios opostos ao do uso da força.

A Noruega, em 1905, declarou de forma unilateral sua independência da Suécia, o que fora prontamente aceito pelo monarca do último país, sem que houvesse nenhuma 'intenção hostil' entre as partes envolvidas. Este processo nem fora 'capaz' de iniciar uma militarização da fronteira Noruega-Suécia. A independência da Islândia ao Reino da Dinamarca ocorreu de forma pacífica através da assinatura de um tratado de entendimento entre os dois países. Entre 1932 e 1933, a Noruega, por questões comerciais, reivindicou a porção leste da Groelândia, pertencente à Dinamarca, fazendo com que os governos norueguês e dinamarquês resolvessem, pacificamente, que tal decisão deveria ser feita por uma corte internacional – o veredito, favorável à Dinamarca, fora respeitada pela Noruega (Wiberg, 1993; Archer, 1996). A disposição destes acontecimentos tivera por objetivo demonstrar a existência de 'disputas'

entre os países nórdicos que foram resolvidas de forma pacífica, sem a necessidade do uso do poderio bélico.

Como apontado por Ole Wæver (1998), por conseguinte, a comunidade de segurança nórdica apresenta inúmeras peculiaridades, diferenciando em muito, do processo de constituição da União Europeia – outro caso altamente debatido na literatura que trabalha com o conceito de comunidade de segurança. De acordo com o autor, tal excepcionalidade reside no fato de que a região

> Não é fortemente institucionalizada, e, em particular, para o período da Guerra Fria, há uma forte ausência deliberada de instituições de segurança; a comunidade de segurança [nórdica] não fora intencional, não fora formulado como um projeto de segurança, mas saiu sem querer; não reflete transações sociais excepcionalmente densas; e não é baseado em fundamentos econômicos. (...) A maior parte da explicação paira sobre fatores ideológicos (...) (Wæver, 1998: 72-74).

De acordo com Wæver, ademais, a existência de valores comuns levou (facilitou) ao surgimento de uma identidade compartilhada, sem que esta tenha surgido em detrimento das identidades nacionais. Houve uma composição de identidades. Dessa forma, a Comunidade Nórdica caracteriza-se pela existência de valores fortemente compartilhados entre a elite política e as sociedades dos países nórdicos, bem como por uma identidade comum, não conflitante com as nacionais, que se torna responsável pela estabilidade desta comunidade. Nas palavras de Nils Örvik (1967, p. 57-58), "dentro da região nórdica há um intenso consenso em torno de valores [comuns]. Os países nórdicos tem mais em comum do que a maioria das regiões do mundo desenvolvido".

Uma crítica comum à ideia da existência plena de uma comunidade nórdica (de segurança) reside no entendimento de que a presença de diferenças significativas no 'padrão' de relacionamento dos países da região com outros Estados do sistema internacional – principalmente no que tange a participação destes países em instituições internacionais de segurança e no próprio processo europeu de integração – consiste em um elemento favorável à descaracterização da região nórdica enquanto comunidade (de segurança) – para um melhor detalhamento destas diferenças, ver a Tabela X.

Na leitura apresentada por Nils Örvik (1967), a inexistência de instituições formais entre os países nórdicos, nos mesmos moldes apresentados pela integração europeia, poderia

ser explicada pela presença de diferentes ‘áreas centrais de poder’ para cada uma das nações nórdicas – explicação que se aproxima do entendimento apresentado por Barry Buzan e Ole Wæver (2003), conforme apresentado no início desta conclusão. Sendo assim, a região nórdica seria caracterizada pela aparição de diferentes padrões de interdependência em relação às grandes potências do sistema internacional. Enquanto a Dinamarca, em maior medida, tem na Alemanha seu principal interlocutor em sua política externa, os demais países nórdicos apresentam outras conexões: a Noruega está muito mais conectada ao Reino Unido, enquanto que a Finlândia destina grande parte de sua atenção à Rússia. Contudo, irá argumentar o autor, a existência destas diferentes interdependências não seria um fator contrário à existência de uma comunidade nórdica de segurança.

> Não há uma única razão para o fracasso do desenvolvimento de uma comunidade política regional na área do Norte. A existência de várias ‘áreas centrais de poder’ extra regionais, no entanto, podem fornecer uma explicação parcial [para a ausência de fortes instituições formais na região]. Se pudéssemos isolar a região nórdica do resto da Europa por um 'círculo mágico', a Suécia, com o seu tamanho maior, seus muitos recursos, e em toda a resposta positiva, formaria, sem dúvida, um núcleo natural [da comunidade nórdica]. (...) Mas realmente existiu, de fato, uma situação nos últimos dois séculos em que os países nórdicos pudessem concentrar inteiramente em seus problemas intra-regional, como se suas respectivas áreas centrais, a Grã-Bretanha, o Continente (França-Alemanha), e a Rússia não existissem (Örvik, 1967, p. 57-58)?

Este trabalho irá compreender que o argumento referente à descaracterização da região como uma comunidade de segurança devido à existência de discrepâncias nas relações que estes países possuem com outros países é errônea, uma vez que se utiliza de um critério exógeno para criticar um conceito que é, necessariamente, endógeno. A existência de uma comunidade de segurança ocorre através da construção de um específico tipo de relacionamento por parte de um determinado grupo de países. A relação que os países deste grupo mantêm com países de fora do grupo não implica na existência da comunidade – poderia implicar caso estes países externos passem a “conduzir” a política de um destes países da comunidade e que a tal “nova” política esteja de confronto com os pilares da comunidade. No fundo, compreendemos que muitas das críticas presentes à caracterização da região nórdica como uma comunidade de segurança residem no fato de que tais críticos entendem que a comunidade (de segurança) deveria agir como um Estado unificado, tendo assim uma “política externa única”, o que não é o caso.

Ou ainda, podemos nos utilizar da definição apresentada por Ferdinand Tönnies, em sua análise sobre as diferenças existentes entre comunidades e sociedades: na *Gemeinschaft* (comunidade) as partes encontram-se unidas, apesar de tudo que as separa. Por conseguinte, a presença de diferenças nas políticas externas e de segurança dos países da região nórdica não implicam na inexistência de uma comunidade nórdica (de segurança).

Tabela 6: As Diferentes Relações Externas dos Países Nórdicos

Países	OTAN	UE	Zona do Euro
Dinamarca	Membro	Membro	Não Participa
Finlândia	Não Participa	Membro	Membro
Islândia	Membro	Não Participa	Não Participa
Noruega	Membro	Não Participa	Não Participa
Suécia	Não Participa	Membro	Não Participa

5.2 Considerações Finais

Embora a Comunidade Nórdica não se apresente, desde os anos 70, como uma real alternativa à integração europeia – conforme estabelecido por Hans Branner e Morten Kelstrup (2000b, p. 14-15; ver também página 6 dessa dissertação) – esta pesquisa buscou demonstrar a importância da questão nórdica para o desenvolvimento e condução da política dinamarquesa perante o processo europeu de integração. A 'alternativa nórdica' sempre fora associada, tanto pela elite política do país, como pela sua sociedade, com um passado 'glorioso' da Dinamarca enquanto regente soberano da *Kalmarunionen*, que se constituiu como a grande potência do norte europeu de sua época. O advento de uma potência em sua fronteira ao sul, a Alemanha, e as consequências dramáticas das Guerras de Schleswig-Holstein – porém de fundamental importância para a construção do Estado moderno dinamarquês, bem como de seu nacionalismo – estabeleceram a consolidação de um forte sentimento de pertencimento à região nórdica, em contraposição aos perigos provenientes ao sul – da Europa continental.

Esta mesma linha de raciocínio é encontrada nos anos posteriores ao término da II Guerra Mundial, em 1945, e com o início do processo de integração da Europa. A Dinamarca,

que fora ocupada pela Alemanha de Hitler, compreendia que a construção de uma Europa unida poderia representar os anseios 'hegemônicos' alemães – algo que a história recente do país já havia demonstrado os perigos de tal intenção (hostil). Dessa forma, era necessário responder esse desenvolvimento da Europa continental com uma maior aproximação entre os países nórdicos – bem como, posteriormente, com os Estados Unidos da América, uma das duas grandes potências mundiais, através de uma arquitetura de segurança; somente os Estados Unidos poderia 'freiar' eventuais pretensões 'hegemônicas' por parte da Alemanha, o que explicaria a adesão da Dinamarca à OTAN e sua recusa em aderir a União Ocidental e, posteriormente, a União da Europa Ocidental.

Sem dúvida alguma, o principal fator responsável pela construção de uma política dinamarquesa reticente com o processo europeu de integração reside no 'fantasma alemão'. As capacidades da 'Alemanha', enquanto grande potência europeia, pautaram o desenvolvimento da construção da Dinamarca enquanto Estado nacional, constituindo-se como o grande 'outro' para a consolidação da identidade nacional dinamarquesa. Os acontecimentos trágicos de 1864, e a ocupação alemã pelas forças nazistas, foram momentos históricos de grande importância para a formulação da política externa e de segurança da Dinamarca, o que, consequentemente, teve grande impacto em sua relação com à Europa integrada.

Intrinsicamente relacionado ao 'fantasma germânico/alemão', encontra-se a 'questão nórdica'. Dessa forma, podemos inferir que para a melhor compreensão do dilema de integração dinamarquês, devemos olhar para o desenvolvimento histórico desta relação 'questão germânica' / 'questão nórdica'.

A construção da identidade nacional dinamarquesa fora realizada através da revitalização de um passado nórdico (glorioso), processo que teve influência direta das ações de Grundtvig e suas *folkeskole*. Por conseguinte, a identidade dinamarquesa insere-se em um grande guarda-chuva representado, e assegurado, por uma identidade nórdica.

> Apoiado pela história, podemos dizer que os movimentos populares escandinavos têm se destacado como produtores de identidade, não de uma identidade escandinava ou nórdica, mas das identidades nacionais. Um elemento importante dessas identidades nacionais dos países escandinavos é a crença nos valores nórdicos dadas por um passado comum, pelo que a mitificação da crença em valores nórdicos torna-os a assumir uma proposição real. No entanto, este 'Escandinavismo' [ou 'Nordicismo'] não substituiu os valores nacionais, mas os fortaleceu. O Escandinavismo tem

> servido como uma caixa de ressonância, um diálogo, um espelho do nacional (Stråth, 1995, p. 39).

Em conformidade com o desenvolvimento teórico apresentado pela concepção de 'comunidades de segurança', juntamente com o que fora apresentado em relação ao papel da identidade nórdica no processo de consolidação nacional e a crença nos valores nórdicos, o posicionamento da Dinamarca perante a Europa integrada fora bem taxativo: a construção de uma Comunidade Europeia representava valores contrários aos valores defendidos pela Comunidade Nórdica, e uma eventual adesão do país ao processo europeu de integração, conforme defendido pelos liberais, poderia ameaçar tais valores, bem como as políticas estabelecidas em torno destes – o estado de bem estar social configura-se como um dos principais exemplos.

Mesmo após a adesão do país à Comunidade Europeia, a questão nórdica apresentou-se com significativa importância. O uso da questão nórdica ocorre por duas vias: primeiramente, entre as elites que apoiam o processo europeu e advogam por um papel da Dinamarca como Estado membro altamente ativo, com o objetivo de influenciar a construção da 'Europa' fazendo com que este incorpore valores mais 'nórdicos'; e, por último, nos grupos organizados eurocéticos, que defendem à retirada da Dinamarca da integração europeia e, consequentemente, uma maior aproximação com os países nórdicos.

O caso dinamarquês, por conseguinte, colabora com o entendimento do desenvolvimento teórico realizado por Karl Deutsch (1953, 1954, et.al. 1957) acerca do processo de integração e da constituição de comunidades de segurança na política internacional, ao enfatizar a importância central de questões relacionadas aos valores na constituição de tais 'comunidades transnacionais'. Da mesma forma que a identificação de valores conflitantes constitui-se como um dos principais entraves ao processo de integração.

A manutenção do dilema dinamarquês permanece enquanto a interpretação de que a Europa (continental) reside no grande foco de origem de ameaças, à seus valores (nórdicos) e a sua identidade, perdurar nas percepções das elites políticas e de grande parte da sociedade civil. A Dinamarca fora o único país, recentemente, a fechar suas fronteiras europeias – desrespeitando, assim, o Acordo Schegen – após o início da Guerra da Líbia e o consequente aumento de imigrações provenientes do Norte da África à Europa (entrando, principalmente,

pela França e Itália). Este acontecimento fora apenas um exemplo da delicada relação que o país nórdico mantém com as instituições europeias.

O estudo acerca da 'integração diferenciada' traz elementos que elucidam certos comportamentos apresentados pela Dinamarca, em sua relação com o processo europeu de integração, principalmente após o advento do Tratado de Maastricht. A negociação, por parte do Governo dinamarquês, das ressalvas formais ao tratado europeu, os chamados *opt-outs*, constituiu-se no instrumento político necessário para garantir a permanência do país na integração europeia após o avanço de um movimento eurocético na Dinamarca. Dessa forma, o caso dinamarquês colabora com o entendimento apresentado por Dyson e Sepos (2010b) que compreenderam a 'integração diferenciada' como uma ferramenta de extrema importância da gestão política da Europa integrada, imprescindível devido à variedade de "interesses, identidades e discursos" e as diferenças de "estruturas econômicas e posições geoestratégicas". Poderíamos adicionar, a este esquema, a importância de fatores culturais, ou no caso, a diversidade de tradições culturais como mais um elemento que colabora com a existência da 'integração diferenciada'.

Embora Alexander Stubb tenha compreendido a Dinamarca como um exemplo de diferenciação da categoria de 'função' – quando o Estado membro da integração europeia seleciona, de acordo com os seus próprios interesses, quais políticas comunitárias irá fazer parte – melhor descrito pelo termo 'Europa à la carte', argumentaremos, nesta pesquisa, que o caso dinamarquês é melhor representado, dentro das categorias expostas por Stubb, por uma diferenciação de 'espaço', ou seja, quando a diferenciação é decorrente das diferenças políticas, econômicas, culturais e/ou históricas.

A definição apresentada por Schimmelfennig e Wizen (2014) referente a 'diferenciação constitucional' apresenta uma alta compatibilidade com o caso dinamarquês, uma vez que as diferenciações decorreriam dos avanços provenientes de novos tratados europeus e do consequente crescimento de transferências das competências nacionais para a esfera comunitária. A reticência para com o processo europeu, neste caso, resulta de preocupações ligadas à soberania e a identidade nacional. A 'fragilidade' desta categoria, todavia, tem origem na ausência de elementos que possam explicar as razões pelas quais um Estado membro interprete a integração europeia como uma possível fonte de ameaças à sua soberania e identidade nacional.

Por fim, podemos aferir que o papel que a questão nórdica, ou melhor dizendo, a importância da ideia de *Norden* tem para a política dinamarquesa encontra-se no entendimento da região como único proveniente de um sentimento de segurança que se encontra para além de uma questão de salvaguarda física e/ou material. Dessa forma, *Norden* caracteriza-se como ponto de origem de uma *segurança ontológica* para a Dinamarca.

O conceito de *segurança ontológica*, bem como o seu contraponto lógico, *insegurança ontológica*, tiveram seu desenvolvimento no campo da psicologia, sendo incorporado aos estudos da sociologia contemporânea, através do sociólogo britânico Anthony Giddens. Para o autor, a segurança ontológica, um dos principais sentimentos de segurança, define-se pela "(...) crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes", por conseguinte, a segurança ontológica "(....) trata-se de um fenômeno emocional ao invés de cognitivo, e está enraizado no inconsciente" (Giddens, 1991, p. 104-105).

Para ajudar a compreender o conceito, vale a pena definir o seu contraponto, a *insegurança ontológica* que decorre da incapacidade de se obter uma certeza sobre a sua própria realidade – "(...) uma intranquilidade profunda (...)" (idem, p. 105).

> Imagine alguém que se aflige profunda e constantemente, pensando se os outros nutrem intenções maliciosas contra si. (...) como nenhum indivíduo jamais tem acesso direto aos pensamentos de um outro, ninguém *pode* estar absolutamente seguro, num sentido mais lógico que emocional, de que ideias maliciosas não estejam constantemente na mente de outros com quem se interage (idem, p. 106).

O estabelecimento da *segurança ontológica* decorre, desta forma, do estabelecimento, em primeiro lugar, de um provedor externo de segurança e, principalmente, de confiança, capaz de proteger o indivíduo de suas ansiedades ontológicas. A confiança assim criada implica que o indivíduo, além de aprender "a contar com a uniformidade e continuidade dos provedores externos", passa a "confiar em si mesmo". Sendo assim, "[a] confiança nos outros é desenvolvida em conjunção com a formação de um senso interno de confiabilidade, que fornece ulteriormente uma base para uma auto identidade estável" (idem, p. 107).

Além do *Norden* ter se apresentado como grande salvaguarda da identidade nacional dinamarquesa, o seu uso, desde o término dos anos de 1940, também decorreu de um sentimento de segurança (ontológica) perante ao avanço da ameaça representada pela

integração europeia. *Norden* fora utilizado, ao menos pela Dinamarca, como representação do provedor externo de segurança, capaz de se contrapor a eminência das incertezas que se originavam de um processo político entre os países da Europa continental, os 'outros'. Ademais, *Norden* traz aos dinamarqueses à ideia de um passado caracterizado pelo seu importante papel como grande potência do norte europeu, em contraposição à história recente do país enquanto Estado pequeno da conjuntura europeia. Assim, podemos inferir o papel realizado por *Norden* como fonte primária de *segurança ontológica* à Dinamarca, uma vez que, na mente da elite política do país, bem como de sua sociedade, *Norden* fora utilizada como "(...) uma arma defensiva que tinha por objetivo salvaguardar e afastar os desafios impostos à soberania e identidade dinamarquesa (...)" (Laursen; Olesen, 2000, p. 235), ameaças decorrentes do processo europeu de integração. *Norden* reside na fonte de certezas à Dinamarca, enquanto a Comunidade Europeia encontra-se como a origem das incertezas e aflições.

BIBLIOGRAFIA

Aalto, Pami (2006) 'The EU encounters Norden' In: Aalto, Pami (ed.) ***European Union and the Making of a Wider Northern Europe***. London: Routledge.

Abel, Theodore (1972) ***Os Fundamentos da Teoria Sociológica***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Adler, Emanuel (1999) O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais. ***Lua Nova: Revista de Cultura e Política***. 47.

Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (ed.) (1998a) ***Security Communities***. Cambridge: Cambridge University Press.

Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (1998b) "Security communities in theoretical perspective" In: Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (ed.) ***Security Communities***. Cambridge: Cambridge University Press.

Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (1998c) "A framework for the study of security communities" In: Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (ed.) ***Security Communities***. Cambridge: Cambridge University Press.

Adler-Nissen, Rebecca (2008) 'The Diplomacy of Opting-Out: A Bourdieudian Approach to National Integration Strategies'. ***Journal of Common Market Studies***. 46(3), pp. 663-684.

Adler-Nissen, Rebecca (2009a) ***The Diplomacy of Opting Out: British and Danish Stigma Management in the European Union***. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de Copenhagen.

Adler-Nissen, Rebecca (2009b) 'Behind the Scenes of Differentiated Integration: Circumventing National Opt-outs in Justice and Home Affairs'. ***Journal of European Public Policy***. 16(1), pp. 62-80.

Adler-Nissen, Rebecca (2011) '***Opting Out of an Ever Closer Union: The Integration Doxa and the Management of Sovereignty***'. West European Politics. 34(5), pp. 1092-1113.

Amstrup, Niels; Sørensen, Carsten (1975) 'Denmark - Bridge between the Nordic Countries and the European Communities?'. ***Cooperation and Conflict***. 10(1): pp. 21-32.

Andrén, Nils (1966) 'Nordisk Integration – Synspunkter och Problemstälningar'. ***Internasjonal Politikk***. Pp. 370-387.

Andrén, Nils (1967) 'Nordic Integration'. ***Cooperation and Conflict***. 2(1), pp. 1-25.

Andrén, Nils (1978) 'Prospects for the Nordic Security Pattern'. ***Cooperation and Conflict***. 13(3), pp. 181-192.

Andrén, Nils (1984) 'Nordic Integration and Cooperation: Illusion and Reality'. ***Cooperation and Conflict***. 19(4), pp. 251-262.

Archer, Clive (1990) 'The North as a Multidimensional Strategic Arena'. ***Annals of the American Academy of Political and Social Science***. 512, pp. 22-32.

Archer, Clive (1996) ‘The Nordic Area as a 'Zone of Peace''. ***Journal of Peace Research***. 33(4), pp. 451-467.

Archer, Clive (2005) ‘Still Nordic After All These Years: Nordic Security in the Post-Cold War Period’. ***Security Dialogue***. 36(3), pp. 397-401.

Archer, Clive (ed.) (2008) ***New Security Issues in Nothern Europe: the Nordic and Baltic states and the ESDP***. London: Routledge.

Archer, Clive (2014) ‘The Nordic States and Security’ In: Archer, Clive; Bailes, Alyson; Wivel, Anders (ed.) ***Small States and International Security: Europe and Beyond***. London: Routledge.

Archer, Clive; Bailes, Alyson; Wivel, Anders (ed.) (2014) ***Small States and International Security: Europe and Beyond***. London: Routledge.

Archer, Clive; Joenniemi, Pertti (ed.) (2003) ***The Nordic Peace***. Hampshire: Ashgate.

Arrighi, Giovanni (2003) ‘Globalização e Macrossociologia Histórica’. ***Revista de Sociologia e Política***. 20, pp. 13-23.

Aron, Raymond (2002) ***Paz e Guerra entre as Nações***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Aron, Raymond (2008) ***As etapas do pensamento sociológico***. São Paulo: Martins Fontes.

Auken, Svend; Buksti, Jacob; Sørensen, Carsten (1975) ‘Denmark Joins Europe: Patterns of Adaptation in the Danish Political and Administrative Process as a result of membership of the European Community’. ***Journal of Common Market Studies***. 14(1), pp. 1-36.

Bailes, Alyson; Herolf, Gunilla; Sundelius, Bengt (ed.) (2006) ***The Nordic Countries and the European Security and Defence Policy***. Stockholm: SIPRI; Oxford: Oxford University Press.

Baldwin, Peter (1989) ‘The Scandinavian Origins of the Social Interpretation of the Welfare State’. ***Comparative Studies in Society and History***. 31(1), pp. 3-24.

Barnett, Michael (2002) ‘Historical Sociology and Constructivism’ In: Hobden, Stephen; Hobson, John (ed.) ***Historical Sociology of International Relations***. Cambridge: Cambridge University Press.

Bauman, Zygmunt (2003) ***Comunidade: A busca por segurança no mundo atual***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Bengtsson, Rikard; Engström, Ole; Tallberg, Jonas (2004) ‘Silencer or Amplifier? The European Union Presidency and the Nordic Countries’. ***Scandinavian Political Studies***. 27(3), pp. 311-334.

Bergquist, Mats (1969) ‘Trade and Security in the Nordic Area’. ***Cooperation and Conflict***. 4(3), pp. 237-246.

Birnbaum, Karl (1968) ‘The Nordic Countries and European Security’. ***Cooperation and Conflict***. 3(1), pp. 1-17.

Bjøl, Erling (1968) ‘NATO and Denmark’. ***Cooperation and Conflict***. 3(1), pp. 93-107.

Bonham, G. Matthew (1969) ‘Scandinavian Parliamentarians: Attitudes towards Political Integration’. ***Cooperation and Conflict***. 4(2), pp. 149-160.

Bonsdorff, Göran von (1965) ‘Regional Cooperation of the Nordic Countries’. ***Cooperation and Conflict***. 1(1), pp. 32-38.

Brancaleone, Cassio (2008) ‘Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies’. ***Revista de Ciências Sociais***. 39(1), pp. 98-104.

Branner, Hans (2000a) ‘The Danish Foreign Policy Tradition and the European Context’ In Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Branner, Hans (2000b) ’Options and Goals in Danish European Policy since 1945: Explaining Small State Behavior and Foreign Policy Change’ In Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Branner, Hans (2013) ‘Denmark Between Venus and Mars: How Great a Change in Danish Foreign Policy?” In: Hvidt, Nanna; Mouritzen, Hans (ed.) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2013***. Copenhagen: Danish Institute For International Studies.

Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) (2000a) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Branner, Hans; Kelstrup, Morten (2000b) 'Denmark's Policy towards Europe in a Historical and Theoretical Perspective' In Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Brincker, Benedikte (2003) ‘A “Small Great National State”: An Analysis of the Cultural and Political Factors that shaped Danish Nationalism 1760–1870’. ***Journal of Historical Sociology***. 16(4), pp. 407-431.

Brodin, Katarina (1972) ‘Belief Systems, Doctrines, and Foreign Policy: a Presentation of two Alternative Models for the Analysis of Foreign Policy Decision-Making’. ***Cooperation and Conflict***. 7(1), pp. 91-112.

Browning, Christopher (2007) ‘Branding Nordicity: Models, Identity and the Decline of Exceptionalism’. ***Cooperation and Conflict***. 42(1), pp. 27-51.

Brundtland, Arne Olav (1967) ‘The Nordic Balance: Past and Present’. ***Cooperation and Conflict***. 2(2), pp. 30-63.

Buksti, Jacob (1980) ‘Corporate structures in Danish EC policy: Patterns of Organizational Participation and Adaptation’. ***Journal of Common Market Studies***. 19(2), pp. 140-159.

Bull, Hedley (2002) ***A Sociedade Anárquica***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Burgess, Michael (1996) 'Introduction: Federalism and Building the European Union'. ***Publius: The Journal of Federalism***. 26(4), pp. 1-15.

Burgess, Michael (2000) ***Federalism and European Union: the Building of Europe, 1950-2000***. London: Routledge.

Burgess, Michael (2006) 'The European Union as a federal model' In: Burgess, Michael (ed.) ***Comparative Federalism: Theory and Practice***. London: Routledge.

Burgess, Michael (2009) 'Federalism' In: Wiener, Antje; Diez, Thomas (ed.) ***European Integration Theory***. Oxford: Oxford University Press.

Buzan, Barry. (1983) ***People, States and Fear: the National Security Problem in International Relations***. Hasvest Wheatsheaf: Hemel Hempstead.

Buzan, Barry [1991] (2007) ***People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era***. Essex: ECPR press.

Buzan, Barry; Wæver, Ole (2003) ***Regions and Power: the Structure of International Security***. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry; Wilde, Jaap de; Wæver, Ole. (1998) ***Security: a New Framework for Analysis***. London: Lynne Rienner Publishers.

Bøås, Morten (2000) 'Security Communities: Whose Security?'. ***Cooperation and Conflict***. 35(3), pp. 309-319.

Christophersen, Jens (1965) 'The Nordic Countries and the European Balance of Power'. ***Cooperation and Conflict***. 1(1), pp. 39-52.

Creswell, John (2007) ***Qualitative Inquiry & Research design: Choosing Among Five Approaches***. London: Sage Publications.

Delanty, Gerard; Isin, Engin (ed) (2003) ***Handbook of Historical Sociology***. London: Sage.

Deutsch, Karl (1954) ***Political Community at the International Level: Problems of Definition and Measurement***. New York: Doubleday & Company, Inc.

Deutsch, Karl (1966) [1953] ***Nationalism and Social Communication: an Inquiry into the Foundation of Nationality***. Massachusetts: The Massachusetts Institute of Technology Press, second edition.

Deutsch, Karl; Burrel, Sidney; Kann, Robert; Lee Jr., Maurice; Lichterman, Martin; Lindgren, Raymond; Loewenheim, Francis; Wagenen, Richard (1957) ***Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience***. New Jersey: Princeton University Press.

Dyson, Kenneth; Sepos, Angelos (2010a) (ed.) ***Which Europe? The Politics of Differentiated Integration***. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Dyson, Kenneth; Sepos, Angelos (2010b) 'Differentiation as Design Principle and as Tool in the Political Management of European Integration' In: Dyson, Kenneth; Sepos, Angelos (ed.) ***Which Europe? The Politics of Differentiated Integration***. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Einhorn, Eric (1975) 'The Reluctant Ally: Danish Security Policy, 1945-49'. ***Journal of Contemporary History***. 10(3), pp. 493-512.

Elias, Norbert (2006) ***Escritos e Ensaios, volume 1***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Elias, Norbert (2011) ***O Processo Civilizador, volume 1: Uma História dos Costumes***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Elias, Norbert (2011) ***O Processo Civilizador, volume 2: Formação do Estado e Civilização***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Etzioni, Amitai (1965) ***Political Unification: a Comparative Study of Leaders and Forces***. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.

Etzold, Tobias (2013) 'The Case of the Nordic Councils'. ***Mapping Multilateralism in Transition***. 1, pp. 1-12.

Faurby, IB (1979) 'Party System and Foreign Policy in Denmark'. ***Cooperation and Conflict***. 14(3): pp. 159-170.

Feldbæck, Ole (1991) ***Dansk Identitetshistorie, Volume 1–4***. Copenhagen: C.A. Reitzels Forlag.

Findsen, Lars (2014) 'Danish Defence Policy and Military Operations 2013' In: Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2014***. Copenhagen: Danish Institute For International Studies.

Flockhart, Trine (2005) 'Critical Junctures and Social Identiy Theory: Explaining the Gap between Danish Mass and Elite Attitudes to Europeanization'. ***Journal of Common Market Studies***. 43(2), pp. 251-257.

Forsberg, Tuomas (2013) 'The rise of Nordic Defence Cooperation: a Return to Regionalism?'. ***International Affairs***. 89(5), pp. 1161-1181.

Freund, Julien (1970) ***Sociologia de Max Weber***. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Friedman, Jonathan (1992) 'The Past in the Future: History and the Politics of Identity'. ***American Anthropologist***. 94(4), pp. 837-859.

Friis, Lykke (1999) 'EU and Legitimacy - The Challenge of Compatibility: A Danish Case Study'. ***Cooperation and Conflict***. 34(3), pp. 243-271.

Frost, Bryan-Paul (1997) 'Ressurecting a neglected theorist: the philosophical foundations of Raymond Aron's theory of international relations'. ***Review of International Affairs***. 23(2), pp. 143-166.

Frey, Luci Ribeiro (2009) ***Sociologia Processual: Contribuições para a teoria social contemporânea***. Trabalho apresentado no 'XII Simpósio Internacional – Processo Civilizador', Recife, Brasil.

Giddens, Anthony (1991) ***As Consequências da Modernidade***. São Paulo: Editora Unesp.

Gosh, Christian Carl August (1923) ***Denmark and Germany Since 1815***. London: Clowes and Sons.

Grøn, Caroline; Wivel, Anders (2011) 'Maximizing Influence in the European Union after the Lisbon Treaty: From Small State Policy to Smart State Strategy'. ***Journal of European Integration***. 33(5), pp. 523-539.

Haas, Ernst (1961) 'International Integration: The European and the Universal Process'. ***International Organization***. 15(3), pp. 366-392.

Haas, Ernst (2004) [1958] ***The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces, 1950-1957***. Indiana: University of Notre Dame Press.

Haas, Ernst (2008) [1964] ***Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization***. Essex: ECPR Press.

Habermas, Jürgen (2004) ***A Inclusão do Outro: estudos de teoria política***. São Paulo: Edição Loyola.

Haftendorn, Helga (1990) 'The Changing European Security Context and the Nordic Region: A View from Germany'. ***Annals of the American Academy of Political and Social Science***. Vol.512, pp. 173-187.

Hansen, Lene (2002a) 'Introduction' In: Hansen Lene; Wæver, Ole. (ed.) ***European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states***. London: Routledge.

Hansen, Lene (2002b) 'Sustaining sovereignty: the Danish approach to Europe' In: Hansen Lene; Wæver, Ole. (ed.) ***European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states***. London: Routledge.

Hansen Lene; Wæver, Ole. (ed.) (2002) ***European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states***. London: Routledge.

Hansen, Peter (1969) 'Denmark and the European Integration'. ***Cooperation and Conflict***. 4(1): pp. 13-46.

Hansen, Peter; Small, Malvin; Siune, Karen (1976) 'The Structure of the Debate in the Danish EC Campaigne: A Study of an Opinio-Policy Relationship'. ***Journal of Common Market Studies***. Vol.15, No.2, pp. 93-129.

Haskel, Barbara (1967) 'Is there an Unseen Spider? A Note on Nordic Integration'. ***Cooperation and Conflict***. 2(3), pp. 229-234.

Hedetoft, Ulf (2000) 'The Interplay Between Mass and Elite Attitudes to European Integration in Denmark'. In: Branner, Hans; Kesltrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy Towards Europe After 1945: History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark.

Helle, Knut (ed.) (2003a) ***The Cambridge History of Scandinavia, Volume I: Prehistory to 1520***. Cambridge: Cambridge University Press.

Helle, Knut (2003b) 'Conclusion' In: Helle, Knut (ed.) ***The Cambridge History of Scandinavia, Volume I: Prehistory to 1520***. Cambridge: Cambridge University Press.

Hilson, Mary (2008) ***The Nordic Model: Scandinavia Since 1945***. London: Reaktion Books.

Hobden, Stephen (2002) 'Historical Sociology: back to the future of international relations?' In: Hobden, Stephen; Hobson, John (ed.) ***Historical Sociology of International Relations***. Cambridge: Cambridge University Press.

Hobden, Stephen; Hobson, John (ed.) (2002) ***Historical Sociology of International Relations***. Cambridge: Cambridge University Press.

Hoffmann, Stanley (1966) 'Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe'. ***Daedalus***. 95(3), pp. 862-915.

Hoffmann, Stanley (1982) 'Reflection on the Nation-State in Western Europe Today'. ***Journal of Common Market Studies***. 21(1), pp. 21-38.

Holeindre, Jean-Vincent (2012) 'Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais'. ***Relações Internacionais***. 35, pp. 35-45.

Holzinger, Katharina; Schimmelfenning, Frank (2012) 'Differentiated Integration in the European Union: Many Concepts, Sparse Theory, Few Data'. ***Journal of European Public Policy***. 19(2), pp. 292-305.

Holst, Johan (1971) 'The Soviet Union and Nordic Security'. ***Cooperation and Conflict***. 6(1), pp. 137-145.

Holst, Johan (1972) 'Five Roads to Nordic Security'. ***Cooperation and Conflict***. 7(1), pp. 1-5.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2006) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2006***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2007) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2007***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2008) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2008***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2009) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2009***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2010) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2010***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2011) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2011***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2012) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2012***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2013) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2013***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) (2014) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2014***. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.

Hækkerup, Per (1965) ***Dansk Udenrigspolitik***. Copenhagen: Fremad.

Ingebritsen, Christine (2000) ***The Nordic States and European Unity***. Cornell: Cornell University Press.

Jakobsen, Peter Viggo (2006) ***Nordic Approaches to Peace Operations: a New Model in the Making?***. London: Routledge.

Jakobsen, Peter Viggo (2009) 'Small States, Big Influence: The Overlooked Nordic Influence on the Civilian ESDP'. ***Journal of Common Market Studies***. 41(1), pp. 81-102.

Jespersen, Knud (2011) ***A History of Denmark***. London: Palgrave Macmillan.

Joenniemi, Pertti (2004) 'A Deutschian security community? Nordic Peace Reframed' In: Guzzini, Stefano; Jung, Dietrich (ed.) ***Contemporary Security Analysis and Copenhagen Peace Research***. London: Routledge.

Johson, Lena (1991) 'The Role of Russia in Nordic Regional Cooperation'. ***Cooperation and Conflict***. 26(3), pp. 129-144.

Jukarainen, Pirjo (1999) 'Norden is Dead - Long Live the Eastwards Faced Euro-North: Geopolitical Re-making of Norden in a Nordic Journal'. ***Cooperation and Conflict***. 34(4), pp. 355-382.

Kelstrup, Morten (2000a) 'Integration Policy: Between Foreign Policy and Diffusion' In: Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Kelstrup, Morten (2000b) 'Danish Integration Policies: Dilemmas and Options' In: Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Kelsrtup, Morten (2014) 'Denmark's relation to the European Union: a history of dualism and pragmatism' In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Kissinger, Henry (1965) ***The Troubled Partnership***. New York: McGraw-Hill Book Company.

Knudsen, Ann-Christina Lauring (2008) 'Euroscepticism in Denmark' In: Szxzerbiak, Aleks; Taggart, Paul (ed.) ***Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism, Volume 1 – Case Studies and Country Surveys***. Oxford: Oxford University Press.

Kriken, Robert van (2001) 'Norbert Elias and Process Sociology' In: Ritzer, George; Smart, Barry (ed.) ***Handbook of Social Theory***. London: SAGE Publications.

Lammers, Karl Christian (2000) 'Denmark's Relations with Germany since 1945' In Branner, Hans; Kelstrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy towards Europe after 1945. History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark, 2nd edition.

Lange, Christian (1965) 'Political Unification and the Nordic Council'. ***Cooperation and Conflict***. 1(2), pp. 94.

Lange, Christian (1967) 'A Nordic Defence Alliance 1949-1965-197?'. ***Cooperation and Conflict***. 2(1), pp. 46-63.

Larsen, Henrik (2000) 'Danish CFSP Policy in the Post-Cold War Period: Continuity or Change?' In: ***Cooperation and Conflict***. 35(1), pp. 37–63.

Larsen, Henrik (2005) ***Analysing the Foreign Policy of Small States in the EU: the Case of Denmark***. London: Palgrave MacMillan.

Larsen, Henrik (2009) 'Danish Foreign Policy and the Balance between the EU and the US: The Choice between Brussels and Washington after 2001'. ***Cooperation and Conflict***. 44(2), pp. 209-230.

Larsen, Henrik (2011) 'Denmark: A committed member – with opt-outs!' In: Wong, Reuben; Hill, Christopher (ed.) ***National and European Foreign Policies: Towards Europeanization***. London: Routledge, pp. 93-110.

Larsen, Henrik (2014) 'Discourses of state identity and post-Lisbon national foreign policy: the Case of Denmark'. ***Cooperation and Conflict***. 49(3), pp. 368-385.

Lauring, Palle (1960) ***A History of Denmark***. New York: Dorset Press.,

Laursen, Finn (2010) 'The Nordic Countries: Between Scepticism and Adaptation' In: Carbone, Maurizio (ed.) ***National Politics and European Integration: from the Constitution to the Lisbon Treaty***. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Laursen, Johhny; Olesen, Thorsten (2000a) 'A Nordic Alternative to Europe? The Interdependence of Denmark's Nordic and European Policies' In: Branner, Hans; Kesltrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy Towards Europe After 1945: History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark.

Laursen, Johhny; Olesen, Thorsten (2000b) 'A Nordic Alternative to Europe? The Interdependence of Denmark's Nordic and European Policies, 1945-1998'. Contemporary European History. 9(1), pp. 59-92.

Lawson, George (2012). 'The eternal divide? History and international relations'. ***European journal of international relations***. 18(2), pp. 203-226.

Leuffen, Dirk; Rittberger, Berthold; Schimmelfenning, Frank (2013) ***Differentiated Integration: Explaining Variation in the European Union***. London: Palgrave Macmillan.

Levi, Lucio (2004) 'Federalismo' In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (org.) ***Dicionário de Política***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, vol. 01.

Lindberg, Leon (1965) 'Decision Making and Integration in the European Community'. ***International Organization***. 19(1), pp. 56-80.

Lindberg, Leon (1966) 'Integration as a Source of Stress on the European Community System'. ***International Organization***. 20(2), pp. 233-265.

Lindberg, Leon (1970) 'Political Integration as a Multidimensional Phenomenon Requiring Multivariate Measurement'. ***International Organization***. 24(4), pp. 649-731.

Lindberg, Steve (1981) 'The Illusory Nordic Balance: Threat Scenarios in Nordic Security Planning'. ***Cooperation and Conflict***. 16(1), pp. 57-70.

Lindegaard, Bo (1996) ***I Kongens Navn: Henrik Kauffman i Dansk Diplomati, 1919-1958***. Copenhagen: Samleren.

Lindgren, Raymond (1959) ***Norway-Sweden: Union, Disunion and Scandinavian Integration***. Princeton: Princeton University Press.

Loughlin, John (1996) '"Europe of the Regions" and the Federalization of Europe'. ***Publius: The Journal of Federalism***. 26(4), pp. 141-162.

Mann, Michael (2012) ***The Sources of Social Power, Volume 2: The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914***. Cambridge: Cambridge University Press.

Maroger, J (1948) ***The major problems facing a united Europe***. Le Monde. Disponível em < http://www.cvce.eu/ >. Acesso em 16 de junho de 2013.

Marshall, George (1947) ***Speech at Harvard University***. Disponível em: < http://borne.cvce.eu/ >. Acesso em: 22 de maio de 2013.

Medeiros, Marcelo de Almeida; Paiva, Maria Eduarda (2012) "Karl W. Deutsch" In: Villa, Rafael; Lima, Marcos; Reis, Rossana Rocha; Medeiros, Marcelo. ***Teóricos das Relações Internacionais***. São Paulo: Hucitec Editora.

Miles, Lee (ed.) (1996) ***The European Union and the Nordic Countries***. London: Routledge.

Miles, Lee (2006) 'The North'. In: Mouritzen, Hans; Wivel, Anders (ed.) ***The Geopolitics of Euro-Atlantic Integration***. London: Routledge.

Miles, Lee (2010) 'Nordic Europe' In: Dyson, Kenneth; Sepos, Angelos (ed.) ***Which Europe? The Politics of Differentiated Integration***. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Miles, Lee (2014) 'Not quite a painful choice? Reflecting on Denmark and futher European Integration'. In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) (2014a) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Miles, Lee; Wivel, Anders (2014b) 'Introducing Denmark and the European Union'. In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Miles, Lee; Wivel, Anders (2014c) 'A smart state handling a differentiated integration dilemma? Concluding in Denmark in the European Union'. In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca (1993) ***Principper og Perpektiver i Dansk Udenrigspolitik: Dansh Underigspolitik på vej mod år 2000***. Copenhagen.

Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca (2006) ***The Borderless World: The Foreign Ministry and Globalisation***. Copenhagen.

Mitrany, David (1948) 'The Functional Approach to World Organization'. ***International Affairs***. 24(3), pp. 350-363.

Mitrany, David (1965) 'The Prospect of Integration: Federal or Functional'. ***Journal of Common Market Studies***. 4(2), pp. 119-149.

Moberg, Erik (1968) 'The 'Nordic Balance' Concept: A Critical Commentary'. ***Cooperation and Conflict***. 3(2), pp. 210-214.

Mocellim, Alan Delazeri (2011) 'A Comunidade: da Sociologia Clássica à Sociologia Contemporânea'. ***Plural***. 17(2), pp. 105-125.

Mouritzen, Hans (1995) 'The Nordic Model as a Foreign Policy Instrument: its Rise and Fall'. ***Journal of Peace Research***. 32(1), pp. 9-21.

Mouritzen, Hans (2007) 'Denmark's Super Atlanticism'. ***Journal of Transatlantic Studies***. 5(2), pp. 155-167.

Mouritzen, Hans; Wivel, Anders (ed.) (2005) ***The Geopolitics of Euro-Atlantic Integration***. London: Routledge.

Møller, J. Ørstrøm (1983) 'Danish EC Decision-Making: An Insider's View'. ***Journal of Common Market Studies***. 21(3), pp. 245-260.

Neumann, Iver (2007) 'When Did Norway and Denmark Get Sistinctively Foreign Policies?'. ***Cooperation and Conflict***. 42(1): pp. 53-72.

Nielsson, Gunnar (1971) 'The Nordic and the Continental European Dimensions in Scandinavian Integration: NORDEK as a Case Study'. ***Cooperation and Conflict***. 6(1), pp. 173-181.

Niemann, Arne; Schmitter, Philippe (2009) 'Neofunctionalism' In: Wiener, Antje; Diez, Thomas (ed.) ***European Integration Theory***. Oxford: Oxford University Press.

Nilson, Håken (1997) 'Nordic Regionalization: On How Transborder Regions Work and Why They Don't Work'. ***Cooperation and Conflict***. 32(4), pp. 399-426.

Nisbet, Robert (1967) ***The Sociological Tradition***. London: Heinemann.

Noreen, Erik (1983) 'The Nordic Balance: A Security Policy Concept in Theory and Practice'. ***Cooperation and Conflict***. 18(1), pp. 43-56.

Olesen, Jens (2003) 'Inter-Scandinavian Relations' In: Helle, Knut (ed.) ***The Cambridge History of Scandinavia, Volume I: Prehistory to 1520***. Cambridge: Cambridge University Press.

Olsen, Gorm Rye; Pilegaard, Jess (2005) 'The Cost of Non-Europe? Denmark and the Common Security and Defence Policy'. ***European Security***. 14(3), pp. 339-360.

Örvik, Nils (1967) 'Integration: For Whom, Against Whom?'. ***Cooperation and Conflict***. 2(1), pp. 54-59.

Örvik, Nils (1974) 'Nordic Cooperation and High Politics'. ***International Organization***. 28(1), pp. 61-88.

Østergaard, Uffe (1992) 'Peasants and Danes: the Danish National Identity and Political Culture'. ***Comparative Study of Society and History***. 34(1), pp. 3-27.

Østergaard, Uffe (2000) 'Danish National Identity: Between Multinational Heritage and Small State Nationalism' In: Branner, Hans; Kesltrup, Morten (ed.) ***Denmark's Policy Towards Europe After 1945: History, Theory and Options***. Odense: University Press of Southern Denmark.

Patomäki, Heikki (2000) 'Beyond Nordic Nostalgia: Envisaging a Social/Democratic System of Global Governance'. ***Cooperation and Conflict***. 35(2), pp. 115-154.

Pedersen, Klaus Carsten (2006) 'Denmark and the European Security and Defence Policy' In: Bailes, Alyson; Herolf, Gunilla; Sundelius, Bengt. ***The Nordic Countries and the European Security and Defence Policy***. Stockholm: SIPRI; Oxford: Oxford University Press.

Pedersen, Rasmus Brun (2012) 'Danish Foreign Policy Activism: Differences in kind or degree?'. ***Cooperation and Conflict***. 47(3), pp. 331-349.

Petersen, Nikolaj (1977) 'The Popular Basis of Nordic Cooperation: A Danish Case Study'. ***Acta Sociologia***. 20(3), pp. 263-285.

Petersen, Nikolaj (1986) 'Abandonment vs. Entrapment: Denmark and Military Integration in Europe, 1948-1951'. ***Cooperation and Conflict***. 21(3), pp. 169-186.

Petersen, Nikolaj (1993) '"Game, Set, and Match": Denmark and the European Union after Edinburgh" In: Tiilikainen, Teija; Petersen, Ib Damgaard (ed.) ***The Nordic Countries and the EC***. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press.

Rieker, Pernille (2006a) ***Europeanization of National Security Identity***. London: Routledge.

Rieker, Pernille (2006b) 'The Nordic Countries and EU Security Policy: Convergent or Divergent Agendas?" In: Bailes, Alyson; Herolf, Gunilla; Sundelius, Bengt. ***The Nordic Countries and the European Security and Defence Policy***. Stockholm: SIPRI; Oxford: Oxford University Press.

Ritzer, George; Smart, Barry (ed.) (2001) ***Handbook of Social Theory***. London: SAGE Publications.

Rousseau, Jean-Jacques (2003) 'Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre' In ***Rousseau e as Relações Internacionais***. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Saeter, Martin (1975) 'The Nordic Area and European Integration: The Nordic Countries in the Area of Overlap between Great-Power Interest and Regional European Projects for Cooperation'. ***Cooperation and Conflict***. 10(1), pp. 77-89.

Saint-Pierre, Abbé de (2003) ***Projeto para tornar Perpétua a Paz na Europa***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Sandegren, Kaare (1969) 'Two Comments on the Nordic Countries and Western European Economic Integration'. ***Cooperation and Conflict***. 4(2), pp. 234.

Schmitter, Philippe (1969) 'Three Neo-Functional Hypotheses about International Integration'. ***International Organization***. 23(1), pp. 161-166.

Schouenborg, Laust (2013) ***The Scandinavian International Society: Primary Institutions and binding forces, 1815-2010***. London: Routledge.

Schuck, Andreas; Vreese, Claes (2014) 'EU-phoria or -phobia? Danish public opinion about EU' In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Schuman, Robert (1950) ***The Schuman Declaration***. Disponível em: < http://borne.cvce.eu/ >. Acesso em 22 de Maio de 2013.

Schück, Herman (2003) 'The Political System' In: Helle, Knut (ed.) ***The Cambridge History of Scandinavia, Volume I: Prehistory to 1520***. Cambridge: Cambridge University Press.

Sjaastad, Anders (1980) 'SALT II: Consequences for Europe and the Nordic Region'. ***Cooperation and Conflict***. 15(4), pp. 237-248.

Skocpol, Theda (1984). 'Sociology's historical imagination' In: Skocpol, Theda (ed.) ***Vision and method in historical sociology***. Cambridge: Cambridge University Press.

Skov, Niels Aage (2000) 'The Use of Historical Myth: Denmark's World War II Experience Made to Serve Practical Goals'. ***Scandinavian Studies***. 72(1), pp. 89-110.

Spaak, Paul-Henri (1956) ***The Spaak Report***. Disponível em: < http://borne.cvce.eu/ >. Acesso em 22 de Maio de 2013.

Steinmetz, Robert; Wivel, Anders (2010) ***Small States in Europe: Challenges and Oportunities***. London: Ashgate.

Stoltenberg, Thorvald (2009) ***Nordic Cooperation on Foreign and Security Policy***. Proposta apresentada no encotnro extraordinário do Conselho Nórdico de Minsistros. Oslo: 9 February.

Stråth, Bo (1980) 'The Illusory Nordic Alternative to Europe'. ***Cooperation and Conflict***. 15(2), pp. 103-114.

Stråth, Bo (1995) 'Scandinavian Identity: a Mythical Reality' In: Sørensen, Niels Arne (ed.) ***European Identities: Cultural Diversity and Integration Since 1700***. Odense: University Press of Southern Denmark.

Stubb, Alexander (1996) 'A Categorization of Differentiated Integration'. ***Journal of Common Market Studies***. 34(2), pp. 283-295.

Sundelius, Bengt (1984) 'Foreign Policy-making in the Nordic Countries: an Introduction'. ***Cooperation and Conflict***. 19(2), pp. 87-91.

Sundelius, Bengt; Wiklind, Claes (1979) 'The Nordic Community: The Ugly Duckling of Regional Cooperation'. ***Journal of Common Market Studies***. 18(1), pp. 59-75.

Sørensen, Carsten (1976) 'Danish Elite Attitudes Towards European Integration'. ***Cooperation and Conflict***. 11(2): pp. 259-278.

The Hague (1948a) ***Political Resolution of the Hague Congress***. Disponível em < http://www.cvce.eu/ >. Acesso em 16 de junho de 2013.

The Hague (1948b) ***The National Delegations***. Disponível em < http://www.cvce.eu/ >. Acesso em 16 de junho de 2013.

The Hague (1948c) ***'The States-General of The Hague' from Fédération***. Disponível em < http://www.cvce.eu/ >. Acesso em 16 de junho de 2013.

Thomas, Alastair (1974) 'Danish Social Democracy and the European Community'. ***Journal of Common Market Studies***. 13(3), pp. 454-468.

Thorhallsson, Baldur; Wivel, Anders (2006) 'Small States in the European Union: What Do We Know and What Would We Like to Know?'. ***Cambridge Review of International Affairs***. 19(4), pp. 651-668.

Tiilikainen, Teija; Petersen, Ib Damgaard (ed.) (1993) ***The Nordic Countries and the EC***. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press.

Tilly, Charles (1984) ***Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons***. New York: Russel Sage Foundation.

Tratado de Paris (1951) ***Treaty Establishing the European Coal and Steel Community and Annexes I-III***. Disponível em: < http://eur-lex.europa.eu/ >. Acesso em 2 de agosto de 2013.

Tratado de Roma (1957a) ***Treaty Establishing the European Economic Community***. Disponível em: < http://eur-lex.europa.eu/ >. Acesso em 2 de agosto de 2013.

Tratado de Roma (1957b) ***Treaty Establishing the European Atomic Energy Community***. Disponível em: < http://eur-lex.europa.eu/ >. Acesso em 2 de agosto de 2013.

Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa (1952) ***Traité instituant la Communauté européenne de défense***. Disponível em: < http://borne.cvce.eu/ >. Acesso em 22 de Maio de 2013.

Tönnies, Ferdinand [1887] (2001) ***Community and Civil Society***. Cambridge: Cambridge University Press.

Törnudd, Klaus (1967) 'Dimensions of Unification and Integration'. Cooperation and Conflict. 2(2), pp. 94-101.

Ueland, Grete (1975) 'The Nordek Debate: an Analysis of the Attitudes of Nordic Elite Towards the Relationship Between Nordek and the EC'. ***Cooperation and Conflict***. 10(1-2), pp. 1-19.

Urwin, Derek (1997) ***A Political History of Western Europe Since 1945***. London: Logman.

Wallace, Helen; Pollack, Mark; Young, Alasdair (2010) ***Policy-Making in the European Union***. Oxford: Oxford University Press.

Weber, Max (1946) 'The Social Psychology of the World Religions' In: Gerth, Hans; Mills, C. Wright (eds.) ***From Max Weber: Essays in Sociology***. New York: Oxford University Press.

Weber, Max (1999) A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: Cohn, Gabriel (org.) ***Weber: sociologia***. São Paulo: Editora Ática, 7ª edição.

Weber, Max [1922] (2012) ***Economia e Sociedade, Volume I***. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Whimster, Sam (2001) ‘Max Weber: Work and Interpretation’ In: Ritzer, George; Smart, Barry (ed.) ***Handbook of Social Theory***. London: SAGE Publications.

Wiberg, Håkan (1993) ‘Scandinavia’ In: Burns, Richard Dean (ed.) **Encyclopedia of Arms Control and Disarmament**. New York: Charles Scribner's Sons.

Wiberg, Håkan (2000) ‘Security Communities: Emmanuel Adler, Michael Barnett and Anomalous Northerners’. ***Cooperation and Conflict***. 35(3), pp. 289-298.

Wivel, Anders (2000) ‘Theory and Prospects for Northern Europe's Small States’. ***Cooperation and Conflict***. 35(3), pp. 331-340.

Wivel, Anders (2005a) ‘Between Paradise and Power: Denmark's Transatlantic Dilemma’. ***Security Dialogue***. 36(3), pp. 417-421.

Wivel, Anders (2005b) ‘The Security Challenge of Small EU Member States: Interests, Identity and the Development of the EU as a Security Actor’. ***Journal of Common Market Studies***. 43(2), pp. 393-412.

Wivel, Anders (2014a) ‘A pace-setter out of sync? Danish foreign, security and defence policy and the European Union’ In: Miles, Lee; Wivel, Anders (ed.) ***Denmark and the European Union***. London: Routledge.

Wivel, Anders (2014b) ‘Still Living in the Shadow of 1864? Danish Foreign Policy Doctrines and the Origins of Denmark's Pragmatic Activism’ In: Hvidt, Nanna; Mourtitzen, Hans (ed.) ***Danish Foreign Policy Yearbook 2014***. Copenhagen: Danish Institute For International Studies.

Worre, Torben (1988) ‘Denmark at the Crossroads: the Danish Referendum of 28 February 1986 on the EC Reform Package’. ***Journal of Common Market Studies***. 26(4), pp. 361-388.

Worre, Torben (1995) ‘First No, Then Yes: The Danish Referendums on the Maastricht Treaty 1992 and 1993’. ***Journal of Common Market Studies***. 33(2), pp. 235-257.

Wæver, Ole (1992) ‘Nordic Nostalgia: Northern Europe after the Cold War’. ***International Affairs***. 68(1), pp. 77-102.

Wæver, Ole (1995) ‘Identity, integration and security: solving the sovereignty puzzle in EU studies’. ***Journal of International Affairs***. 48(2), pp. 389-431.

Wæver, Ole (1998) ‘Insecurity, security, and asecurity in the West European non-war community’ In: Adler, Emmanuel; Barnett, Michael (ed.) ***Security Communities***. Cambridge: Cambridge University Press.

Wæver, Ole (2002) ‘Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory’ In: Hansen Lene; Wæver, Ole. (ed.) ***European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states***. London: Routledge.

ANEXOS

Imagem 1. Mapa do Atual Território da Dinamarca

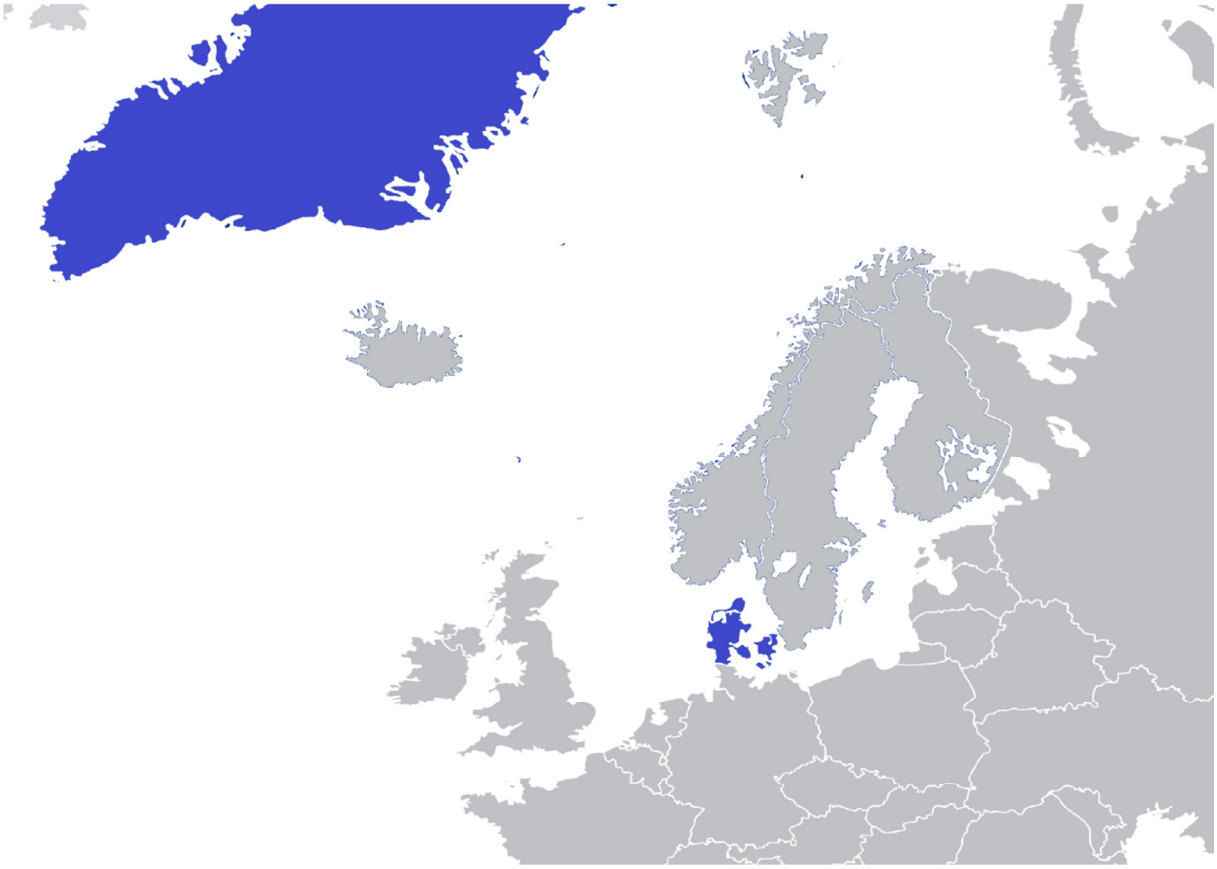

Imagem 2. Mapa da Dinamarca

Imagem 3. Mapa da União Kalmar
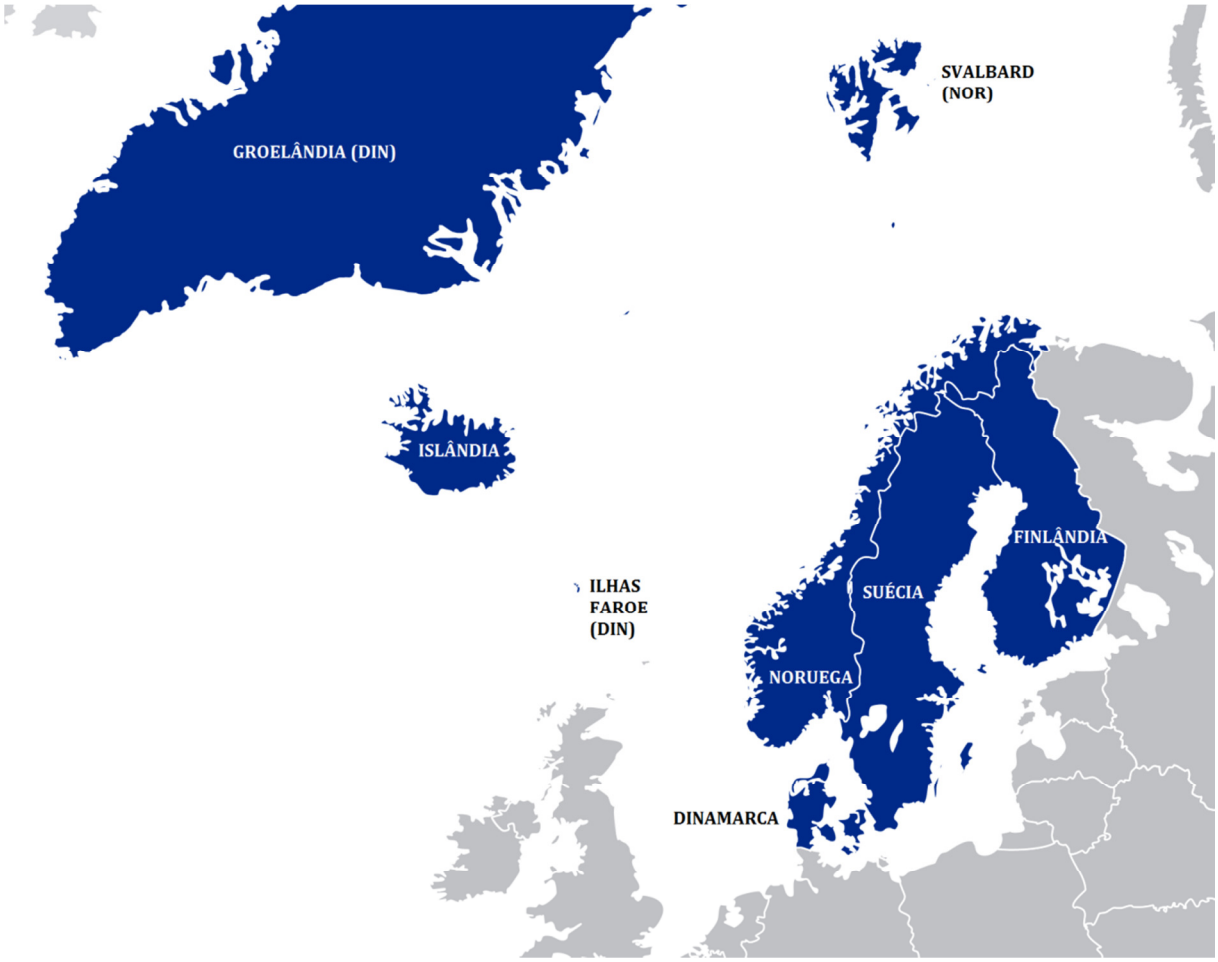
Imagem 4. Mapa Atual da Região Nórdica